

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA

VANUZA DE PAULA SIQUEIRA

**ESTUDO DE PROCESSOS DE ESTABILIZAÇÃO SEMÂNTICA E ENUNCIATIVA
DE -ZINHO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS PORTUGUESA E
ESPAÑHOLA**

Cáceres-MT
2024

VANUZA DE PAULA SIQUEIRA

**ESTUDO DE PROCESSOS DE ESTABILIZAÇÃO SEMÂNTICA E ENUNCIATIVA
DE -ZINHO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS PORTUGUESA E
ESPAÑHOLA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, Carlos Alberto Reyes Maldonado, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Albano Dalla Pria.

**Cáceres-MT
2024**

© by Vanuza de Paula Siqueira, 2024.

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

SIQUEIRA, Vanuza de Paula.

S153e Estudo de Processos de Estabilização Semântica e Enunciativa de -
Zinho: Algumas Aproximações entre as Línguas Portuguesa e Espanhola
/ Vanuza de Paula Siqueira – Cáceres, 2024.
125 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-
graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de
Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de
Mato Grosso, 2024.

Orientador: Albano Dalla Pria

1. Operações Predicativas e Enunciativas. 2. Ensino-
Aprendizagem de Línguas. 3. Diminutivo. 4. Atividades Epilinguísticas.
5. Abordagem Enunciativa. I. Vanuza de Paula Siqueira. II. Estudo de
Processos de Estabilização Semântica e Enunciativa de -Zinho: Algumas
Aproximações entre as Línguas Portuguesa e Espanhola: .

CDU 81

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

VANUZA DE PAULA SIQUEIRA

**ESTUDO DE PROCESSOS DE ESTABILIZACAO SEMÂNTICA E ENUNCIATIVA
DE -ZINHO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS PORTUGUESA E
ESPANHOLA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Albano Dalla Pria
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profª Drª Milenne Biasotto
Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Avaliador Externo

Profª Drª Fátima Grazielle de Souza
Secretária de Estado da Educação/SEDUC-MT
Avaliador Externo

Prof. Dr. Isael da Silva Sousa
Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat
Avaliador Externo

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

APROVADA EM: 26/04/2024

Dedico às minhas fontes de inspiração diária,
Sophia e Luna, e ao meu grande amor Paulo.

AGRADECIMENTOS

O Doutorado foi a realização de um sonho, e essa realização foi possível graças à colaboração de muitas pessoas, as quais gostaria de agradecer imensamente.

Primeiramente, agradeço a Deus pela saúde, por ter permitido que essas pessoas cruzassem o meu caminho, me iluminando e dando a força necessária nesse trajeto.

Aos meus pais, José Teixeira de Siqueira (*in memoriam*) e Maria de Paula Siqueira, pelos exemplos de garra e determinação, incentivando os filhos a trilharem caminhos em busca de novos horizontes.

Ao Paulo Morais, meu amor, meu companheiro, minha melhor escolha! Obrigada pelo amor, pelo carinho, pela dedicação, pela compreensão e pelo constante apoio e incentivos durante todos estes anos de minha trajetória profissional e pessoal.

Às minhas filhas Sophia e Luna, minhas fontes de inspiração diárias. Pela oportunidade de viver uma doce e feliz experiência da maternidade, pela compreensão de minhas ausências em algumas etapas da pesquisa, pelo amor, carinho, cuidado que recebo diariamente e que me impulsionou a seguir com muita determinação, o amor de vocês tornou essa caminhada mais leve.

Ao meu orientador, Doutor Albano Dalla Pria, por me acompanhar nessa caminhada pela confiança, pela oportunidade e por acreditar que eu pudesse realizar este trabalho.

Obrigada pelas orientações competentes, pela dedicação, pelos ensinamentos valiosos e por contribuir para minha formação. Meu carinho, respeito e admiração pelo ser humano incrível, pela competência, dedicação, integridade e profissionalismo que demonstrou nesses 4 anos.

Ao Professor Doutor Marcos Luiz Cumpri e à Professora Doutora Milenne Biasotto, pelas importantes contribuições no exame de qualificação, pelas leituras minuciosas, pelas sugestões valiosas e por terem aceitado fazer parte desta trajetória.

Aos professores da banca de defesa, Doutora Milenne Biasotto, Doutor Taisir Mahmudo Karim, Doutora Fátima Grazielle de Souza e Doutor Isael da Silva Sousa, por terem aceitado participar deste exame de defesa e pelas oportunidades de aprendizagem.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), pela sabedoria e pela minha formação acadêmica e profissional.

Aos colegas de curso (PPGL), em especial à Elza, Marta, Julliany e Isael, por compartilharem os momentos divertidos e por serem bons ouvintes nos momentos menos divertidos.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) por ter concedido, via edital, um afastamento de 41 meses para dedicação exclusiva à pesquisa, o que me proporcionou expandir meu conhecimento científico, crescimento pessoal, profissional e cultural.

Aos meus familiares pelo apoio e compreensão de minha ausência em vários momentos da família reunida. Por acreditarem em minha capacidade e dedicação, e por incentivarem e apoiarem e sempre faziam questão de lembrarem que eu seria a primeira doutora da família e que estavam orgulhosos de mim.

Às pessoas maravilhosas que cuidaram das "minhas pequenas" nos momentos que mais precisei, estavam sempre de coração aberto. Minha mãe Maria, minhas irmãs Mari, Jordelina, Vanilda e minhas sobrinhas Vanessa, Giselly e Mariane.

À minha amiga Elza e sua filha Sofia Aurea por estarem sempre por perto e serem tão atenciosas. À Tia Rose e à Tia Irani, por serem sempre generosas. A vocês, minha eterna gratidão! Cuidaram de forma muito carinhosa e amorosa para que minhas filhas sofressem o mínimo com minha ausência em algumas etapas da pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas que não citei neste trabalho, mas que contribuíram de forma direta e indireta nessa minha caminhada. A turma do Beach Tennis pelo acolhimento, pelos momentos de alegrias, pela torcida e pela energia positiva. Gracias Farofa Beach Tennis!

*La flecha tiene una trayectoria, un recorrido,
una fuerza, una velocidad, dados por quien
tiende el arco.*

Culioli.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada faz parte do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e está inscrita na linha de pesquisa Estudo dos Processos de Significação, visando construir um liame entre análise linguística e práticas de ensino- aprendizagem de línguas. O objetivo central desta investigação é caracterizar a natureza esquemática/operatória de base que regula o funcionamento do *-zinho* na língua portuguesa do Brasil (LP). Inicialmente, foi realizada a compilação de alguns estudos e se constatou que a gramática tradicional (GT) apresenta tal unidade como diminutivo. O procedimento metodológico no estudo do diminutivo assume um sentido fixo/isolado, sendo adequado para a unidade que é analisada isolada, desconsiderando as variações que lhe são próprias em cada contexto de ocorrência. A partir de alguns postulados do quadro teórico-metodológico proposto pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) de Antoine Culioli (1990, 1999a,1999b) e seus colaboradores, a metodologia se pautou na atividade de reformulação dos enunciados por meio da parafrazação, recorreu-se às ferramentas metalinguísticas desenvolvidas por Culioli. Os enunciados foram coletados na plataforma virtual *Corpus* Brasileiro. Como critério de seleção, recorreu-se às ocorrências em que *-zinho* se apresentava estabilizado como diminutivo de um marcador com valor aspectual ou como modalização apreciativa (negativa/positiva), com o intuito de detectar como os falantes de português do Brasil (PB) realizam essa noção. Em seguida, foram feitas considerações sobre essa unidade. Nesse sentido, entende-se que a natureza da linguagem não é uma representação da realidade, de modo que se buscou descrever como se constrói o sentido de uma unidade para que possa desencadear no outro uma representação; como se extrai a identidade de uma unidade. Assim, pode-se dizer que o sentido de base da unidade *-zinho* não é representar o tamanho diminutivo, como afirma a GT, aspecto que direcionou a apresentação da reflexão sobre as contribuições da abordagem enunciativa no ensino-aprendizagem de línguas. Por fim, este trabalho defende a ideia de que os conceitos gramaticais podem ser melhor apreendidos por meio da proposição de situações de aprendizagem que ativem o saber epilinguístico dos aprendizes, sobre o qual se fundamenta uma proposta reflexiva para o ensino de línguas.

Palavras-chave: Operações predicativas e enunciativas; ensino-aprendizagem de línguas; diminutivo; atividades epilinguísticas; abordagem enunciativa.

ABSTRACT

The research presented here is part of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT) and is enrolled in the research line Study of Signification Processes, aiming to establish a link between linguistic analysis and language teaching-learning practices. The central objective of this investigation is to characterize the basic schematic/operative nature that regulates the functioning of *-zinho* in Brazilian Portuguese (LP). Initially, a compilation of some studies was carried out and it was found that traditional grammar (GT) presents this unit as a "diminutive". The methodological procedure in the study of the diminutive assumes a fixed/isolated sense, being suitable for the unit that is analyzed in isolation, disregarding the variations that are proper to it in each context of occurrence. Based on some postulates of the theoretical-methodological framework proposed by the Theory of Predicative and Enunciative Operations (TOPE) by Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b) and its collaborators, the methodology was based on the activity of reformulating statements through paraphrasing, resorted to metalinguistic tools developed by Culioli. The statements were collected on the virtual platform Brazilian Corpus. As a selection criterion, occurrences were sought in which *-zinho* was stabilized as a diminutive of a marker with aspectual value or as appreciative modality (negative/positive), with the aim of detecting how Brazilian Portuguese (PB) speakers realize this notion. Then, considerations were made about this unit. In this sense, it is understood that the nature of language is not a representation of reality, so it sought to describe how the meaning of a unit is constructed so that it can trigger in the other a representation; how the identity of a unit is extracted. Thus, it can be said that the basic meaning of the *-zinho* unit is not to represent diminutive size, as GT asserts, an aspect that directed the presentation of the reflection on the contributions of the enunciative approach in language teaching-learning. Finally, this work defends the idea that grammatical concepts can be better grasped through the proposition of learning situations that activate the epilinguistic knowledge of learners, on which a reflexive proposal for language teaching is based.

Keywords: Predicative and enunciative operations; language teaching-learning; diminutive; epilinguistic activities; enunciative approach.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AE – Atividade Epilinguística

E/LE – Espanhol como Língua Estrangeira

FE – Forma Esquemática

GT – Gramática Tradicional

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

LP – Língua Portuguesa

LE – Língua Espanhola

PB – Português do Brasil

PPGL – Programa de Pós-Graduação em *Stricto Sensu* em Linguística

QLT – Operação de qualificação

QNT – Operação de quantificação

S – Enunciador ou locutor

S1 – Sujeito Enunciador

SIT0 – Situação de enunciação zero: determinação da orientação semântica

SIT1 – Situação de enunciação um: determinação da direção dos termos no enunciado

SIT 2 – Situação de enunciação dois: determinação da estabilidade intersubjetiva

T – Momento ao qual se refere o enunciador

T1 – Momento da enunciação

TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquematização da relação entre os níveis infralinguístico, linguístico e metalinguístico	30
Figura 2 – Esquematização do conceito de domínio nocional	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

SEÇÃO I

TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: FUNCIONAMENTO DA UNIDADE -ZINHO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ENUNCIADO

1.1 A linguagem na perspectiva construtivista é o traço de um pensamento organizado	23
1.2 Teoria culioliana	24
1.3 Atividade de linguagem	28
1.3.1 A representação	30
1.3.2 A referenciação	32
1.3.3 A regulação	34
1.4 Funcionamento das unidades morfolexicais	35
1.5 O processo de construção do enunciado	37
1.6 Relação primitiva (SIT 0)	38
1.6.1 Noções semânticas	40
1.6.2 Ocorrências	42
1.7 Relação predicativa (SIT 1)	43
1.7.1 Operação de localização	43
1.7.1.1 Operação de identificação	45
1.7.1.2 Operação de diferenciação	46
1.7.1.3 Operação de ruptura	46
1.7.2 Domínio nocional	47
1.8 Relação enunciativa (SIT 2)	50
1.8.1 O enunciado	52
1.8.2 Glosa	54
1.8.3 Paráfrase	54
1.9 Operações enunciativas	55
1.9.1 Operação de determinação	56
1.9.2 Qualificação (QLT)	58

1.9.3 Quantificação (QNT).....	59
1.9.3.1 Extração.....	60
1.9.3.2 Flechagem.....	61
1.9.3.3 Varredura.....	61

SEÇÃO II

UM ESTUDO DA UNIDADE DE -ZINHO

2.1 O diminutivo na língua portuguesa	63
2.2 A concepção do diminutivo na gramática: <i>-zinho</i>	64
2.3 A concepção do diminutivo nos dicionários: <i>-zinho</i>	69
2.4 Funções semânticas atribuídas a unidade <i>-zinho</i>	72
2.5 Relacionando o diminutivo e alguns pressupostos da TOPE	75

SEÇÃO III

O PAPEL DAS FORMAS LINGUÍSTICAS ARTICULADO COM O PROCESSO DE SIGNIFICACAO DO ENUNCIADO: ANÁLISE DA UNIDADE -ZINHO

3.1 Metodologia da análise.....	81
3.2 Análise: a construção do valor da unidade <i>-zinho</i>	82
3.3 Análises: o diálogo entre o português e o espanhol	92

SEÇÃO IV

ATIVIDADE EPILINGUÍSTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

4.1 Atividade epilinguística e o ensino-aprendizagem de línguas.....	102
4.2 Ensino-aprendizagem de línguas: gramática e enunciação	104
4.3 Reflexões sobre as contribuições da atividade epilinguística no ensino de espanhol	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre semântica enunciativa, um estudo sobre o processo de significação articulado com o papel das formas linguísticas. Dentre os motivos que levaram à realização desta pesquisa, evidenciam-se dois como essenciais na carreira de uma linguista docente de língua estrangeira: primeiramente, o funcionamento da unidade *-zinho*¹ na construção do sentido no enunciado; e, segundo, apresentar uma reflexão sobre a contribuição da abordagem enunciativa no ensino-aprendizagem de línguas, articulada com reflexões sobre a língua sob uma ótica que não se encerre no mecanicismo e no artificialismo teórico. Considerando a distinção no tratamento e funcionamento da unidade apresentada pela Gramática Tradicional (GT) e pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), almeja-se construir uma relação entre análise linguística e a prática de ensino-aprendizagem de línguas.

A TOPE me proporcionou uma nova perspectiva sobre o papel das formas linguísticas e o processo de significação. E, neste momento, me vejo como “linguista docente de língua estrangeira”. A escolha da unidade *-zinho* se deu de maneira muito espontânea. Para chegar a essa justificativa, começarei contando minha trajetória até chegar a essa escolha. Em meados de 2011, ingressei como professora de língua espanhola no Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Antes deste período, atuei como professora na rede pública estadual e ministrei cursos de espanhol em uma escola de idiomas na cidade de Cacoal-RO; ministrei cursos básicos e cursos específicos para viagens. Desde essa época, observava e achava curioso como muitos alunos acrescentavam o “*ito*”, o “diminutivo”, às palavras quando não sabiam ou não recordavam as traduções. Anos se passaram, e durante esse período, fiz uma especialização em linguística aplicada ao ensino, encantando-me pela linguística. No entanto, surgiu uma oportunidade de cursar o mestrado profissional em educação, desenvolvi uma pesquisa sobre a avaliação em língua estrangeira (um tema que me deixava inquieta por observar e ouvir como alguns docentes praticavam). Essa pesquisa acrescentou muito em minha prática em sala de aula.

O encantamento pela linguística permaneceu em mim. Certo dia, vi que estava aberto um edital para aluno especial no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da UNEMAT, então, resolvi me inscrever, e, a princípio, pensei na disciplina “Linguística e práticas contemporâneas de ensino e de aprendizagem”, por entender que ela contribuiria em

¹ O nosso objeto de trabalho é representado por letra em itálico, *-zinho*.

minha prática como docente de espanhol como língua estrangeira (E/LE). No entanto, o calendário não era compatível com o meu trabalho. Mas, a disciplina "Semântica e operações enunciativas" era compatível, então, me matriculei.

No primeiro dia de aula, o Professor Doutor Albano Dalla Pria falou sobre como é frequente o uso do diminutivo na língua portuguesa e sobre a construção do sentido no enunciado. Neste momento, meus olhos brilharam, pensei: estou no lugar certo, na disciplina certa e no curso certo. Então, comentei com professor que eu era professora de língua espanhola e que já havia observado esse uso também no espanhol. Devido à grande variedade de uso, às vezes ficava um pouco difícil de ensinar, pois não se tratava apenas de tamanho de minuta ou da tradução da palavra, e sim do sentido construído. O professor respondeu prontamente: "está aí, um bom tema para pesquisar"! E acrescentou que, na TOPE, o sentido se determina por meio do diálogo entre um núcleo semântico e uma dada situação, de modo que os sentidos são construídos em cada ocorrência da unidade linguística.

Neste momento, entendi que havia chegado a hora de buscar respostas para as minhas questões do início da carreira e para as dificuldades em relação ao sentido de algumas palavras que eram mais complexas e que não se limitavam às traduções, de modo que entendi que essa teoria, a TOPE, ajudaria a chegar a essas respostas por meio das análises linguísticas e traria muita contribuição para minha prática docente. Desse modo, fui movida a cursar doutorado em linguística pelo grande desafio de entender, sob a perspectiva da TOPE, como se constrói o sentido dos enunciados, já que as unidades não carregam um sentido fixo; além do desejo de construir uma relação entre a análise linguística e a minha prática de ensino-aprendizagem de língua espanhola.

Essa pesquisa foi dividida em dois momentos: primeiro, um direcionamento para a priorização da pesquisa no campo da linguística², para entender o funcionamento da unidade *-zinho* na construção do sentido no enunciado. No segundo momento, um direcionamento para o ensino, trazendo uma reflexão sobre a contribuição da abordagem enunciativa no ensino-aprendizagem de línguas, de modo geral e, em particular da língua portuguesa (LP) e língua espanhola (LE). E por acreditar que a ciência, a pesquisa científica contribui para o ensino, encarei esse desafio.

O objetivo central desta investigação é caracterizar a natureza esquemática/operatória de base que regula o funcionamento de *-zinho*, pautando-nos nos pressupostos da TOPE, proposta pelo linguista francês Antoine Culioli (Culioli, 1990, 1999a, 1999b) com vistas à

² A linguística é concebida como a ciência que se ocupa do estudo acerca dos fatos da linguagem, cujo precursor foi Ferdinand de Saussure.

ponderações de situações de aprendizagem que possam contribuir para a atividade epilinguística dos aprendizes, direcionadas para o processo de compreensão e de construção de enunciados, visto que a GT aponta que o sufixo *-zinho* reflete o tamanho do ser, especificamente tamanho diminuto e o classifica como sufixo de diminutivo, descrevendo as unidades linguísticas como classificatórias com sentidos de um valor dado, fixo e cristalizado, como, por exemplo: homem – homenzinho.

Tomando como base a TOPE, defendemos que o valor da unidade *-zinho* não deve ser dado como um valor já pré-definido e não deve ser tomado como próprio/absoluto ou inerente às unidades, pois o uso dessa unidade nem sempre está ligado ao diminutivo, intensidade ou valor afetivo. Nessa teoria, o valor se constrói no e pelo enunciado. Se observarmos a unidade isolada, nos limitamos e concluímos que não houve nenhum trabalho para construir as relações que lhes dão densidade semântica e espessura dialógica. Também buscamos desenvolver reflexões sobre essa unidade, tendo em mente uma dimensão educacional que acreditamos estar articulada com a dimensão linguística.

Embora essa não seja uma teoria voltada para o ensino, gostaríamos de salientar os inúmeros trabalhos de Rezende (2011) dentro dessa temática. Além de ser a precursora da TOPE no Brasil, viu nessa teoria uma possibilidade de pensar o ensino e conseguiu trazer a sua aplicabilidade para o ensino de língua. Assim, consideramos que essa teoria está em consonância com nosso objetivo de pesquisa, por possibilitar a atividade de linguagem enquanto construção e reconhecimento de formas, assim dizendo, produzir e reconhecer textos. Na TOPE, a atividade de linguagem refere-se a “uma atividade de produção e reconhecimento de *formas*: ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas” (Culioli, 1990, p. 14, destaque do autor, tradução nossa)³. Quando se questiona a construção e funcionamento de uma unidade, leva-se o aluno a pensar abstratamente. É o que se convencionou dizer “pensar sobre o pensar”. A atividade de linguagem permite que o aluno elabore sua experiência e a desenvolve à medida que os obstáculos vão se impondo (o outro). Esse modelo enunciativo possibilita ao aluno trabalhar com os processos operatórios da atividade de linguagem, manifestados na superfície textual por meio do agenciamento das marcas da língua.

O referencial teórico que permeia esta pesquisa salienta a importância dessa articulação da língua e da linguagem, tendo como concepção que “a linguagem é uma atividade que supõe, por si só, uma perpétua atividade epilinguística (definida como

³ No original: “Une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent être indépendants des langues (Culioli, 1990, p. 14).

“atividade metalinguística não consciente”)” (Culioli, 1999a, p. 19, tradução nossa)⁴. Para o autor, a linguagem é uma atividade de produção de significação desenvolvida por interlocutores em interação a qual manifestando-se por meio da língua, compreendida como um sistema linguístico de representação responsável por meio da linguagem. Essa atividade trabalhada em sala de aula pode ensinar o aluno a “operar sobre representações, comparar e avaliar diferenças e semelhanças, fazer analogias, extrair ou incluir propriedades, levantar hipóteses, ordenar, contrastar, reformular e reorganizar os dados” (Rezende, 2011a, p. 711). Esse modelo operatório pode levar os aluno a entender o porquê de determinadas unidades e não de outras, de forma a conduzi-los a operarem com a linguagem, compreendida como atividade de representação, referenciação e regulação.

A partir dos conceitos de linguagem, de língua, de atividade epilinguística na TOPE, partimos dos objetivos gerais com o intuito de verificar a hipótese de que o valor dimensional atribuído ao morfema *-zinho* em estado de isolamento lexical e em termos de derivação não se sustenta quando se analisam as ocorrências em nível enunciativo, tendo em vista que alguns gramáticos da GT como: Almeida (2009), Holanda (2006), Bechara (2009), Cegalla (2010), Lapa (1982) e Azeredo (2018), classificam a unidade *-zinho* como sufixo diminutivo, apresentando seu valor cristalizado e, conseqüentemente, restringindo o estudo da unidade.

A pesquisa proposta não se limita a descrever a unidade linguística, ao considerar que cada formalização gramatical corresponde a uma dada intenção enunciativa. Dessa maneira, trabalharemos não apenas com a identificação de estruturas, mas com a articulação desses valores, o que significa pensar na articulação entre linguagem e línguas naturais. Tencionamos desenvolver uma pesquisa que corrobore a análise linguística e contribua para uma gramática operatória, e, conseqüentemente, provocar uma reflexão sobre como ocorre a atividade de linguagem, em que as escolhas não são aleatórias, visto que determinam a significação construída nas produções linguísticas, por intermédio da atividade epilinguística (AE).

A metodologia de análise apresenta a compreensão semântica das unidades da língua em situação enunciativa, visto que o isolamento da unidade não lhe atribui um valor referencial sustentável. Apresentamos a análise dos enunciados extraído do *corpus*⁵ e

⁴ No original: “Le langage est une activité qui suppose, elle-même, une perpétuelle activité épilinguistique (défini comme « activité métalinguistique non consciente ») (Culioli, 1999a, p. 19). Abordaremos a atividade epilinguística (AE) na seção IV.

⁵ Apresentamos a definição proposta por Dubois et al. (2006, p. 158) para o verbete *Corpus*, em seu Dicionário de Linguística: Estabelece-se a gramática descritiva de uma língua a partir de um conjunto de enunciados: este é submetido à análise e constitui o corpus da pesquisa.

selecionamos enunciados com a unidade *-zinho* extraídos da plataforma: linguateca.pt⁶. Para tal propósito, buscamos as operações de representação, referência e regulação, as quais permitem aos interlocutores produzirem e reconhecerem as formas, de modo que o enunciador ajuste suas representações em relação ao seu coenunciador. Dessa maneira, os sujeitos manipulam suas representações por meio das formas e regulam as operações de produção dos enunciados.

Para tanto, estruturamos nosso trabalho em cinco seções.

Na seção I, intitulada *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: funcionamento da unidade -zinho e o processo de construção do enunciado*, começamos a apresentar o funcionamento da unidade *-zinho*, que é nosso objeto de estudo, a partir dos conceitos da TOPE, com o objetivo de mostrar o papel das unidades linguísticas no processo de significação a partir das interações estabelecidas entre unidade e o contexto.

Assim, o linguista tem acesso ao rastro da passagem da representação mental para a materialidade das palavras. A unidade aponta para representações cognitivas do sujeito, visto que o valor é sempre variável, é um potencial de significação que dialoga com o contexto, construindo, assim, o sentido da unidade, de modo que a atividade da linguagem se configura como uma atividade simbólica, na qual os sujeitos estão em constante posicionamento em relação à realidade extralinguística com auxílio do sistema de representação.

Apresentamos a teoria e os conceitos que dão sustentação a nossa tese, destacando as relações primitiva, predicativa e enunciativa, com o intento de mostrar o processo de construção das noções e o movimento cognitivo para construção do enunciado. Essa fundamentação teórica nos permite uma abordagem na perspectiva construtivista, na qual o material são as formas interpretáveis cujo sentido é construído em um movimento contínuo por meio das operações enunciativas, o que nos dá a chance de abordar a análise linguística que propusemos por meio do nosso *corpus*, uma vez que essa determina representações em relação à situação particular de diálogo e contribui para o processo de construção da significação do enunciado.

Na seção II, *Um estudo da unidade -zinho*, delineamos um estudo do diminutivo na língua portuguesa pela GT, mais especificamente, tratamos sobre o posicionamento dos gramáticos em relação a essa unidade, ou seja, sobre como a classificam com um valor fixo sem considerar o contexto. De modo igual, o ensino automático pautado por essa gramática

⁶ Acesso ao *corpus* de português: Projecto AC/DC: corpo *Corpus* Brasileiro – LINGUATECA. O *Corpus* Brasileiro é uma coletânea de aproximadamente um bilhão de palavras de português brasileiro, resultado de projeto coordenado por Tony Berber SARDINHA, (GELC, LAEL, CEPRI, PUCSP), com financiamento da Fapesp. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>

praticamente ignora qualquer modulação de valor que essa unidade possa assumir no enunciado. Abordamos o diminutivo na perspectiva da GT, dos dicionários *online* Houaiss, dicio.com.br, osdicionarios.com e as funções semânticas atribuídas a *-zinho*. Na abordagem enunciativa, compreendemos que os sentidos não são cristalizados e fixos, portanto o uso da unidade *-zinho* nem sempre está ligado ao diminutivo, intensidade ou valor afetivo. Assumimos que o sentido dessa unidade se constrói de acordo com a experiência extralinguística, mundo físico e mental de cada sujeito interpretante.

Já na seção III, *O papel das formas linguísticas articulado com o processo de significação do enunciado: análises da unidade -zinho*, abordamos os conceitos principais que orientam a metodologia da análise nessa perspectiva, os quais são utilizados para a observação de nosso *corpus*. Procuramos desenvolver nossas análises, sustentando a tese de que o sentido da unidade *-zinho* não está dado, e assim buscamos formalizar um sistema de representação metalinguística e explicitar por meio da manipulação dos enunciados a construção e funcionamento dessa unidade. Dito de outro modo, por meio das contextualizações que ocorrem os processos pelos quais o sentido da unidade se determina de modos variáveis, visto que o funcionamento das operações pode construir diferentes significações, dependendo do contexto.

Assim, dedicamo-nos a escrever uma subseção sobre o diálogo entre o português e o espanhol, analisando a indeterminação da linguagem, respaldando que as marcas léxico-gramaticais não possuem um sentido fixo e estável que pode ser simplesmente “transportado” de um idioma para outro. Consideramos que, a partir do momento que o aluno compreende a construção da significação, amplia sua percepção de uso da linguagem, contribuindo para o seu desempenho linguístico em ambas as línguas.

Na seção IV, *Atividade epilinguística e suas contribuições para o ensino-aprendizagem de línguas*, abordamos questões ligadas à atividade de linguagem e ao ensino de línguas, discutidas por Franchi (1991), Rezende (2008), Romero (2011), sobre a abordagem epilinguística no ensino de língua, nos quais encontramos suporte teórico para alcançarmos os objetivos propostos nesta tese. Dedicamo-nos a dissertar sobre a contribuição dessa pesquisa para o ensino de língua materna, assim como para o ensino de língua espanhola, cientes de que na prática de linguagem as duas línguas dialogam, e, diante disso, nos apropriamos de mecanismos de linguagem que nos dessem uma compreensão do dinamismo da linguagem que se faz observar nas línguas, em particular na língua portuguesa do Brasil e na língua espanhola.

O ensino de línguas diz respeito ao desenvolvimento linguístico-cognitivo e consideramos que é possível atingir esse desenvolvimento por meio da AE, visto que leva o aluno a refletir sobre os mecanismos enunciativos, construção e compreensão de sutilezas de significados, de fato aproximando-nos dos objetivos do ensino de língua materna. A AE está presente em todos os enunciados, portanto, consente que os pressupostos desta pesquisa possam ser operados tendo em vista outro conteúdo linguístico. Nesse sentido, consideramos que a articulação da linguagem com as línguas naturais auxilia no ensino-aprendizagem da língua materna e da língua espanhola, pois, ao fazer uma tradução, o aluno deverá apoiar-se na AE, na noção e no domínio nocional, posto que a interpretação do sentido do enunciado original passa pelas propriedades físico-culturais de cada termo, as quais definem o que ele pode e não pode ser.

Na última seção, operamos nossas *considerações finais*, após percorrer todo o processo de significação vinculado ao papel das formas linguísticas, apresentando reflexões de como desenvolver um trabalho que articule as instâncias da pesquisa e do ensino de línguas, em particular da língua espanhola, por meio da apropriação de mecanismos da linguagem (que transcendem as fronteiras entre línguas) e da explicitação dessa trajetória, construindo um sistema de representação metalinguística.

Em suma, consideramos que a TOPE possibilita construir uma relação entre análise linguística e a prática de ensino-aprendizagem de línguas (minha prática de ensino-aprendizagem de língua espanhola). As reflexões apresentadas não têm intenção de criar um método de ensino, ou um modelo de atividade, visto que entendemos que não há uma fórmula mágica e que as atividades em sala de aula devem ser bem planejadas, de modo a permitir que o aluno construa sua percepção da língua. São reflexões que em nossa visão podem contribuir para um ensino-aprendizagem mais amplo e reflexivo.

SEÇÃO I

TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: FUNCIONAMENTO DA UNIDADE *-ZINHO* E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ENUNCIADO

Nesta primeira seção, apresentamos o processo de construção e o funcionamento da unidade *-zinho*, objeto deste trabalho, e a fundamentação teórica. Como já assinalado, esta pesquisa se apoia nos pressupostos teóricos da TOPE. O problema central a se discutir agora traz algumas indagações: A natureza da linguagem é uma representação da realidade? Como se constrói uma unidade para que possa desencadear no outro uma representação? Como se constrói o sentido da unidade? Como se extrai a identidade de uma unidade? Podemos dizer que o sentido de base da unidade *-zinho* é representar o tamanho diminutivo, assim como afirma a GT?

A linguagem é, para nós, uma atividade de construção, “(definida ela própria como operações de representação, referenciação e regulação); por outro lado, digo que só podemos apreender esta atividade, para estudar o seu funcionamento, através de configurações, arranjos específicos numa determinada língua” (Culioli, 1990, p. 14, tradução nossa)⁷. A linguagem é diálogo e não pode assumir uma divisão em significados subjetivos e objetivos, nem pode separar as dimensões psicológica e sociológica da linguagem.

A TOPE nos possibilita o acesso ao processo de construção da unidade, dito de outra maneira, o linguista tem acesso ao rastro da passagem da representação mental para a materialidade das unidades. A unidade aponta para representações cognitivas do sujeito, um potencial de significação que dialoga com o contexto, construindo, assim, o sentido da unidade. Assumimos que o sentido de uma unidade não é cristalizado, ele se constrói de acordo com a experiência extralinguística, mundo físico e mental de cada sujeito interpretante. Temos como destaque a relação primitiva, a relação predicativa e a relação enunciativa, conceitos que dão sustentação a nossa tese por meio do processo de construção das noções e o movimento cognitivo para construção do enunciado. Essa fundamentação nos permite uma abordagem na perspectiva construtivista, cujo material são as formas interpretáveis, e o sentido é construído, a unidade remete para um núcleo semântico,

⁷ No original: “(elle-même définit comme opérations de représentation, de référénciation et de régulation); d'un autre côté, je dis que cette activité nous ne pouvons l'appréhender, afin d'en étudier le fonctionnement, qu'à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée” (Culioli, 1990, p. 14).

estabelece representações em relação à situação particular de diálogo que está fundamentalmente ligada aos processos de ajustamento intersubjetivos e contribui para o processo de construção da significação do enunciado.

1.1 A linguagem na perspectiva construtivista é o traço de um pensamento organizado

A linguagem enquanto forma estruturante constitui uma ação mental. Em outras palavras, é constitutiva de uma forma de pensamento que desenvolve uma prática específica do mecanismo cognitivo, acessível pela análise das operações da qual ela é constitutiva. Trata-se de uma atividade que não tem as mesmas propriedades que outros sistemas de representações comunicáveis, de modo que “a linguagem é o traço de um pensamento organizado de modo específico entre outras formas possíveis de pensamento: todo pensamento não se reduz à linguagem” (Franckel, 2011a, p. 42). O papel principal da linguagem é auxiliar o pensamento, é permitir a elaboração das ideias gerais, tornando possível a escolha de uma única palavra em meio a esse universo imenso de opção. A generalização, a abstração, indispensáveis ao conhecimento, estão vinculadas à linguagem, partindo do funcionamento das unidades uma a uma, e na singularidade da diversidade de seus usos.

Isso não significa que a linguagem funciona independentemente do mundo “real” (objetivo/subjetivo) e de suas representações, nem que a organização da linguagem seja estritamente independente da dos processos cognitivos, mas evidencia que a análise de fenômenos linguísticos não se reduz diretamente a um raciocínio acerca do mundo ou dos processos cognitivos (Franckel, 2011a, p. 43).

Franckel (2011, p. 21) reitera que “o sentido das palavras e dos textos não é exterior à língua e oculta uma ordem própria que não é o decalque nem de um pensamento nem de um referente externo”. O sentido tem um funcionamento próprio que se traduz pelo papel particular que desempenha nas interações de diferentes ambientes textuais possíveis. Somente as palavras podem nos esclarecer acerca do sentido das palavras, de modo que seu uso se dá de maneira espontânea, não é a tradução de um pensamento totalmente estruturado anterior a elas, é o próprio movimento do pensamento. Assim, em vez de copiar o pensamento, deixa-se fazer, desfazer e refazer. Isto posto, a manifestação do sentido surge na medida em que nos deixamos envolver pela força da linguagem. Para Merleau-Ponty (1991), entre o sentido e a linguagem, há uma simultaneidade, ou seja, o sentido não determina a escolha das palavras, é algo construído no uso da linguagem.

Se o signo só quer dizer algo na medida em que se destaca dos outros signos, seu sentido está totalmente envolvido na linguagem, a palavra intervém sempre sobre um fundo de palavra, nunca é senão uma dobra no imenso tecido da fala. Para compreendê-la, não temos de consultar algum léxico interior que nos proporcionasse, com relação às palavras ou às formas, puros pensamentos que estas recobriram: basta que nos deixemos envolver por sua vida, por seu movimento de diferenciação e de articulação, por sua gesticulação eloquente. Logo, há uma opacidade da linguagem: ela não cessa em parte alguma para dar lugar ao sentido puro, nunca é limitada senão pela própria linguagem, e o sentido só aparece nela engastado nas palavras. Como a charada, só é compreendida mediante a interação dos signos, que, considerados à parte, são equívocos ou banais, e apenas reunidos adquirem sentido (Merleau-Ponty, 1991, p. 42-43).

O autor corrobora a afirmação de Franckel (2011) de que a linguagem é o traço de um pensamento organizado de modo específico, e, para compreender o sentido da palavra, não recorreremos a um léxico, mas ao pensamento. O enunciador apreende o mundo por meio de suas experiências físico-culturais e mentais; a partir da linguagem, constrói as noções linguísticas que, quando colocadas em relação a outras noções, ganham formas, as formas estabelecem significação e são interpretáveis.

O pensamento desenvolve um trabalho de organização, de unidades específicas da língua, categorizando o empírico não mais num sistema de correspondência, e sim num sistema figurativo, em que o valor da unidade deixa de pertencer apenas ao espaço que ocupa e passa a pertencer também ao conjunto das relações entre as demais unidades, possibilitando a construção da significação do enunciado. Passamos, então a apresentar a TOPE.

1.2 Teoria culioliana

Culioli define a linguística como ciência que estuda a linguagem por meio da diversidade das línguas naturais. A TOPE concebe a linguagem como uma atividade de produção de significação desenvolvida por enunciadores em interação, a qual se manifesta por meio da língua. Para compreender o sistema linguístico e suas marcas, é necessário entender que nos mecanismos de linguagem não ocorre a disjunção entre unidades lexicais e elementos gramaticais. As unidades significativas se constroem na articulação do léxico com a gramática e envolvem, além dos aspectos semântico-discursivos, os enunciativos. Logo, para Culioli (1990), impôs-se a necessidade de uma teoria da linguagem que articulasse a linguagem com outros domínios nos quais se inscreve naturalmente.

Para o pesquisador, portanto, a linguística tem por objetivo “[...] a atividade de linguagem apreendida através da diversidade de línguas naturais (e através da diversidade de

textos orais e escritos)” (Culioli, 1990, p. 14, tradução nossa)⁸. A linguagem constitui um objeto de estudo e uma manifestação da língua em situação de uso, uma atividade fundamental do homem. A língua se apresenta sob a forma de textos e representa formas de arranjos que podem variar de uma língua para outra.

Nesta direção Vogüe et al. (2011, p. 11), a linguagem não se insere em relações “transparentes” com o mundo ou o pensamento; ela determina formas de pensamento ao dizer o mundo de um modo que lhe é próprio, e ao mesmo tempo em que dizemos aos outros e a nós mesmos coisas que dizem respeito ao mundo.

Sob a ótica de Culioli, a

linguagem, que é uma atividade significativa de representação, torna-se somente acessível por meio de sequências de textos, ou seja, por meio de marcadores que são os traços de operações subjacentes. O objetivo não é construir uma gramática universal. Mas, reconstruir, por um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos de cada língua. Em suma, o objetivo é encontrar as invariantes que fundamentam e regulam a atividade de linguagem em toda a sua riqueza e complexidade (Culioli, 1990, p. 179, tradução nossa)⁹.

Definida como uma atividade teórico-prática, a linguagem pode ser entendida como uma ação mental na qual só é perceptível ao linguista devido à pluralidade das línguas. Neste caso, o enunciado terá um duplo estatuto, teórico e material. A linguagem é abordada de duas maneiras: como objeto correspondendo a um material verbal, um conjunto de formas que se apresentam conforme a organização de um determinado arranjo; como atividade relativa aos que manifestam e praticam, corresponde a uma atividade fundamental do homem.

A linguística culioliana tem como característica conceber a linguagem como atividade de construção de significação, realizada por meio da interação dos sujeitos enunciadorees. E nomeia de processo linguageiro essa possibilidade de criar e interpretar enunciados, que é a capacidade cognitiva inata no sujeito, e se dispõe a apreender o funcionamento da linguagem somente por meio das produções linguísticas na diversidade das línguas naturais.

Culioli (1990) ao defender a ideia da concepção de linguagem como atividade significativa, em que, conseqüentemente, temos a reabilitação do sujeito enquanto entidade

⁸ No original: “la linguistique a pour objet l’activité de langage appréhendée à travers la diversité des langues naturelles (et à travers la diversité des textes, oraux ou écrits)” (Culioli, 1990, p. 14).

⁹ No original: “Language, which is meaningful representational activity, is only accessible through text sequences, that is, through patterns of markers which are themselves traces of underlying operations (cf. supra). The goal is not to construct a universal grammar, but to re-construct, by a theoretical and formal process, the primitive notions, elementary operations, rules and schemata which generate grammatical categories and patterns specific to each language. In short, the goal is to find the invariants which found and regulate language activity, in all its richness and complexity” (Culioli, 1990, p. 179).

capaz de se constituir em origem das produções linguísticas. Nesse mesmo sentido, De Vogüé (2011) assera que:

É precisamente porque a enunciação é concebida como um processo de constituição de sentido (e não como o ato de um locutor) que a linguagem deve ser concebida como uma atividade. O sentido é construído, enunciado por enunciado. A linguagem não poderia ser concebida como uma grade interpretativa posta sobre o mundo (semiótico), nem como um motor discursivo do qual os sujeitos se apropriam para investir o mundo de significação: é uma máquina própria para construir significação. [...] Os sistemas variam de língua para língua, os discursos, de locutor para locutor: é somente na atividade que a linguagem reside, aquém dos sistemas e dos discursos (De Vogüé, 2011, p. 75).

A linguagem é uma atividade de construção de significação. Por meio dos discursos, de enunciado a enunciado, de língua a língua, os enunciadores constroem o sentido. Culioli define a linguagem como uma atividade de representação, referência e regulação dos sujeitos, enquanto os arranjos léxico-gramaticais são vistos como marcadores que permitem o acesso aos mecanismos invariantes da linguagem (Culioli, 1990, p. 9-24). Tais atividades são consideradas capacidades cognitivas inatas. A atividade simbólica possibilita a conexão entre nossa representação mental e nossa expressão linguística.

A linguística, derivada desse conceito de linguagem, não estaria procurando o todo, os universais, as invariantes (concepção de ciência no sentido clássico) e não estaria também propondo um estudo do particular, como processos aleatórios e impossíveis de qualquer organização. Propõe clivar essas duas ordens de fato: procurar as invariantes (fazer ciência, talvez não mais em uma concepção clássica de ciência) processuais responsáveis pela variação (Rezende, 2000b, p. 89).

Precisamos explicitar o movimento que traz a existência de *alguma coisa* enquanto representação de uma língua particular num espaço referencial homogêneo. Temos que assumir a diversidade implicada pela atividade de linguagem e teorizar a linguagem como o “elemento estruturador” (Rezende, 2000a, p. 33) subjacente aos planos experiencial e linguístico. A linguagem é imprevisível, opaca e indeterminada, isto é, as unidades de uma língua dada são objetos fundamentalmente instáveis que caminham em várias direções de sentido, o que nos força a

[...] trabalhar sobre domínios híbridos de articulação que relacionam aquilo que foge à nossa alçada de linguistas, tais como os processos cognitivos de categorização e de construção de representações, com aquilo que nos é próprio, a saber, as representações linguísticas (arranjos léxico-gramaticais das línguas naturais) como produto da atividade de linguagem (Pria, 2009, p. 56).

A linguagem enquanto mecanismo operatório na produção e no reconhecimento de sequências interpretáveis é sempre colocada em funcionamento por um sujeito imerso no empírico. Trata-se de “um sujeito que fala e que está inserido em um meio ambiente, e que quando fala, refere-se a universos extralinguísticos que lhe são externos e internos (realidade física e cultural) e interno e externo (realidade psíquica)” (Rezende, 2000, p. 124-125). Essa teoria compreende a linguagem como “trabalho, coloca o desencontro, a ambiguidade como fundamento, e o encontro, a transparência como conquistas” (Rezende, 2000, p. 7), ou seja, a linguagem como construção de representação por parte do sujeito.

A TOPE, como uma teoria dos observáveis, questiona os modos de observação e tem clareza sobre o que está sendo observado nas línguas. Essa abordagem envolve um processo de observação dos dados, e os instrumentos de análise são desenvolvidos com base nesses dados. Ela parte do pressuposto de que toda variação é experiencial, subjetiva e empírica, colocando a diversidade sob observação com o objetivo de compreendê-la e apropriar-se dela.

[...] o problema entre, de um lado, uma pesquisa que se aplica às línguas na sua especificidade e às configurações que lhes são próprias, de outro lado, uma pesquisa que se aplica à atividade de linguagem (qual seja a atividade de representação, referenciação e de regulação, apreendida na sua gênese [...]) (Culioli, 1990, p. 10, tradução nossa)¹⁰.

O trabalho do linguista deve se voltar à manipulação de enunciados e à formalização dos observáveis. Esse trabalho visa simular o investimento da ação subjetiva, “que Culioli chama de *força assertiva*” (Ducard, 2009, p. 65, grifo do autor), de modo que a ação subjetiva é constitutiva das línguas. Os observáveis são objetos que articulam a experiência subjetiva (diálogos espontâneos) e/ou a formalização de paráfrase por meio da atividade metalinguística (textos manipulados pelo linguista). A partir dessas experiências, estabelece um ajustamento e uma aproximação para atingir uma significação, por meio da atividade de paráfrase e de reformulação, temos acesso ao sentido.

Retomando o assunto sobre a linguagem enquanto mecanismo operatório, propomos a articulação entre forma e sentido, a linguagem deve ser entendida como uma atividade de montagem e desmontagem de valores que são o resultado do ajustamento de configurações léxico-gramaticais a efeitos semânticos pretendidos para situações particulares de interação. Essa atividade de montagem e desmontagem “supõe a capacidade de ajustamento entre

¹⁰ No original: “le problème de l’articulation entre, d’une côté, une recherche qui portait sur les langues dans leur spécificité et avec leur configuration propre, d’une autre côté une recherche qui portait sur l’activité de langage (qu’il s’agisse d’activité de représentation, de référenciation, de régulation, appréhendée dans sa genèse [...])” (Culioli, 1990, p. 10).

sujeitos” (Culioli, 1990, p. 26)¹¹ por meio do ajustamento que apresentam variações no tempo, no espaço, de uma cultura a outra, entre falantes, e intrafalantes. E se verifica na reflexão inconsciente dos falantes sobre a atividade de linguagem e por meio do ajustamento que os sujeitos atingem a compreensão e clareza. Esse trabalho entre os sujeitos para se fazer entender e para compreender o outro é o que caracteriza a atividade de linguagem.

1.3 Atividade de linguagem

Nessa subseção, vamos conhecer alguns objetos teóricos da TOPE. Esse é o momento de observarmos a passagem do objeto linguageiro¹² para o objeto linguístico, a transformação da representação mental para a materialidade da palavra, ou seja, as formas se materializam e por meio de operações constroem o percurso até a significação. Para Auroux (1992, p. 61-62), é essa passagem do saber epilinguístico ao saber metalinguístico que constitui o fundamento das ciências da linguagem. Culioli apresenta a linguagem como uma atividade

A atividade de linguagem é o que possibilita ao sujeito tanto a produção quanto o reconhecimento de representações linguísticas providas de significação. Essas representações são, ao mesmo tempo, produto da atividade de linguagem e caminho de acesso às operações dessa atividade. Enquanto produto da atividade de linguagem, as formas linguísticas guardam vestígios das operações que lhes deram origem, possibilitando ao linguista a teorização de um processo que envolve operações de representação, de referenciação e de regulação (Culioli, 1990, p. 14 apud Pria, 2009, p. 28).

Temos a atividade da linguagem como uma atividade simbólica na qual os sujeitos estão em constante posicionamento em relação à realidade extralinguística, com auxílio do sistema de representação. Ao mesmo tempo em que temos a autonomia referencial, há uma relativa dependência desses objetos criados e das propriedades do extralinguístico (realidade física e mental). Esse conhecimento de como as coisas estão na experiência do nosso coenunciador é fundamental para a atividade da linguagem.

O sujeito tenta delimitar, construir, dar existência aos objetos por meio de suas experiências e cria suposição de existência de objetos por meio das experiências de seus interlocutores (nominalismo), e esses objetos podem ter uma existência autônoma, cujas referências não estão ligadas aos objetos e às propriedades dos objetos do extralinguístico.

¹¹ No original: “Suppose la capacité d’ajustement entre les sujets” (Culioli, 1990, p. 26).

¹² Na página 31, descrevemos como a TOPE compreende o objeto linguageiro.

Culioli (1990) propõe um esquema de níveis de representação entre linguística, linguagem e línguas naturais.

[...] Nós não temos acesso ao processo que dá origem às formas em que as marcas são baseadas, mas temos à nossa disposição os traços textuais que apontam para esse processo. Se nós chamarmos essa atividade de processo inacessível de *Nível I*, então os padrões de marcadores estão no *Nível II* e nós podemos concluir que os observáveis são representativos do *Nível I*. Devemos, por isso, construir operações metalinguísticas de *Nível III* que serão formalizadas em sequências textuais, equivalentes aos observáveis de *Nível II* (Culioli, 1990, p. 178, grifos do autor, tradução nossa)¹³.

[...] Se partirmos do princípio teórico, exposto em outro lugar, de que existem três níveis de representação (nível 1, linguagem [noções; operações]; nível 2, linguagens [arranjos de marcadores]; nível 3, metalinguística) (Culioli, 1990, p. 129, tradução nossa)¹⁴.

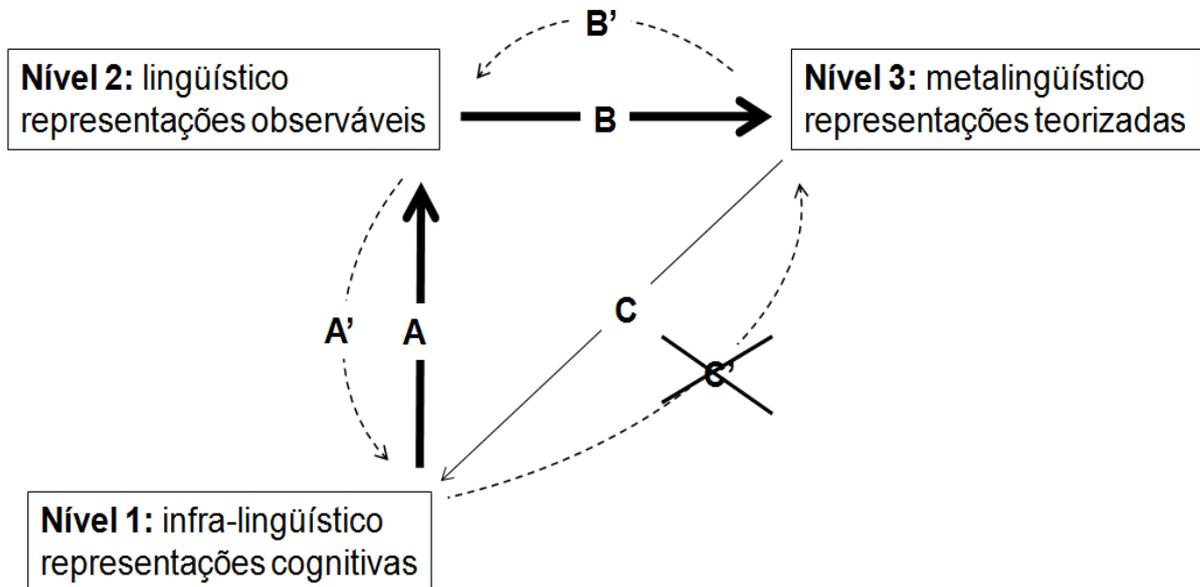
Assim, procuramos estudar a representação cognitiva, representação linguística e representação metalinguística que correspondem aos três níveis.

A relação entre os Níveis 1, 2 e 3 está esquematizado de modo que, as letras **A**, **B** e **C** sem a apóstrofe representam a trajetória da atividade de linguagem de um sujeito enunciador. E as letras com a apóstrofe **A'**, **B'** e **C'** representam a trajetória do linguista na teorização dessa atividade. Observamos a relação do níveis apresentados na figura 1:

¹³ No original: [...] We have no access to the processes that originate the forms on which the shapes are based, but we have at our disposal the textual traces which print such processes. If we call this inaccessible processing activity *Level I*, then the patterns of marks are *Level II*, and we are led to conclude that *Level II* observables are the representatives of *Level I* processes. We must therefore construct metalinguistic operations at *Level III* which will result in formal textual sequences, equivalent to *Level II* observables (we thus obtain representatives of representatives) (Culioli, 1990, p. 178, grifos do autor).

¹⁴ No original: [...] Si l'on part du principe théorique, exposé ailleurs, qu'il existe trois niveaux de représentation (niveau 1, langage [notions; opérations]; niveau 2, langues [agencements de marqueurs]; niveau 3, métalinguistique) (Culioli, 1990, p. 129).

Figura 1 – Esquemática da relação entre os níveis infralingüístico, lingüístico e metalingüístico



Fonte: Adaptado de Culioli e Desclé (1982b).

Os níveis de representação funcionam como base para entender a relação que as operações abstratas estabelecem com os marcadores lingüísticos. O linguista não tem acesso direto ao nível cognitivo, uma vez que seu acesso é mediado pelo produto das operações cognitivas, que remete ao processo de construção de significação. O sentido, em primeiro lugar, desencadeia no outro uma representação mental, o que permitirá representar e atuar sobre o mundo, sobre si e sobre outros sujeitos.

1.3.1 A representação

A atividade de representação é o movimento que vai do cognitivo até as representações teorizadas e retorna ao nível cognitivo, possibilitando a formalização da significação. Em outras palavras, é um movimento evolutivo composto por uma continuidade de operações que se desenvolvem nos níveis de representações mentais, da linguagem, e representações das representações mentais, das línguas.

A representação mental da linguagem se desenvolve em três níveis, a saber.

O **nível I** é o das operações cognitivas, no qual são construídas as noções e organizadas as experiências que construímos desde a infância. Nesse nível, não temos acesso ao sentido imediato. Esse é o momento inicial, onde a AE se localiza, em que ocorre a regulação subjetiva entre o domínio cognitivo das representações inconsciente e consciente. O

enunciador elabora questões mentais, percorrendo domínios e formas possíveis, e as relações são indeterminadas e pré-assertadas. Isto é, o enunciador ainda não assumiu o conteúdo da relação predicativa.

Culioli explica a função reguladora do sistema cognitivo na atividade de linguagem, denominando essa função de “epilinguística”¹⁵, atividade metalinguística não consciente. Segundo Rezende (2000, p. 24), a compreensão do que é a atividade epilinguística, entendida como um diálogo interno, amplia os horizontes teóricos da linguística. O epilinguístico, nas palavras de Claudine Normand, é o modo encontrado por Culioli para explicar por que “há língua e de que maneira ela funciona” (Culioli; Normand, 2005, p. 111). Onofre explica que as atividades epilinguísticas são

[...] desenvolvidas pelos sujeitos no momento de busca em seu repertório linguístico-cognitivo de uma melhor possível organização linguística no processo de produção e interpretação de texto. Esse processo não tem um ponto de chegada ideal, está em constante produção (Onofre, 2009, p. 91).

Em conformidade com os autores acima, a AE é uma atividade não consciente, é um diálogo interno, em que o sujeito busca em seu repertório linguístico organizar o processo de representação, por meio de uma forma que sustenta as formas linguísticas (enunciados, textos) para que tenhamos uma estabilidade, possibilitando a comunicação e, por fim, a estabilização da significação. Assim, “essa estabilidade é extremamente interessante, porque, justamente, é preciso ao mesmo tempo ir além dela e explicar porque ela se constitui como se constitui, de modo a ser eficaz” (Culioli; Normand, 2005, p. 203).

Os objetos languageiros são formas abstratas, ou seja, são representações mentais que só constroem um significado quando colocadas em relação a outras representações. É na transição do objeto languageiro para o objeto linguístico que as formas abstratas se materializam, passando para o nível II dos arranjos formais.

O **nível II** é o das representações linguísticas, dos arranjos formais. Esse é o momento da escolha das formas linguísticas para representar o que se pretende dizer, considerando o universo físico e cultural entre os sujeitos enunciantes.

O **nível III** é o da representação metalinguística, no qual ocorre a construção explícita da formalização teórica, a reconstrução da relação entre os níveis 1 e 2. Podemos simular a correspondência entre os objetos da representação mental e objetos da representação

¹⁵ Tradução do termo “épi-linguistique”, empregado por Culioli (1999a, p. 74).

linguística e, dessa maneira, reconstruir o nível das operações cognitivas, a representação das representações mentais das línguas.

O processo de representação é uma constante na produção e no reconhecimento das formas, sendo ativado a todo instante, possibilitando ao linguista a teorização de um processo que envolve operações de representação, de referenciação e de regulação. Sobre a representação, Rezende diz:

O primeiro nível de representação é subjetivo e centralizado; o segundo nível de representação, que é a referenciação, é objetivo e descentralizado; e o terceiro, da regulação, é novamente subjetivo, mas alcançou um outro nível de organização em razão do diálogo com o outro, com o diferente, realizado no nível anterior, o da referenciação e, portanto, é subjetivo e centralizado novamente (Rezende, 2012, p. 570).

O linguista não tem acesso de forma imediata aos processos que originam as formas e as construções linguísticas, porque este nível é anterior à categorização da palavra.

1.3.2 A referenciação

A atividade de referenciação tem como objetivo a construção de um sistema referencial intersubjetivo coordenado, de objetos linguísticos localizáveis e de um espaço referencial.

[...], o pré-requisito para a referenciação é a construção de um complexo sistema coordenado intersubjetivo, de um espaço referencial, e de objetos linguísticos localizáveis (mais precisamente, localizável em relação ao centro organizador de um domínio nocional, tanto quanto em relação aos parâmetros subjetivo e espaço-temporal do espaço referencial) (Culioli, 1990, p. 180, tradução nossa)¹⁶.

A partir da operação de localização do objeto linguístico, constrói-se o espaço de referência que comporta os valores referencias durante uma situação enunciativa, possibilitando a regulação intersubjetiva. Sendo “o valor referencial correspondendo ao que há de recorrente na interpretação e na contextualização (ou na realização) de um enunciado” (Franckel, 2011, p.24). Deste modo, trata-se de um conjunto de “localizações entre o enunciado, a situação enunciativa (com parâmetros relacionados ao tempo, ao espaço, aos

¹⁶ No original: [...] the prerequisite to reference assignment is the construction of a complex intersubjective coordinate system, of a referential space, and of localizable linguistic objects (more accurately, locatable with respect to the organizing center of a notional domain, as well as relative to the subjective and spatio-temporal parameters of the referential space) (Culioli, 1990, p. 180).

sujeitos e aos eventos implicados na enunciação) e a relação predicativa” (Zavaglia, 2016, p. 52), uma vez que um objeto somente adquire forma e valor referencial graças ao esquema dinâmico de localização:

[...] um sistema de localização graças ao qual os enunciadores poderão referir-se, estabelecer uma relação entre um enunciado (logo uma situação enunciativa) e um acontecimento (todo estado ou mudança de estado considerada pelos interlocutores, quer seja factual ou imaginada) (Culioli, 1999a, p. 62, tradução nossa)¹⁷.

Esse é o momento da escolha das formas linguísticas para representar o que se pretende dizer, considerando o universo físico e cultural compartilhado entre os sujeitos enunciadores. Os valores referenciais somente serão atribuídos e ativados em uma situação real de enunciação, e são eles provisórios nas marcas linguísticas, dependentes do enunciado e da estabilidade provisória propiciada pela atividade de regulação intersubjetiva manipulada pelos sujeitos.

Desse modo, constrói-se um sistema de referência estável e ajustável, o que permite ao outro a sua reconstrução a partir dos enunciados e da operação de referenciação, pela qual o texto é possível de ser interpretado e ao qual valores referenciais são atribuídos.

[...] o sistema de referência não é fornecido todo constituído, mas é construído por um sujeito que é parte integrante do sistema. Assim, não temos o caso de um observador exterior, munido de um referencial objetivável, mas tudo se passa como se o sujeito se constituísse como origem do sistema de referência. Acontece que, esse sujeito deve construir o sistema em relação a um outro sujeito a quem ele quer fazer partilhar sua representação; situação complexa, pois, excetuando a operação de apontar (quando temos o caso do visível e que o interlocutor está presente), nós não possuímos referencial externo e pré-ajustado que funcionaria de sujeito a sujeito (Culioli, 1999a, p. 167, tradução nossa)¹⁸.

O sistema de referência é uma construção a partir da experiência do sujeito sobre o mundo físico e mental. Ele é parte integrante desse sistema e não deve ser considerado como a origem, pois a construção só se efetiva mediante a relação com outro sujeito. Podemos dizer que é nesse momento que os enunciadores estabelecem uma relação entre os domínios linguísticos e extralinguísticos para atribuir os valores referenciais aos enunciados.

¹⁷ No original: [...] un système de repérage grâce auquel les énonciateurs pourront référer, établir une relation entre un énoncé (donc. une situation énonciative) et un événement (tout état ou changement d'état envisagé par les énonciateurs, qu'il soit factuel ou imaginé) (Culioli, 1990a, p. 62).

¹⁸ No original: [...] Le système de référence n'est pas fourni tout constitué, mais est construit par un sujet qui est partie intégrante du système. Ainsi on n'a pas affaire à un observateur extérieur, muni d'un référentiel objectivable, mais tout se passe comme si le sujet se constituait comme origine du système de référence. Or, ce sujet doit construire le système par rapport à un autre sujet à qui il veut faire partager sa représentation; situation complexe, car, en dehors du pointage (lorsqu'on a affaire à du visible et que l'interlocuteur est présent), nous ne possédons pas de référentiel externe et pré-ajusté qui fonctionnerait de sujet à sujet (Culioli, 1999a, p. 167).

Dessa maneira, podemos dizer que, na TOPE, a realidade a que se refere o enunciado é construída no e pelo enunciado, ao levar em consideração a experiência e a percepção dos sujeitos enunciantes. Em uma troca enunciativa, há necessidade de ajustamento, regulação entre os sujeitos, uma vez que não há atividade de linguagem sem ajustamento. Veremos na sequência como ocorre esse processo de regulação.

1.3.3 A regulação

Na atividade de regulação, o enunciador ajusta sua produção enunciativa, buscando atribuir um determinado valor para cada forma empregada, momento em que ocorre o ajustamento entre as representações construídas subjetivamente. É o início da construção da significação por meio de uma relação dialógica entre os dois interlocutores, ou seja, ocorre a regulação entre as representações da representação do sujeito enunciantes e as representações da representação do sujeito coenunciador.

A regulação intersubjetiva consiste em ajustar estruturas de referência e representações, e “alcançou um outro nível de organização em razão do diálogo com o outro, com o diferente, realizado no nível anterior, o da referenciação e, portanto, é subjetivo e centralizado novamente” (Rezende, 2010, p. 13), permitindo a modulação e deformação, cuja mensagem não é considerada um simples transporte de informação constituída e estável.

Culioli (1990) diz que a operação de regulação traz deformabilidade e estabilidade, pois não há comunicação sem estabilidade.

[...] Precisamos colocar no cerne da atividade de linguagem (seja representação ou regulação) o ajustamento, que implica tanto a estabilidade quanto à deformabilidade de objetos apanhados em relações dinâmicas, a construção de domínios, espaços e campos onde os sujeitos terão o necessário jogo para a atividade de locutores-enunciadores (Culioli, 1990, p. 129, tradução nossa)¹⁹.

A estabilidade que Culioli apresenta não é rígida, devido à dinamicidade dos fenômenos linguísticos. Primeiro há a deformabilidade para que, após a manipulação, ocorra uma estabilidade provisória.

[...] Sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a esse termo, e a interação somente seria uma sucessão

¹⁹ No original: [...] Il nous faut poser au coeur de l'activité de langage (qu'il s'agisse de représentation ou de régulation) l'ajustement, ce qui implique à la fois la stabilité et la déformabilité d'objets pris dans des relations dynamiques, la construction de domaines, d'espaces et de champs où les sujets auront le jeu nécessaire à leur activité d'énonciateurs-locuteurs (CULIOLI, 1990, p. 129).

de acontecimentos sem coerência. Ora isso é contrariado pela observação mais rudimentar. Mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos linguísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (Culioli, 1990, p. 129, tradução nossa)²⁰.

O trabalho de construção da significação se dá por meio do ajustamento das formas, do movimento de interação dos enunciadores. A significação resulta desse ajuste constante de regulação entre homem, mundo e pensamento.

Dessa forma, a atividade de linguagem, ao organizar a percepção do sujeito, estrutura tudo aquilo que o homem experiencia, enquanto realidade objetiva ou subjetiva. Logo, “tornam-se sempre subjetivadas enquanto realidades percebidas” (Rezende, 2000, p. 180).

Para Culioli (1990), a enunciação intervém na construção metalinguística de toda significação gerada, não apenas na descrição de fenômenos. Ela se preocupa com a transição que se opera entre os objetos abstratos e linguísticos, trabalha com a linguagem enquanto atividade cognitiva, permitindo ao sujeito manipular as operações da produção, visando a uma pluralidade de significações. As unidades morfolexicais não se definem por uma totalidade na realidade, portanto, é de natureza instável, e são os sujeitos e a realidade que as constroem enquanto objetos significativos.

1.4 Funcionamento das unidades morfolexicais

Uma unidade não se define por um sentido de base, não é uma designação de conteúdo, visto que sua identidade se caracteriza pelo funcionamento e não por um único valor, de maneira que uma mesma unidade pode representar vários valores, conforme veremos na próxima seção e nas análises da unidade *-zinho*. Segundo Franckel (2011), as unidades são construídas por processo de individuação e remetem a uma representação de mundo, têm um valor abstrato, um potencial de significação que se define pelo papel específico que desempenha nas interações uma a uma na sua singularidade.

Por intermédio do modo de interação com o contexto, é possível extrair a identidade, cujo valor é produto de operações materializadas pelas unidades da língua e por suas

²⁰ No original: [...] Sans stabilité, il n'y aurait pas d'ajustement régulier, pas de communication, quelle que soit la portée que l'on donne a ce terme, et l'interaction ne serait qu'une succession d'événements sans cohérence. Or, ceci est contredit par l'observation la plus rudimentaire. Mais la stabilité ne saurait être confondue avec la rigidité ou l'immuabilité. Les phénomènes linguistiques forment des systèmes dynamiques qui sont réguliers, mais avec une marge de variation due à des facteurs d'une grande diversité: on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques (Culioli, 1990, p. 129).

organizações. Assim, o sentido é constituído de uma dinâmica, de uma fluidez, à medida que tentamos apreendê-lo a partir de uma alteração e um deslocamento, de maneira que seja reconhecido pelo outro como algo que foi produzido para ser reconhecido como interpretável.

Na atividade de linguagem, as unidades lexicais e as categorias gramaticais são construídas e pertencem a uma língua natural dada, de modo que o sentido das unidades não é definido por aquilo a que elas remetem em uma representação de mundo externo à língua. O sujeito falante tem intenção de dizer algo e traz consigo noções, e essas noções se delimitam, enquanto os valores das unidades são sempre variáveis, dependentes do contexto e do tipo de cena enunciativa. Cada unidade estabelece um valor potencial, e o valor depende da forma como estas se organizam e de sua interação com o entorno.

É importante dizer que cada unidade estabelece uma identidade, construída pelos enunciadores em meio a uma diversidade de valores possíveis. É a partir da enunciação que temos um processo de construção, no caso, a construção da significação é apreendida por meio da variação do sentido das unidades morfolexicais. Uma unidade pode representar uma noção, mas ela não traz um valor absoluto e único. Rezende acrescenta

Na organização das línguas, unidades gramaticais e lexicais apontam para uma grosseira direção de sentido e cabe aos interlocutores determiná-las, quer dizer, construir a significação. Sendo indeterminada, é vista como um constante trabalho de construção de representação. Esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmago dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade; os interlocutores são simultaneamente emissores e receptores. Há uma assimetria entre eles e o material físico, gráfico ou sonoro, não transmite nenhuma mensagem. Cabe aos interlocutores investir arduamente nos textos de significados, seja na leitura, na escrita, na fala ou na escuta (Rezende, 2014, p. 87).

Como diz Rezende, cabe aos interlocutores construírem os significados nos textos. Por um lado, o sentido é variável na medida em que o enunciador, por meio da atividade de linguagem, explica e (re)explica, utilizando outras palavras para se fazer entendido pelo coenunciador. Por outro lado, cada forma linguística só quer dizer o que efetivamente diz.

Só o que é dito diz o que é dito, e qualquer outro acesso a esse dito, qualquer tentativa de atingir por meio desse dito um querer dizer, uma significação, resulta em desvio irreduzível, ainda que mínimo, ainda que se estabeleça um ajustamento e uma aproximação à qual podemos, frequentemente, nos acomodarmos. O que produz esse desvio não é a alteração de um — sentido puro, que existiria independentemente dessa alteração. É essa própria alteração que é, de algum modo, constitutiva do sentido, e que lhe dá corpo (Franckel, 2011, p. 40-41).

O sentido da unidade depende do sentido de outra unidade, e esta relação se destaca na identidade à medida que há diferença. “Na medida em que a variação das relações de uma

unidade com seu entorno é considerada como constitutiva da identidade dessa unidade, não é mais possível fundamentar essa unidade em um valor semântico estável e autônomo, ou em um valor prototípico, definível fora de contexto” (Franckel; Paillard, 2011, p. 98). Uma unidade só se dota de sentido se posta numa relação com o contexto, e passa a exercer um sentido integrativo e não isolado, uma vez que a estabilização semântica resulta exclusivamente de interações entre unidade e o contexto. Passamos, então, a apresentar o conceito de enunciado.

1.5 O processo de construção do enunciado

O processo de construção do enunciado envolve um conjunto de relações imbricadas: a relação primitiva, que compreende a constituição de uma *lexis*²¹ instanciada por noções semânticas; a relação predicativa, em que se constrói um termo de partida e um localizador; e a relação enunciativa, que localiza uma léxis em relação a um sistema referencial definido por uma situação enunciativa.

Para compreender as relações entre atividade de linguagem e línguas, Culioli (1999) propõe o estudo do agenciamento de marcadores, os rastros sob forma de enunciados. Segundo Franckel (2011), essa relação que se situa no campo da “semântica”, traz como definição: análise das representações mentais desencadeadas e apreendidas por meio do material verbal que lhes dá corpo. “Uma noção pode ser definida como um complexo de representações físico-culturais e não deve ser identificada com rótulos lexicais. Nem pode ser assimilada por eventos localizados no tempo e no espaço” (Culioli, 1999, p. 181, tradução nossa)²². Assim, uma unidade pode representar uma noção, em que a construção dessa noção se dá a partir do momento que o linguista coloca sob observação a diversidade experiencial e empírica em toda a sua diversidade, visando a sua apropriação.

A unidade com um contexto²³ encaixante remete a uma situação munida de coordenadas enunciativas, e o contexto traz elementos que podem adquirir vários valores, esses elementos são deformáveis e polissêmicos e o sentido é o produto da dinâmica de contextualizações das unidades.

²¹ Optamos em não traduzir o termo *lexis*, usaremos léxis para se aproximar do português. Para a compreensão dos conceitos de léxis e de noção presentes neste texto, ver Culioli (1990, p. 47-65,78-79,204; 1999a, p. 24,34,100,130; 1999b, p. 17-33).

²² No original: A notion can be defined as a complex of physico-cultural representations and should not be equated with lexical labels. Nor can it be assimilated to spatio-temporally located events (Culioli, 1999, p. 181).

²³ “O contexto se inscreve em relação a uma unidade ou sequência (um encadeamento interpretável de palavras) dada, numa dialética complexa do ‘interno’ e do ‘externo’” (Franckel, 2011, p.23).

Com relação ao papel da unidade na construção do valor referencial de um enunciado, a TOPE preconiza que esse valor é produto de operações que se materializam pelas unidades da língua e por suas organizações. Portanto, no processo de significação, o sentido se constrói no próprio enunciado.

Agora, podemos falar sobre os processos constitutivos do enunciado e elucidar como os linguistas constroem os objetos sobre os quais operam, isto é, como estabelecer a estabilidade deformável e a plasticidade estável do jogo enunciativo e percorrer o problema da troca enunciativa à construção e reconstrução de formas abstratas e materiais, gerando condições que tornam um enunciado interpretável. Rezende contribui

Nesse movimento de passagem da expressão linguística de um sujeito ao outro (intra-sujeito, intersujeitos, intralíngua e interlínguas), não é o valor polarizado que conta mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do valor final atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o valor em si (Rezende, 2009, p. 21).

Desse modo, para que possamos construir os enunciados, devemos construir os espaços. Assim, a construção do enunciado se daria pela relação estabelecida entre uma noção e uma ocorrência dessa noção (num determinado momento, num determinado lugar, por um determinado enunciadador). Culioli destaca que o processo enunciativo requer três fases fundamentais, veremos nas próximas subseções, a começar pela relação primitiva.

1.6 Relação primitiva (SIT 0)

A relação primitiva corresponde ao início do processo de constituição de um enunciado, denominado de Situação Zero, representado por SIT 0, que estabelece um sentido entre as noções. Nesse entendimento, não estamos falando de significado, mas de uma orientação dos termos, uma vez que a noção por si só já aponta para um horizonte de sentido e direciona a orientação dos termos, de modo que se estabeleçam mais ou menos implícitos, criando condições de produção e reconhecimento de formas em uma dada língua, que serão colocadas em relação. A partir dessa relação, passamos para a etapa de construção de uma léxis, ou esquema de léxis, como pontuam os linguistas dessa teoria.

Segundo Culioli, “uma léxis não é um enunciado: ela não é nem assertada, nem não-assertada, pois não está (ainda) situada (localizada) em um espaço enunciativo munido de um

referencial (sistema de coordenadas enunciativas)” (Culioli, 1999a, p. 101, tradução nossa)²⁴. A léxis é responsável por assegurar a relação entre os esquemas de funcionamento sintático e os efeitos semânticos ligados a esses funcionamentos. Em outras palavras, é o nível que atribui propriedade às coisas e lhes confere forma, garantindo a relação entre as formas e colocando-as em ação, possibilitando que sejam expressas verbalmente, mesmo antes de qualquer realização por meio de uma proposição. O sistema de efeitos semânticos está na origem da escolha do esquema de léxis, sendo indissociável da noção de orientação que lhe é inerente.

Uma forma primitiva não é assumida pelo sujeito enunciador, quer dizer, ela antecede o ato enunciativo. Portanto, a relação primitiva trata-se de uma orientação para a ordenação dos termos, designa a seleção dos termos que serão colocados em relação, permite ao sujeito enunciador selecionar três termos do léxico: dois argumentos (a/b) e um relator (**R**), sendo representada por

<**R**, a, b>, e fazem a relação: argumento **a**, relator **R**, argumento **b**.

Esses termos são indeterminados e serão preenchidos por noções passíveis de se relacionarem semanticamente. A partir da léxis <Saulo tocar violão>, constrói-se um enunciado, tal como:

1. O Saulo tocou o violão.

Nesse enunciado, há uma relação orientada de um “tocador” em direção ao “tocado”, de modo que essa orientação vai de um ponto de origem/partida, “Saulo”, em direção a um ponto de objetivo/chegada, “violão”, por meio da operação de “tocador”, que pode ser representada por: **a** (Saulo - tocador) **r** (toca - o tocar) **b** (violão - tocado). Assim, essa relação de orientação semântica indica que o argumento **a** é a origem do relator e o argumento **b** é o objetivo do relator **R**, de modo que devemos estabelecer uma relação entre os argumentos **a** e **b**, termos que remetem às noções. Nesse sentido, essa orientação projeta um provável resultado, sendo determinada pelas propriedades semânticas das noções.

²⁴ No original: “une lexis n’est pas un énoncé: elle n’est ni assertée, ni non-assertée, car elle n’est pas (encore) située (reperée) dans un espace énonciatif muni d’un référentiel (système de coordonnées énonciatives) (Culioli, 1999a, p. 101).

Trata-se de três lugares vazios ligados à nossa atividade cognitiva $\langle a \ r \ b \ \rangle$, que representam três noções²⁵ instáveis, anteriores ao léxico e à gramática. O preenchimento das noções constitui o esquema de léxis e pode ser representado pela notação $\lambda \langle \xi_0, \xi_1, \pi \rangle$ ²⁶. Essa maneira de representar tem a seguinte notação: $\langle \xi_0, \xi_1, \pi \rangle$, em que ξ_0 é o ponto de partida da relação; ξ_1 , o ponto de chegada da relação e π é o operador de predicção (ou relação entre os dois pontos) (Culioli, 1999a, p. 34; 100).

Assim, a orientação primitiva (do ponto de partida em direção ao ponto de chegada) vai depender das propriedades atribuídas aos termos, sendo determinada pela cultura, pela situação enunciativa. Portanto, a léxis é uma forma primitiva não ordenada e não possui modalidade, pois ela não é predicada. Dessa forma, a instanciação dos espaços formais por noções semânticas aponta para um horizonte de sentido.

1.6.1 Noções semânticas

As noções são representações mentais inacessíveis, resultantes das experiências do sujeito ligadas a um universo cultural. (Culioli, 1990, p. 50) definiu noção como “um feixe de propriedade físico-culturais, sem lhe atribuir um estatuto, propriamente dito, linguístico, apresentando-a como uma entidade híbrida, entre o mundo e as representações culturais de um lado, e a língua, por outro”²⁷. Assim, de acordo com o autor, a noção se situa entre a articulação do metalinguístico e do não linguístico, em um nível híbrido:

Decidimos chamar de noção esse feixe de propriedades físico-culturais que apreendemos por meio de nossa atividade enunciativa de produção e compreensão de enunciados. Um enunciado é um acontecimento que, por meio do traço que o materializa, ajusta as representações de um falante às de um interlocutor. A estruturação de uma noção passa pela construção de ocorrências. Portanto, é necessário definir o que entendo por noção, por um lado, e por ocorrência, por outro (Culioli, 1999b, p. 9, tradução nossa)²⁸.

²⁵ Ver: Sur le concept de notion. In: CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys, 1990. t. 1, p. 47-66.

²⁶ Ver DESCLÉS, Jean-Pierre. Schéma de lexis. In: BOUSCAREN, Janine et al. **Langues et langage**. Paris: PUF, 1995. p. 57-71.

²⁷ No original: “un faisceau de propriétés physico-culturelles, sans lui conférer un statut à proprement parler linguistique, la présentant comme une entité hybride, entre le monde et les représentations physico-culturelles d'un côté, la langue de l'autre” (Culioli apud Franckel, 1998, p. 56).

²⁸ No original: Décidons d'appeler notion ce faisceau de propriétés physico-culturelles que nous appréhendons à travers notre activité énonciative de production et de compréhension d'énoncés. Un énoncé est un événement qui, à travers la trace qui le matérialise, ajuste les représentations d'un locuteur à celles d'un interlocuteur. La structuration d'une notion passe par la construction d'occurrences. Il faut donc définir ce que j'entends par notion d'une part, et par occurrence d'autre part (Culioli, 1999b, p. 9).

A noção emerge por meio de realizações particulares, isto é, em um contexto específico, e é elaborada a partir das experiências de cada enunciador, podendo adquirir diversas propriedades, as quais só podem ser apreendidas por meio da nossa atividade enunciativa. Dito de outro modo, é a partir da relação entre homem e mundo que se constitui a noção. Nas palavras de Pria (2013, p. 42), “a partir da interação do sujeito com o mundo, a cognição estrutura sistemas complexos de propriedades físico-culturais que denominaremos noções”. Rezende (2009, p. 20), por sua vez, define a noção da seguinte forma:

A noção é incorpórea e é materializada no esforço que faz um sujeito para dar forma a uma representação mental por meio de arranjos léxico-gramaticais, seja na modalidade oral, seja na escrita de língua. Diferentemente do signo, que é estático, consensual, social, ela resulta de um esforço de medida que o sujeito faz entre o que está construído ou que ele supõe construído e estável e a sua subjetividade (Rezende, 2009, p. 20).

Podemos dizer que noção é um predicado em potencial, definido pela intenção do sujeito, materializada nesse esforço para dar forma a sua representação mental. Desse modo, esse esforço, nomeamos de percurso cognitivo, tão importante quanto os significados estabilizados. Conforme destaca Cumpri (2019, p. 60), “é durante esse rito de passagem que melhor conseguimos acessar a linguagem e mostrar como as noções são construídas e transpostas ao nível linguístico”. Portanto, a noção é uma representação mental sem materialidade, logo, não corresponde aos itens lexicais; estes são apenas marcas dessa existência e ainda não são categorizadas do ponto de vista morfolexical.

Como exemplificação, busquemos recuperar as noções de /ciúme/²⁹ por meio da fórmula $\langle x R y \rangle$ ³⁰, de modo que $x = \text{ciúme}$, $R = \text{ser}$ e $y = \text{as propriedades de ciúme}$. Assim, o levantamento das ocorrências de ciúme partiu desse esquema. Seguem ocorrências possíveis³¹:

1. $\langle \text{ciúme - ser - sentimento} \rangle$
2. $\langle \text{ciúme - ser - posse} \rangle$
3. $\langle \text{ciúme - ser - insegurança} \rangle$

No exemplo acima, temos: ser “x”, ter a propriedade de ser “x”, que se realiza pela afirmação de uma série de propriedades e a negação de outras. Esse lugar de indistinção é chamado de centro organizador e se compõe pelo que se denomina domínio nocional. Vale salientar que uma noção pode se definir na medida em que ela permite a criação de um

²⁹ A notação // indica uma noção.

³⁰ A notação $\langle \rangle$ refere-se a um predicado.

³¹ Exemplos retirados de Cumpri (2012, p. 175).

domínio de sentido, de uma referência, e ao mesmo tempo ela só será operatória na atividade de linguagem se legitimar relações predicativas que vão, elas próprias, constituir esse domínio. A partir de uma noção, “constrói-se um domínio nocional, provido de propriedades formais (construção da classe, construção do complementar linguístico, etc.)” (Culioli, 1999a, p. 100). Retomamos com mais detalhes a relação predicativa e o domínio nocional nos itens 1.7 e 1.7.2 desta seção.

Por estar no nível das representações mentais, a noção só pode ser apreendida por meio das realizações particulares que são suas ocorrências. Vejamos a subseção a seguir.

1.6.2 Ocorrências

A ocorrência, para se efetivar como tal, passa pela estruturação da noção e permite a constituição de domínios nocionais. Cada ocorrência é realizada por um sujeito singular que apresenta seu ponto de vista singular de uma noção, carregando, assim, a singularidade que o distingue de todas as outras. Isso implica na forma de manipulação e no modo de construção desses domínios, e será preciso distinguir entre ocorrências fenomenológicas, ocorrências linguísticas e ocorrências metalinguísticas. Sobre a distinção, Culioli declara:

[...] no caso das ocorrências fenomenais, o linguista tem apenas uma palavra a dizer e não de forma privilegiada, no caso das ocorrências linguísticas e metalinguísticas, ele deve providenciar os meios para tratar tudo o que se refere ao texto em sua materialidade constituída, ou seja, onde ocorrem as operações localizáveis de construção (Culioli, 1990, p. 57, tradução nossa)³².

As ocorrências fenomenológicas não são da competência dos linguistas, estão ligadas aos sistemas complexos de representação intracultural dos fenômenos. Importante ressaltar que, diferentemente das ocorrências fenomenológicas, as ocorrências linguísticas e ocorrências metalinguísticas são da competência do linguista, e seu funcionamento remete a cada termo inserido, possibilitando as operações de localização (ver item 1.8.1). Para exemplificar esse funcionamento, tomemos uma citação proposta por Culioli: “para ser barulhento, ele é barulhento”, que significa que ele é “muito barulhento”; já em “ele é barulhento para ser barulhento”, a interpretação remete a alguém que “faz barulho por

³² No original: le cas des occurrences phénoménales, le linguiste n'a qu'un mot à dire et pas de manière privilégiée, dans les cas des occurrences linguistiques et métalinguistiques, il doit donner les moyens de traiter tout ce qui se rapporte à du texte dans sa matérialité constituée, c'est-à-dire là où interviennent les opérations de construction repérables (Culioli, 1990, p. 57).

prazer”. Segundo o autor (1990, p. 57), “é a relação entre posicionamento (encadeamento, ordem física, material), ordem e orientação, constituídos pelas relações de determinação, que permite a imbricação das ocorrências de maneira a produzir valores diferentes”. Entendemos que é nessa operação, ou seja, na passagem da ocorrência fenomenológica a uma ocorrência linguística, que temos o reconhecimento da noção como o resultado.

Temos, então, a passagem da relação primitiva ao nível da predicção. Neste nível, o enunciador ordena e arranja os termos da léxis, evidenciando que a organização dos termos pela relação predicativa não acontece de modo aleatório, pois leva em conta pré-constructos.

1.7 Relação predicativa (SIT 1)

A relação predicativa é o segundo estágio do processo de constituição de um enunciado, denominado Situação 1 e representado por SIT 1. Nesta fase, um sujeito enunciador organiza os termos da léxis, levando em consideração as propriedades derivadas do mundo psico-físico-cultural que são pertinentes ao que se deseja predicar. Essas propriedades variam de um enunciador para outro, já que cada um adquire suas próprias percepções fenomenológicas e cognitivas. De acordo com Vignaux (1995), as primeiras operações realizadas sobre o esquema de pensamento inicial, a fim de orientá-lo, resultam em dois tipos de efeitos semânticos: a localização e a identificação.

Da combinação desses dois efeitos, é possível inferir o conceito de "pertencer a". A relação predicativa surge de um conjunto de operações de localização aplicadas às relações primitivas, relações predicativas e coordenadas enunciativas, pressupondo a localização de um termo em relação a outro. Assim, o enunciador determina qual termo será o ponto de origem (ou termo privilegiado), estabelecendo a relação predicativa entre esse termo de origem e outros dois termos, criando um esquema, o qual é predominantemente orientado pela operação de localização.

1.7.1 Operação de localização

A localização enunciativa é representada pelo operador (), e ocorre quando escolhemos um ponto de referência para a relação construída, desdobrando-se em operações de identificação e diferenciação. O requisito para a referência se baseia em um complexo sistema coordenado intersubjetivo de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis. Assim, o termo de partida é localizado em relação ao localizador constitutivo e

esse é localizado em relação ao localizador situacional (Sit). Dessa forma, temos um termo localizador em uma relação de localização, podendo passar a localizado em outra relação de localização.

Um termo pode ser, ao mesmo tempo, localizado e localizador de si próprio. Ou seja, a cada localização, são deixados no nível das representações linguísticas que agenciam marcadores daquelas operações. Nas palavras de Culioli,

[...] esse sistema é caracterizado por localizações em cascata: uma relação predicativa (resultante de um conjunto de operações de localização) é localizada em relação a um índice de acontecimento, que deriva seu valor de sua localização em relação ao momento de locução, localizada em relação a um delimitador-origem (*delimitador-absoluto*). A partir da referência absoluta, podemos construir uma *referência traduzida e uma referência estagnada (referência fictícia)* (Culioli, 1990, p. 130, grifos do autor, tradução nossa)³³.

Então, temos um sistema de localização no qual a relação predicativa vai situar a origem do que se vai construir entre um sujeito enunciador e seu coenunciador, assim como ajustamento imposto por essa interação. Nas palavras de Valentim,

O conceito de localização liga-se à ideia de localizar um termo relativamente a outro termo, o que implica, de forma necessária, que, por via de uma operação de localização, se estabeleça uma relação. A relação de localização é sempre binária e é indispensável para que qualquer objeto adquira uma forma e um valor (Valentim, 1998, p. 35).

A construção da operação de localização das noções é mediada pelo enunciador e ocorre quando ele se apropria de um objeto, relacionando-o com outros objetos situados em um tempo e espaço. Em outras palavras, é por meio da operação de localização que os objetos adquirem forma e valor.

O operador de localização representa uma operação determinista: “para todo objeto X, existe um e apenas um objeto Y que é o localizador de X” (Culioli; Desclés, 1982a). Assim, se um termo X é localizado por outro termo Y, então, Y é localizador do termo X.

2. Essa casinha pertence a Saulo.

³³ No original: “ce système se caractérise par des localisations en cascade: une relation prédicative (elle-même issue d'un ensemble d'opérations de repérage) est localisée par rapport à un index d'événement, qui tire sa valeur de son repérage par rapport au moment de locution, lui-même repéré par rapport à un repère-origine (repère absolu). A partir du repère absolu, on pourra construire un repère translaté et un repère décroché (repère fictif) (CULIOLI, 1990, p. 130).

O termo X é localizado em relação ao termo Y. Essa casinha (X – localizado) pertence a Saulo (Y – localizador).

3. Saulo possui essa casinha.

O termo Y é localizador de X. Saulo (Y – localizador) e casinha (X – localizado).

Vejamos um exemplo de localização:

4. A garotinha está no parque.

Nesse enunciado, o termo localizado é “garotinha”. Do ponto de vista da localização, questionamentos sobre a existência ou não de outras garotas no parque ou a necessidade de distinguir uma ocorrência de “garotinha” que se está procurando seriam motivações para que “garotinha” figurasse como termo de partida, nesse enunciado. Pode-se pensar em “a garotinha”, e somente ela, dentre outras garotas que estão no parque. Nesse caso, o termo X é garotinha.

O operador pode designar três tipos de localização abstrata: operadores de identificação, diferenciação e ruptura. A partir da combinatória de duas propriedades primitivas, simetria/não-simetria e reflexividade/não reflexividade. Quando o sujeito enunciador faz a localização de um elemento, ele também o identifica entre vários, realizando assim a identificação.

1.7.1.1 Operação de identificação

O operador de identificação representado pelo operador (=) decorre diretamente da localização. Ele é ao mesmo tempo uma triagem, e é também o que coloca e confirma a estabilidade do que é localizado. Resumidamente, esse operador tem a função de identificar, assegurando que existe uma identificação entre X e Y, o que Culioli caracteriza como $X = Y$. Essa operação tem a função de extrair um objeto ou uma situação entre outras, e, desse modo, construir a referência a um certo tipo em um domínio. O sujeito enunciador faz a distinção dos elementos por meio de propriedades distintas.

A identificação é a localização de uma ocorrência p em relação a um domínio nocional P/P'. Vejamos o enunciado:

5. Aquela garotinha é a irmã de Saulo.

“Aquela” marca uma identificação entre duas ocorrências do domínio nocional de /garotinha/: p_j identifica-se com p_i , considerando que p_i é uma ocorrência anterior. Fazendo uma glosa da operação, pode-se dizer que para o enunciado (5) temos:

5.a Conheço uma garotinha (p_i),

5.b Vou falar dessa garotinha (p_j).

Vimos, então, que a identificação especifica a ocorrência, mostrando que p_j localiza-se com relação a p_i .

1.7.1.2 Operação de diferenciação

O operador de diferenciação, representado pelo operador (\neq), refere-se a uma atividade sobre a referência que implica estabelecer uma relação de diferenciação baseada na alteridade: aquilo que é será sempre considerado em relação ao que é outro. Dessa forma, a diferenciação consiste em percorrer um caminho que leva o termo ao exterior do domínio nocional, por não possuir propriedades que se localizam com relação a P, referindo-se a seu complementar, P’.

Vejamos um exemplo de diferenciação:

6. Isso (p_j) não é uma garotinha (p_i), é uma boneca (p'_i).

Observe-se que a diferenciação também é uma identificação. Conclui-se que a identificação entre o termo X e Y não é restrita, então propõe-se também X como diferente de Y.

1.7.1.3 Operação de ruptura

Temos, então, a operação de ruptura, representada pelo operador (ω), que possui as propriedades não-reflexiva e simétrica: “o valor de ruptura encontra-se, por exemplo, na categoria da pessoa: ELE está em ruptura com “EU” e “TU” (Pria, 2009 p. 49). Essa operação marca a ausência de relação entre os termos X e Y, ou seja, refere-se a uma ruptura em relação à enunciação.

Vejamos um exemplo de ruptura:

7. Você gosta de bolo?

7.a Eu não gosto de bolo, mas gosto de bolinho.

Por meio de uma operação de ruptura, constrói-se o localizador fictício do tempo da enunciação, a partir do qual se constroem localizações também fictícias em que as ocorrências serão construídas como validáveis ou não.

Se tomarmos como exemplo o seguinte enunciado:

Quando eu era uma garotinha gostava de bolo, agora só gosto de bolinho.

Na operação de localização, percebe-se uma identificação entre o tempo da enunciação e o tempo da locução. Há uma diferenciação entre o tempo da locução e o acontecimento linguístico, o que representa um caso de ruptura do tempo da locução não validável. Os elementos linguísticos do localizador são construídos no enunciado, possibilitando ao enunciadador construir um referencial temporal.

Após percorrer os três tipos de operações de localização, podemos verificar que os termos localizados ajudam a definir uma determinada forma, de modo que a atividade de linguagem é definida pelo que as formas permitem dizer. Vimos que, na primeira fase da TOPE, há uma constante recorrência à hipótese de que todos os termos têm um ponto de partida; todo e qualquer termo linguístico é sempre tomado em relação a outro termo. Culioli denominou essa recorrência de termo de localização³⁴.

Já na segunda fase do desenvolvimento da TOPE, Culioli passa a se centrar no conceito de noção e de domínio nocional, conceitos que apresentam grande pertinência no desenvolvimento da TOPE. O conceito de noção foi mencionado na seção 1.6.1, enquanto o domínio nocional é abordado na próxima seção.

1.7.2 Domínio nocional

Os domínios nocionais são constituídos por ocorrências abstratas da noção, compreendem um domínio abstrato de representações metalinguísticas, em que o domínio nocional corresponde à diversidade das ocorrências de uma noção na dependência da articulação da singularidade. Para definir um domínio nocional, torna-se necessário considerar uma classe de ocorrências da noção e construir um espaço que permitirá distinguir o que pertence ao domínio.

Para Culioli o domínio nocional é denominado como “ramificação de propriedades que se organizam em relação aos outros, em função de fatores físicos, culturais e

³⁴ Definição do termo foi descrito no item 1.8.1.

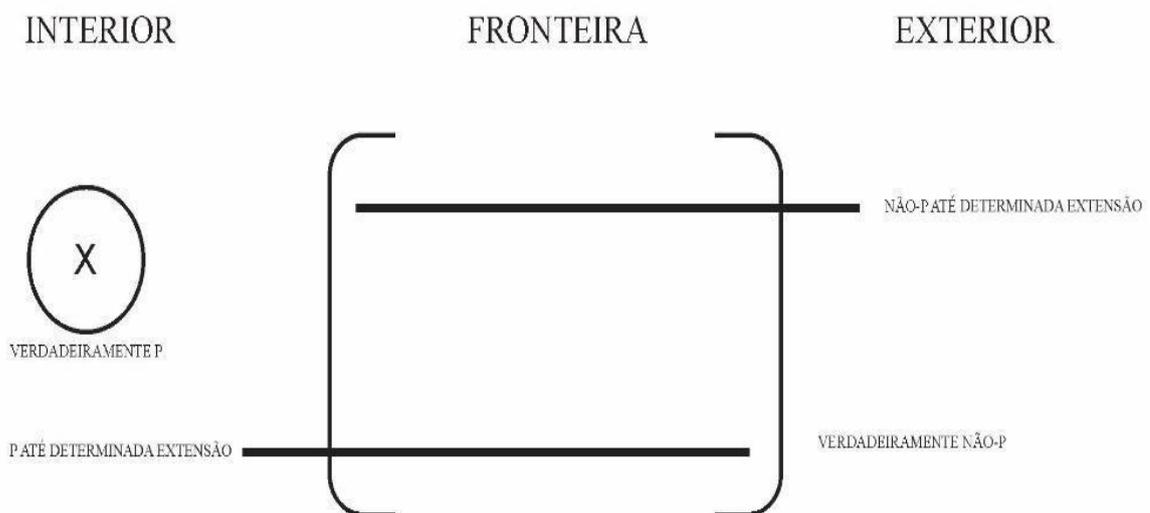
antropológicos” (Culioli, 1999a p. 10, tradução nossa)³⁵. Tem como função estruturar classes de ocorrências da noção em um espaço topológico (IE), de modo que os objetos são escolhidos e as propriedades são atribuídas.

Nas palavras de Culioli:

Por um lado, nós temos um centro atrator e então, por meio da diferenciação, identificação e alteração, construímos uma rede que contém nem tudo ou em parte, a qual nos habilita trilhar pelo lado I (Interior), pelo lado E (Exterior), e pelo lado F (Fronteira). Assim, encontraremos por exemplo: IFE, IF em relação a E, I em relação a FE, F e IE vazios. Então há propriedades associadas com noções que processamos. Trabalhar com a relação ausente/presente não é o mesmo que trabalhar com a relação cru/cozido. Nós sabemos o que é carne crua, mas nós não sabemos quando ela está cozida! (Culioli, 1995, p. 54).

Por fim, o conjunto é composto, organizado e estruturado pelo enunciador, que seleciona os objetos de conhecimento, atribui-lhes propriedades e os relaciona para representar uma determinada relação entre eles. “Tudo isso é focalizado em direção a um ponto de vista cognitivo, em direção a uma espécie de centro do domínio, que será o alto grau da noção” (Rezende, 2000, p. 104). Observamos a figura 2, que ilustra a representação do domínio nocional da seguinte forma:

Figura 2 – Esquematização do conceito de domínio nocional³⁶



Fonte: Adaptado de Culioli (1990, p. 71).

³⁵ No original: “Ramification de propriétés qui s’organisent les unes par rapport aux autres en fonction de facteurs physiques, culturels, anthropologiques” (Culioli, 1999a, p. 10).

³⁶ Fizemos adaptações ao esquema que se encontra em Culioli (1990, p. 71).

Como vimos na figura 2, o interior é construído ao redor do alto grau da noção (verdadeiramente p), exterior é tudo aquilo que o interior não é (verdadeiramente não p). Já a fronteira³⁷, é um campo vazio, não há um termo que pertença à noção (não verdadeiramente p). Pria (2014, p. 44) destaca que:

O interior do domínio é um espaço aberto orientado por um processo de identificação (um x_i é identificado com um X_j) de maneira que não há um ponto inicial ou final que o delimite. Isso é possível porque no interior há um centro organizador (protótipo) que organiza todo o domínio. Os valores para o interior podem ser informalmente glosados como “verdadeiramente p”, “verdadeiramente representativo de p”. O exterior resulta de um processo de diferenciação que pressupõe uma identificação anterior. Os valores exteriores ao domínio podem ser descritos como “verdadeiramente não-p”, “totalmente diferente de p”, “não tendo nenhuma propriedade em comum, nem a mais tênue, com p”.

Recorremos à área de fronteira para discernir ocorrências não homogêneas, tais como X_m e X_n , de uma noção p, que evidenciam estados qualitativamente alterados da propriedade p. Fechando o interior do domínio, organizamos ocorrências em contínuo sobre não-p, mas ainda pertencentes à área-p. Os valores para esse fechamento do interior podem ser glosados como “p até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que se mantém sobre o lado de p” ou “não verdadeiramente p”. Fechando o exterior, organizamos valores que podem ser glosados como “não-p até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que nos mantemos sobre o lado de não-p” ou “não verdadeiramente não-p”. Há, portanto, uma complementaridade entre o interior e o exterior do domínio na definição de valores das ocorrências da noção (Pria, 2014, p. 44-45).

Com isso, cabe registrar que as ocorrências que apresentam propriedades significativas em comum com o centro organizador serão definidas como pertencentes ao interior do domínio nocional. Segundo Culioli, o domínio das ocorrências de uma noção é uma tentativa de resolver esse problema por meio da integração das relações de identidade e alteridade. Assim, uma noção não é definida somente pelo que ela é (identidade), mas também pelo que ela não é (alteridade) (Groussier, 2000). Nesse sentido, uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual constitui uma realização particular.

No contexto descrito, dois modos de estabilização indissociáveis se estabelecem com ponderações variáveis. Sua determinação passa por dois polos organizadores: por um lado, a orientação ao tipo, e, por outro lado, ao atrator. Isto é, o domínio é construído ao redor de uma ocorrência privilegiada, identificada como o exemplar da noção, chamado centro organizador (CO), o qual pode se construir em relação ao tipo e ao atrator.

No tipo, a classe de ocorrência é construída pela identificação ou diferenciação com o centro organizador, tendo como orientação a construção em relação ao termo orientador.

³⁷ Ver: La frontiere. In: CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys, 1990, p. 83-90.

Assim, a existência do termo orientador é predicada. Os diferentes graus de identidade vão fazer com que as ocorrências se agrupem ao longo de um gradiente. Ocorrências idênticas ou quase idênticas à ocorrência tipo serão agrupadas perto do centro organizador; ocorrências com menos propriedades em comum com a ocorrência tipo serão agrupadas em ordem decrescente de identidade e em ordem crescente de alteridade em relação ao centro (Culioli, 1999b).

No atrator, a ocorrência é herdeira da noção apenas sob certos aspectos, o que estabelece sua singularidade. Ele só permite a comparação da ocorrência privilegiada consigo própria e não com outras ocorrências (Culioli, 1999b). O atrator estabelece uma dupla singularidade: a singularidade da noção, enquanto indizível; a singularidade dos indivíduos que somente são herdeiros da noção sob este ou aquele aspecto e que a dividem.

1.8 Relação enunciativa (SIT 2)

A relação enunciativa corresponde ao terceiro momento no processo de constituição de um enunciado. Isto é, o sujeito enunciador, a partir de uma relação primitiva (SIT 0), constrói uma relação predicativa (SIT 1). Neste momento, a relação enunciativa representada por (SIT 2) vai situar a relação construída entre os termos da relação predicativa em relação à situação de enunciação (tendo como perspectiva o que ele pensa e o que espera que o outro pense), construindo, assim, os enunciados. A relação enunciativa é de fundamental importância para assegurar a passagem de um esquema de léxis a um enunciado constituído como produto da atividade de linguagem (Vignaux, 1998, p. 108). Essa relação consolida, desse modo, a passagem de um pré-enunciado a um enunciado. Dessa forma, a significação resulta da localização de uma relação predicativa em relação a um espaço de enunciação, construído pelo ato ou processo enunciativo.

O enunciador, ao definir o arranjo regulado de marcadores, possibilita um potencial interpretativo por meio da localização em relação a uma situação particular, de modo que o coenunciador ajuste e reconstrua suas operações, gerando a significação. Ademais, todo enunciado é localizado em relação a uma situação de enunciação que é definida em relação a um sujeito enunciador e a um tempo de enunciação.

De acordo com Culioli, “essa situação de enunciação é definida por um conjunto de parâmetros que formam um pacote de relações entre o sujeito do enunciado S e o sujeito enunciador S1, e um pacote de relações entre o momento ao qual se refere o enunciado T e o

momento de enunciação T1” (Culioli, 1976, p. 93, tradução nossa)³⁸. O linguista desenvolve localização em relação ao sistema de coordenadas enunciativas. Assim,

uma léxis é localizada em relação a um sistema complexo que inclui um localizador de situação de origem Sit0, um localizador para o evento enunciativo, Sit1, e um localizador para o evento referido Sit2.

Cada localizador inclui dois parâmetros (S para enunciador, ou locutor, T para os localizadores espaço-temporais da origem do enunciado, do ato de locução e do evento referido). Este é um sistema mínimo; ele pode ser desenvolvido de forma controlada pela construção de outros localizadores. A fórmula para a localização situacional é, portanto: $\lambda \in \langle \text{Sit2} (S2, T2) \in \text{Sit1} (S1, T1) \in \text{Sit0} (S0, T0) \rangle$ (Culioli, 1990, p. 80, tradução nossa)³⁹.

Na teoria de Culioli, há um conjunto estruturado de operações enunciativas que nos possibilita construir categorias de determinação e lidar com a quantificação e a qualificação dos termos que entram em relação de localização enunciativa. A enunciação compreende o processo pelo qual o enunciado se constitui como uma sequência interpretável. Na verdade,

[...] um arranjo de marcadores, que são eles próprios os rastros/traços de operações, ou seja, é a materialização de fenômenos mentais aos quais não temos acesso, e aos quais não podemos, nós linguistas, o que dar uma representação metalinguística, ou seja, abstrata” (Culioli, 2002, p. 27, tradução nossa)⁴⁰.

A enunciação, como o processo de constituição dos enunciados, demanda do linguista o trabalho de reconstruir o vínculo de causalidade entre o que está e se tornou visível e aquilo que é rastro. Portanto, na TOPE enunciar é construir determinação, isto significa que, para construir um enunciado, deve existir uma relação predicativa localizada em relação a um sistema referencial (Sit) que será validado ou não pelo enunciador (S), e pelo localizador espaço-temporal (T), representado pela forma (Culioli, 1990, p. 80) ver nota 37:

$\langle \text{Sit 2} (S2, T2) \in \text{Sit 1} (S1, T1) \in \text{Sit 0} (S0, T0) \rangle$

³⁸ No original: “cette situation d’énonciation est définie par un ensemble de paramètres qui forment un paquet de relations entre ‘sujet de l’énoncé S’ et sujet énonciateur S1 et un paquet de relations entre le moment auquel refere l’énoncé T et moment de l’énonciation T1 (Culioli, 1976, p. 93).

³⁹ No original: A lexis is located relative to a complex system which includes an origin-situation locator Sit0, a locator for the locutionary event, Sit1, and a locator for the event referred to, Sit2. Each locator includes two parameters (S for enunciator, or locutor, T for the (spatio)-temporal locators of the utterance origin, of the act of locution and of the event referred to). This is a minimal system; it can be further developed in a controlled fashion by constructing other locators. The formula for situational location is therefore: $\lambda \in \langle \text{Sit2} (S2, T2) \in \text{Sit1} (S1, T1) \in \text{Sit0} (S0, T0) \rangle$ (Culioli, 1990, p. 80).

⁴⁰ No original: “c’est un agencement de marqueurs, qui sont eux-mêmes la trace d’opérations, c’est-à-dire, que c’est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n’avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c’est-à-dire, abstraite” (Culioli, 2002, p. 27).

Culioli (1990) concebe a enunciação como a alteridade entre enunciador e coenunciador, ambos situados num sistema referencial em que se operam com os termos linguísticos; envolve a atividade de representação mental, a atividade de processos referenciais e a atividade de regulação. Em conformidade com o autor, De Vogüé (2011) acrescenta,

[...] a enunciação não é aqui concebida como um ato: não é um ato de um sujeito produzindo um enunciado, é um processo que se recupera a partir do enunciado. [...] o enunciado é entendido como produto dessa enunciação do sujeito. Em outro, o objeto é o enunciado em sua materialidade formal: um arranjo de marcas a partir do qual se organiza um certo efeito significante (De Vogüé, 2011 p. 59).

Os autores enfatizam que a enunciação não é simplesmente um ato vinculado diretamente ao sujeito enunciador, mas um processo de construção realizado por esse sujeito em uma determinada situação, processo que ocorre por meio do ajustamento de formas, culminando no enunciado como resultado final, o que evidencia que a enunciação é vista como um processo de constituição de sentido, no qual o sentido é construído e expresso pelo enunciado.

1.8.1 O enunciado

Para que o enunciado seja construído, é preciso percorrer essas três relações linguísticas: relações primitivas (representações nocionais); relações predicativas (atribui uma orientação e se instancia lugares); relação enunciativa (sistema de referências, um sistema de localização com coordenadas espaço-temporais e intersubjetivas) (Culioli, 1976). Nas palavras do próprio Culioli, o enunciado é um agenciamento de marcadores, lembrando que:

[...] não é uma simples ocorrência material, mas também um constructo teórico, que se pode definir como um arranjo de marcadores (isto é, de traços de operações), localizado em relação a um sistema complexo de coordenadas enunciativas. O primeiro enunciador (locutor) constrói o enunciado, isto é, designa um arranjo regulado de marcadores, de modo que o co-enunciador (interlocutor) ajuste seu sistema de determinação, graças ao enunciado (entre outros índices) e reconstrua as operações cujos traços são encontrados no texto (Culioli, 1978a, p. 486, tradução nossa)⁴¹.

⁴¹ No original: [...] n'est pas une simple occurrence matérielle, mais est aussi un construit théorique, que l'on peut définir comme un agencement de marqueurs (c'est-à-dire de traces d'opérations), repéré par rapport à un système complexe de coordonnées énonciatives. Le premier énonciateur (locuteur) construit l'énoncé, c'est-à-dire assigne un agencement réglé de marqueurs, de sorte que le coénonciateur (interlocuteur) ajuste son système de repérage, grâce à l'énoncé (entre autres indices) et reconstruit les opérations dont le texte livre la trace (Culioli, 1978a, p. 486).

Após percorrer os três momentos das relações linguísticas, podemos definir um arranjo de marcadores para que um enunciado seja construído. Esses marcadores também atuam como localizadores em relação à situação de enunciação. Isto é, o sujeito enunciador constrói o enunciado a partir de suas escolhas de marcadores, de modo que o coenunciador possa reconstruir os processos de reconhecimento por meio da atividade de regulação. Essa atividade é intrínseca às operações de representação e de referenciação, dado que juntas sustentam a equivalência entre o enunciado de partida e o reformulado envolvido na escolha entre enunciados com os marcadores e a sua possível reformulação em arranjos com o marcador. Dessa maneira, o encadeamento dos termos linguísticos constrói o sentido no movimento (de ir e vir), e permite aos enunciadores produzir e reconhecer formas por meio dos enunciados, que são os rastros dessas operações.

Culioli sintetiza: “enunciar é construir um *espaço, orientar, determinar*, estabelecer uma rede de valores referenciais, em resumo, um sistema de determinação” (Culioli, 1999b, p. 44, grifos do autor, tradução nossa)⁴². Todo enunciado é localizado em relação a uma situação de enunciação que é definida em relação a um sujeito enunciador e a um tempo de enunciação. Notamos, então, que a aceitabilidade dos enunciados está ligada aos ajustes necessários a cada situação de enunciação. O trabalho do linguista recai sobre as condições que tornam um enunciado interpretável.

[...] os enunciados são finalmente o produto de uma instanciação de um esquema de léxis, ele mesmo situado no espaço de referência regulado. Assim, generalizando, podemos reconduzir a construção de um enunciado à (1) colocação em relação de uma noção e de uma ocorrência dessa noção, (2) à localização dessa ocorrência em relação ao sistema de determinação (Culioli, 1999a, p. 13, tradução nossa)⁴³.

Para complementar, podemos dizer que os enunciados são o produto da localização de um esquema de léxis (λ) em um sistema de coordenadas enunciativas, representado por Sit. Temos a operação que localiza a léxis em relação à Sit, representada pela notação $\langle \lambda \in \text{Sit} \rangle$. Assim, é possível derivar uma família de enunciados em relação parafrástica.

Para Culioli, um enunciado nunca se dá isoladamente; ele sempre se apresenta em relação a outros enunciados aparentados, porque ele é gerado por um esquema de léxis.

⁴² No original: “Enoncer, c'est construire un *espace, orienter, déterminer*, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage” (Culioli, 1999b, p. 44).

⁴³ No original: [...] Les énoncés sont finalement le produit de l'instanciation d'un schéma de lexis, lui-même situé dans un espace de référence ré-gulé. Ainsi, en généralisant, on peut ramener la construction d'un énoncé à (1) la mise en relation d'une notion et d'une occurrence de cette notion, (2) la localisation de cette occurrence par rapport à un système de repérage (Culioli, 1999a, p. 13).

Pensar na léxis como um “gerador de enunciados” “é a única maneira de se colocar o problema da paráfrase” (Culioli, 1976, p. 148, tradução nossa)⁴⁴. Um esquema de léxis fornece um pacote de relações que possibilita construir diferentes enunciados pertencendo a uma mesma família parafrástica.

Enunciados em relação às famílias parafrásticas remetem a uma invariante comum, a uma regulação que ocorre nas operações linguísticas. Percebemos que a “linguagem é um incessante colocar em relação (predicação, enunciação), e, graças a isso, enunciadores, tecendo um jogo estruturado de referências, produzem um excesso de enunciados e localizam uma pluralidade de significações” (Culioli, 1999a, p. 48, tradução nossa)⁴⁵. Segundo Groussier e Rivière (1996, p. 97), “Culioli reserva o nome glosa a todo enunciado ou conjunto de enunciados produzido espontaneamente por um enunciador com a finalidade de explicitar para o coenunciador o sentido do enunciado precedente”.

1.8.2 Glosa

Glosa pode ser definida como uma AE do sujeito enunciador, ou seja, é uma atividade linguageira do sujeito enunciador de forma inconsciente e nem sempre pode ser controlada. Segundo Romero (2011), a glosa é uma tentativa de explicar o texto, uma abstração com o objetivo de tomar consciência de um saber inconsciente. Essa tentativa de explicação envolve comentários e percepções a respeito da marca linguística, a fim de desambiguar sequências. Para Culioli, as glosas seriam “os textos que um sujeito produz quando de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele comenta um texto precedente” (Culioli, 1999a, p. 74)⁴⁶. Intuímos que as glosas são o ponto de entrada para as formalizações propostas pelo teórico.

1.8.3 Paráfrase

A paráfrase é uma atividade metalinguística controlada pelo linguista, envolvendo a manipulação consciente das marcas que constituem o enunciado. Segundo Culioli (1976), ela segue regras específicas e, por isso, pode ser controlada pelo observador. Desse modo, a

⁴⁴ No original: “c’est la seule manière de poser le problème de la paraphrase” (Culioli, 1976, p. 148).

⁴⁵ No original: “le langage est une incessante mise en relation (prédication, énonciation), grâce à quoi des énonciateurs, en tissant un jeu structuré de références, produisent un surplus d’énoncés et repèrent une pluralité de significations” (Culioli, 1999a, p. 48).

⁴⁶ No original: “ces textes qu’un sujet produit lorsque, de façon spontanée ou en réponse à une sollicitation, il commente un texte précédent” (Culioli, 1999a, p. 74).

paráfrase seria uma tentativa do linguista de simular as glosas produzidas pelos sujeitos enunciadore. Segundo Rezende,

[...] trata-se de criação de “glosas”, elaboradas por meio da atividade epilinguística do linguista, enquanto falante de uma língua, ou “paráfrases”, que já são resultado de uma atividade mais rígida (ou metalinguística) do linguista, enquanto conhecedor de regras formais de um modelo teórico (Rezende, 2000, p. 64).

O linguista, em suas manipulações enquanto falante da língua, pode se valer dos conceitos de glosa e de paráfrase em sua prática de análise dos enunciados, com a consciência de que não se referem a um mesmo procedimento. Quando o linguista se faz sujeito enunciador, constrói famílias parafrásticas, ou seja, uma “classe de enunciados, que se pode definir como uma classe de ocorrências moduladas” (Culioli, 1990, p. 137, tradução nossa)⁴⁷.

A paráfrase atua como um mecanismo que sustenta a equivalência dos enunciados. É uma atividade de reformulação que coloca uma sequência em relação a outras. Assim, partimos de um contexto explícito, ou seja, de um enunciado dado, o que permite construir o sentido quando relacionado a outros enunciados. Por meio da parafraseagem, mais adiante, conduzimos uma reflexão sobre a AE, pois entendemos que esta direciona um ponto de vista diferente para a gramática em contexto de ensino e aprendizagem de línguas. Completando, os enunciados, as glosas epilinguísticas e as paráfrases metalinguísticas compõem os dados pertinentes às operações enunciativas.

1.9 Operações enunciativas

A teoria culioliana assegura que, no conjunto das operações enunciativas, as formas são estruturadas e reconstruídas por um único operador – o operador de “determinação”⁴⁸ notado por (ϵ). Refere-se a um operador subdeterminado, cuja função é “colocar em relação”. Todo termo encontra-se colocado em relação a outro termo, anteriormente dado, e que nessa relação possui o estatuto de delimitador”⁴⁹. Nesse sentido, nos permite construir categorias de determinação e lidar com a quantificação e a qualificação dos termos que entram em relação de localização enunciativa.

⁴⁷ No original: “la classe d'énoncés, que l'on peut définir comme une classe d'occurrences modulées” (Culioli, 1999, p. 137).

⁴⁸ O termo original em francês é *repérage*. Trata-se de uma operação de busca, de procura e ao mesmo de localização por meio de “pontos de referência”. Sendo difícil a tradução para o português, optamos por determinação.

⁴⁹ Numa operação de determinação $a \epsilon b$, b é o termo *repère* e a o termo *repéré*. Adaptaremos ao português como delimitador e delimitado.

As operações enunciativas são aquelas:

[...] que ancoram a relação predicativa na situação de enunciação; elas são responsáveis pela constituição dos enunciados e constroem a significação (pela atribuição dos valores referenciais), e são instáveis do ponto de vista intersubjetivo, pelo fato de colocarem em jogo modulações variáveis segundo os enunciadores (Fuchs, 1984, p. 78-79).

Estabelecemos as operações enunciativas sempre que ocorre um esquema de léxis e, posteriormente, a inserção de valores das marcas, sendo, portanto, possível constituir o enunciado. “O termo *operação* se justifica pela hipótese de que o valor referencial desse enunciado não é dado, mas construído. Isso significa que as formas organizadas que o materializam remetem não a valores, mas a operações de constituição do valor referencial” (Franckel; Paillard, 2011, p. 88, grifo dos autores).

A seguir, apresentamos uma definição das operações fundamentais relativas à categoria de determinação e de “quantificação/qualificação”. Essas operações são fundamentais em uma perspectiva enunciativa da língua.

1.9.1 Operação de determinação

A categoria de determinação está ligada aos conceitos de quantificação (QNT) e qualificação (QLT), de modo que permite ao sujeito enunciador isolar um ou mais elementos de uma classe de ocorrências, localizando-as em relação a uma situação enunciativa. Assim, “A construção das ocorrências passa por um esquema de individuação que põe em jogo ponderações variáveis em QNT e em QLT. Essas ponderações devem-se às operações de determinação em interação com as propriedades lexicais dos termos em questão” (Culioli, 1999b, p. 14, tradução nossa)⁵⁰. Os termos que o linguista se refere são: discreto, compacto, denso⁵¹; e correspondem aos diferentes tipos de ponderação, conforme Culioli (1999b, p. 14).

⁵⁰ No original: QNT a des affinités avec le type, QLT avec l'attracteur. La construction d'occurrences passe par un schème d'individuation qui met en jeu des pondérations variables sur QNT et sur QLT. Ces pondérations tiennent aux opérations de détermination en interaction avec les propriétés lexicales des termes concernés” (Culioli, 1999b, p. 14).

⁵¹ Os modos de construção do valor referencial DISCRETA (QNT e QLT), DENSA (QNT) e COMPACTA (QLT) são aprofundados em pesquisas por De Vogüé (1989) e na Tese de Romero-Lopes (2000, p. 74-100), em que passou a preferir o uso apenas das expressões QNT-QLT, QNT e QLT, para assinalar que se trata de diferentes articulações das quais se originam as ocorrências notionais das quais se originam as ocorrências notionais.

Discreto	Compacto	Denso
QNT/QLT	QLT	QNT/QLT

No caso do discreto, o QNT é preponderante e o tipo é privilegiado em relação ao atrator. Refere-se a um modo de construir uma ocorrência de forma que delimite uma parte do espaço-tempo, suas propriedades são inerentes e contáveis. Vejamos:

8. Aqui está um cafezinho.

No caso do compacto, o tipo não desempenha um papel preponderante; a estabilidade é essencialmente determinada pelo atrator. Por ser de ordem do QLT, uma propriedade é atribuída.

9. O cafezinho tem o aroma de um chocolate.

No caso do denso, trata-se de um caso misto, intermediário e instável, de modo que nem o QNT nem o QLT são preponderantes.

10. Bebi café.

Nesse caso, é não contável (café) e possui marcador extrínseco (está fora). Já no caso,

11. Bebi um cafezinho.

É contável (xícara, copo). Assim,

O objetivo é mostrar como, a partir de observações (várias línguas, aquisição de uma língua), somos obrigados a construir uma categoria gramatical (no sentido de "produzir uma representação metalinguística explícita dela"), sem nos limitarmos nem uso intuitivo de um termo como "determinante" ou ao uso de um determinante específico para uma linguagem, como o artigo definido, ou mesmo ao uso de um operador lógico, como "iota" (Russell) ou "epsilon" (Hilbert e Bernays). Existem poucos termos tão vagos quanto o termo determinação: normalmente, usamos, sem nos preocuparmos em especificar seu significado, palavras como definidas (artigo definido; artigo indefinido; pronomes indefinidos), determinantes (artigos; possessivos; etc.), como se alguém apreendesse intuitivamente o significado desses termos (Culioli, 1999b, p. 37, tradução nossa)⁵².

⁵² "No original: L'objectif est de montrer comment, à partir d'observations (langues diverses, acquisition d'une langue), on est contraint de construire une catégorie grammaticale (au sens de « en produire une représentation métalinguistique explicite »), sans se borner soit à l'utilisation intuitive d'un terme tel que « déterminant » soit à l'emploi d'un déterminant propre à une langue, tel l'article défini, soit encore au recours à un opérateur logique, tel que « iota » (Russell) ou « epsilon » (Hilbert et Bernays). Il est peu de termes aussi vagues que le terme de détermination: d'ordinaire, on emploie, sans se préoccuper d'en préciser l'acception, des mots comme défini

Temos como resultado desse processo, temos uma representação metalinguística como decorrência da articulação da linguagem com as línguas naturais. Detemos uma ilusão que é uma versão simplista entre significante e significado. Os determinantes existem apenas na medida em que têm forma e estão imbricados entre si pelas marcas usuais, dentre elas as palavras definidas e as determinantes. Por exemplo: “uma garotinha” ou “garotinha”; “as garotinhas” ou “garotinhas”; “minha garotinha” ou “essa garotinha”. É recorrente o uso de determinantes sem precisar o significado. Isto posto, “as operações de determinação revelam arranjos ponderados da operação de *quantificação (Qnt)* e da operação de *qualificação (QIt)*” (Culioli, 1990, p. 130, grifos do autor, tradução nossa)⁵³. Nos próximos itens, construímos uma representação das operações de quantificação e de qualificação.

1.9.2 Qualificação (QLT)

A operação de qualificação é notada por QLT, e definida como representações que estruturam propriedade físico-culturais, interpretadas a partir das ocorrências linguísticas. Essa operação não só afeta alguma coisa que existe, mas também amplia o que se sabe sobre essa alguma coisa. Vejamos o exemplo:

12. Uma alegria inexplicável.

Ainda que um qualificativo apareça como resultado dessa operação, qualificar não se encerra ao acrescentar uma propriedade. A qualificação afeta alguma coisa de existente (preconstruída), possibilitando expandir o domínio do que temos de “registrado provisoriamente”. Essas operações permitem unir o provisoriamente registrado e o registrável.

[...] a qualificação, que sustém a noção gramatical de determinação, entra em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/ diferenciação sobre uma qualquer coisa. Qualificar é desbaratar um encadeamento complexo de operações e não se contentar apenas em acrescentar um qualificativo (Gomes, 2002, p. 44-45).

Segundo Culioli (1999b), qualificar não é apenas adicionar um qualificativo; vai além de atribuir uma propriedade, pois envolve acionar um encadeamento complexo de operações.

(article défini; article indéfini; pronoms indéfinis), déterminants (articles; possessifs; etc.), comme si l'on appréhendait intuitivement le sens de ces termes (Culioli, 1999b, p. 37).

⁵³ “No original: Les opérations de détermination révèlent des arrangements pondérés de l'opération de *quantification (Qnt)* et de l'opération de *qualification (QIt)* (Culioli, 1990, p. 130 - grifos do autor).

[...] a qualificação não é uma simples operação que se aplica ao texto a ser analisado, como se aplica uma pomada para aliviar a dor. QNT e QLT ajudam a formular procedimentos de resolução de problemas, permitem lidar com a complexidade. Mas não eliminam nem as intricações nem as interações, nem camadas, nem deformações, em suma não há metalíngua mágica (Culioli, 1999b, p. 89, tradução nossa)⁵⁴.

A qualificação está associada a um grau limiar de intensidade constante, que tanto contribui no desenvolvimento do processo quanto no resultado que o processo alcança, e vice-versa. Um gradiente se construirá, pois o tipo não terá mais papel preponderante, o polo de referência se organizará agora em relação ao atrator. Nesse caso, temos uma característica da noção que não pode ser fragmentada; isto é, o qualitativo conduz a uma singularidade de uma ocorrência em relação a P, que deve ser entendida como um todo inseparável. A qualificação distingue no fato uma terceira dimensão, que poderia ser chamada de dimensão da validação. É nessa dimensão que, com base em propriedades topológicas compreendidas como domínio nocional, pode-se avaliar a relação da entidade com a qualidade.

1.9.3 Quantificação (QNT)

A operação de quantificação visa à fragmentação de uma noção P e a sua individualização em relação a uma classe de ocorrências dessa noção num espaço enunciativo. É uma operação de construção ligada à predicação de existência e pode surgir a passagem de nada para alguma coisa.

Segundo Culioli (1999b, p. 82), a operação de quantificação remete

[...] à operação pela qual se constrói a representação de **alguma coisa** que se pode distinguir e situar em um espaço de referência. [...] Assim, **alguma coisa** não se refere ao inanimado (por oposição a **alguém**), mas remete a um estado (interno ou externo) do qual se pode dizer que se distinguirá de um outro estado, que implicará, então, descontinuidades, localizadas (no sentido abstrato do termo) em um domínio de representações. Pode-se dizer de outro modo: **alguma coisa** remete a uma ocorrência [de uma noção], qualquer que seja ela, que um sujeito possa apreender, discernir (perceber como uma forma singular em relação ao meio), distinguir (eliminar a indeterminação) e situar (um sujeito situa essa alguma coisa em um espaço-tempo, que pode ser imaginário) (Culioli, 1999b, p. 82, grifos do autor,

⁵⁴ No original: [...] la qualification n'est pas une opération simple et que l'on applique sur le texte à analyser, comme on applique un onguent pour calmer la douleur. QNT et QLT aident à formuler des procédures de résolution de problèmes, ils permettent de traiter du complexe. Mais ils n'éliminent ni les intrications, ni les interactions, ni les étagements, ni les déformations, bref il n'y a pas de métalangue magique (Culioli, 1999b, p. 89).

tradução nossa)⁵⁵.

Nesse espaço, traz-se à existência algo que até então era nada. Por meio dessa fragmentação, são construídas ocorrências dessa noção na produção/reconhecimento de enunciados. E, a partir da fragmentação, passamos de uma qualidade indiscernível a uma qualidade fragmentada (de ocorrências distintas). Vejamos o exemplo:

13. Aqui a garotinha está feliz.

A partir do momento em que um sujeito constrói a representação de uma ocorrência da noção e a localiza em uma situação de enunciação, tem-se a quantificação desta noção. Isso significa que a operação de quantificação corresponde à construção de uma ocorrência por extensão de uma classe de ocorrências abstratas, ligada à predicação de existência.

A operação de quantificação envolve três operações: de um lado, a operação de extração (*extraction*) e a operação de flechagem (*fléchage*); de outro lado, a operação de varredura⁵⁶ (*parcours*). Veremos nas próximas subseções essas operações.

1.9.3.1 Extração

A extração é uma operação de determinação que permite ao sujeito enunciador extrair um ou mais elementos de uma classe de ocorrências, localizando-as em relação a uma situação. Em outras palavras, essa operação percorre um caminho que parte da ocorrência individualizada da noção em busca de uma ocorrência privilegiada, que se identifica com o predicado por meio de sua localização em relação a uma situação, isto é, situada no tempo e no espaço. Vamos exemplificar:

14. Veja! Uma garotinha está andando de bicicleta no parque.

Nessa operação, “uma” marca p_i foi extraída do domínio $p_i, p_j, \dots, p_n = P$ da noção /garotinha/. P , nesse caso, interpreta o papel de tipo e p_i é uma ocorrência discreta de P .

⁵⁵ No original: l'opération par laquelle on construit la représentation d'un **quelque chose** que l'on peut distinguer et situer dans un espace de référence. [...] Ainsi, **quelque chose** ne réfère pas à de l'inanimé (par opposition à **quelqu'un**), mais renvoie à un état (interne ou ex-terne), dont on peut dire qu'il se distinguera d'un autre état, qu'il entraînera donc des discontinuités, qu'il sera localisé (au sens abstrait du terme) dans un domaine de représentations. On pourrait dire les choses autrement quelque chose renvoie à une occurrence de quoi que ce soit qu'un sujet peut appréhender, discerner (percevoir comme une forme singulière par rapport à un entourage), distinguer (éliminer de l'indétermination) et situer (un sujet situe ce quelque chose dans un espace-temps, qui peut être imaginaire) (Culioli, 1999b, p. 82, grifos do autor).

⁵⁶ O termo original é *parcours*. Optamos por adaptá-lo ao português usando o termo varredura, pois a tradução direta (percurso) não definiria bem a operação.

Recorremos à citação que vimos acima, de Culioli (1999b, p. 37)⁵⁷, para quem o “uso de um termo como “determinante” ou ao uso de um determinante específico para uma linguagem, como o artigo definido e indefinido”, deixa ainda mais evidente que o artigo indefinido “uma” marca a extração dessa ocorrência.

1.9.3.2 Flechagem

A flechagem é uma operação de determinação que se efetua após a operação de extração e corresponde à identificação de uma ocorrência posterior de determinada noção a uma ocorrência anterior, que nem sempre é enunciada, pois pode ser um preconstructo, o que significa que se refere a uma ocorrência que não foi explicitamente enunciada, mas já pode ser reconhecida pelos sujeitos enunciadore. O importante é que a primeira e a segunda ocorrência remetem às mesmas propriedades de P, que se identificam. Vejamos o exemplo.

15. A garotinha pedalou pelo parque.

Nesse enunciado, (A) marca que p_j , do domínio nocional p_i , $p_j \dots p_n = P$ da noção /garotinha/, identifica-se com a ocorrência p_i , anteriormente extraída. Nesse caso, não temos uma ocorrência qualquer de /garotinha/, mas de uma garotinha específica que o sujeito enunciador já mencionou anteriormente. Vimos, então, que essa operação comporta uma dupla identificação: de p_j com relação a p_i e de p_j com relação a P. Trata-se de extração seguida de uma identificação $p_i = p_j$, que resulta numa operação de flechagem.

1.9.3.3 Varredura⁵⁸

A varredura é uma operação de determinação que, segundo Culioli (1999b, p. 48), “consiste em percorrer todos os valores atribuíveis dentro de um domínio sem poder para em um único valor (assim: ‘todo cachorro tem quatro patas’; ‘todo cachorro late’)”⁵⁹. É uma operação distinta das operações de extração e flechagem, pois percorre todas as classes de cachorros sem extrair nenhum valor de ocorrência específico ou identificar uns em relação aos outros. Na operação de varredura, nos exemplos citados por Culioli, é comum o uso de

⁵⁷ A tradução se encontra na nota 51.

⁵⁸ Tradução do termo “parcours”, empregado por Culioli em suas publicações.

⁵⁹ “Tradução nossa - no original: L'opération de « parcours » “consiste à parcourir toutes les valeurs assignables à l'intérieur d'un domaine sans pouvoir s'arrêter à une valeur distinguée (ainsi: « tout chien a quatre pattes » « any dog barks ») Culioli (1999b, p. 48).

determinantes como “todo”, “cada”, “qualquer”. Segundo Vignaux (1995, p. 578), isso vai se operar pela “[...] passagem gradual de uma *zona* a outra por meio de várias sondagens progressivas, umas ilustrando ou identificando a noção considerada, outras se aproximando ou marcando seus limites, sua oscilação em direção à alteridade”. Exemplificando:

16. Qualquer garotinha é considerada indefesa.

“Qualquer” não marca uma flechagem, mas uma remissão a toda e qualquer ocorrência da noção /garotinha/. Nessa ocorrência, o domínio nocional de P é varrido, sem que se detenha em qualquer p que seja.

Findamos essa seção sobre as operações predicativas e enunciativas e as concepções de línguas e linguagem de Culioli, sustentando a ideia defendida pelos linguistas culiolianos de que o sentido da unidade não é dado, mas construído por meio das operações, nas quais o sujeito enunciador coloca em prática uma atividade de construção e reconhecimento, investindo essas formas de significação de acordo com sua a experiência individual, de mundo e de língua, experiências que são indissociáveis.

SEÇÃO II

UM ESTUDO DA UNIDADE DE -ZINHO

Nesta seção, delineamos um estudo na língua portuguesa (LP) a fim de analisar o funcionamento do diminutivo, mais precisamente a unidade *-zinho*, objeto de estudo desta pesquisa. Apresentamos uma elucidação sobre a formação do diminutivo na LP, sem a intenção de exaurir os estudos existentes, mas entremostramos um levantamento de reflexões teóricas sobre o grau diminutivo na GT e nos dicionários, e sobre como classificam a unidade *-zinho* com um valor fixo/isolado/cristalizado de diminutivo, sem considerar o contexto.

Presumimos que a GT praticamente ignora qualquer modulação de valor que a unidade *-zinho* possa assumir no enunciado. Portanto, julgamos pertinente trazer esse estudo para evidenciar que, diferentemente da GT, na TOPE o sentido da unidade é construído em cada ocorrência singular. Diferentemente do que se faz na GT, como linguistas culiolianos, assumimos que o valor da unidade *-zinho* não é cristalizado e sim construído de acordo com a experiência linguística e extralinguística, mundo físico e mental de cada sujeito interpretante. Para contextualizar o nosso posicionamento, recorreremos à TOPE, e, para exemplificar, incluímos enunciados extraídos da plataforma *corpus* Brasileiro.

Também propusemos retratar os possíveis diálogos entre a GT e alguns pressupostos da TOPE apresentados na primeira seção desta pesquisa. Entendemos que, dessa maneira, seja possível elucidar que o uso da unidade *-zinho* nem sempre está associado ao valor diminutivo, à intensidade ou ao valor afetivo, de modo que os sentidos são construídos nos enunciados.

2.1 O diminutivo na língua portuguesa

O diminutivo é um tema que tem sido objeto de várias pesquisas pelos estudiosos da linguagem na língua portuguesa, dada a variedade de formas diminutivas existentes. Não faremos menção às pesquisas específicas, pois não pretendemos abordar o tema de forma diacrônica ou histórica, tampouco descrever o processo, as mudanças ou os aspectos formais para chegar a uma visão consensual.

Nosso foco é estudar a unidade *-zinho*, com o objetivo de aprofundar o estudo dessa unidade. Para isso, reunimos diferentes interpretações e posicionamentos dos gramáticos representativos da GT, como Celso Cunha, Bechara, Rocha Lima e outros que normatizaram a língua a partir dos usos que consideram “cultos”. Limitamo-nos a analisar as ocorrências com

a unidade *-zinho* (a forma *-zinho* nesta pesquisa compreende as variantes *-inho*, *-inha*, *-zinho* e *-zinha*) por ser reconhecido por alguns gramáticos como um único morfema (*-inho/-zinho*), sendo a principal forma da LP para expressar o valor diminutivo e a mais comum entre falantes nativos. Buscamos pontuar considerações acerca do diminutivo na gramática (GT) e nos dicionários.

Apresentamos o modo como o diminutivo é tratado na gramática, supondo que a GT conceitue o diminutivo como grau de flexão ou derivação sufixal ou até mesmo as duas ao mesmo tempo, e não considera a noção semântica dessa unidade.

2.2 A concepção do diminutivo na gramática: *-zinho*

Na GT, a discussão sobre o diminutivo das palavras é conduzida por meio da flexão do grau dos substantivos, considerada como a propriedade que as palavras possuem para expressar as variações de tamanho dos seres. O grau diminutivo, nesse contexto, indica a noção de redução do tamanho do ser ao qual nos referimos por meio de palavras ou de suas características. Sua classificação se dá em dois níveis: analítico e sintético. No primeiro nível, o substantivo é acompanhado de um adjetivo que indica pequenez, como, por exemplo, *casa pequena*; já no segundo nível, o sintético, é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de diminuição, por exemplo, *casinha*. Nossa pesquisa se concentra apenas no nível sintético, o que nos interessa é a unidade *-zinho*.

Aqui apresentamos um estudo sobre como alguns gramáticos postulam a respeito das formas categorizadas como diminutivo. Contribuíram com nossos estudos teóricos como: Almeida (2009), Holanda (2006), Bechara (2009), Cegalla (2010), Lapa (1982), Azeredo (2018) e outros. O grau diminutivo aparece sendo: flexão; derivação (sufixal e imprópria); composição (justaposição); forma analítica e sintética. Algumas apresentam o morfema *-inho* acrescido da letra *z*, outras defendem ser dois morfemas diferentes *-inho* e *-zinho*.

Na primeira gramática em língua portuguesa publicada por Fernão de Oliveira (1536), vê-se uma rápida alusão ao diminutivo, considerando-o como palavras derivadas. Menciona a forma *-inho*, mas não faz menção à forma *-zinho*. “[...] é regra geral que [...] os diminutivos acabem em *inho* ou *inha* como *mocinho*, *mocinha*” (Oliveira, 1536, p. 61).

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, Barros (1540) afirma que o diminutivo apresenta uma noção de pequenez, e não faz nenhuma menção direta às formas *-inho* e *-zinho*, somente as exemplifica:

Nome diminutivo é aquele que tem alguma diminuição do nome principal de onde se derivou como: de homem, homenzinho; de mulher, mulherzinha; de moço, mocinho; de criança, criancinha. E outros muitos que se formam e acabam em diferentes terminações, mais por vontade do povo que por regra de boa Gramática (Barros, 1540, p. 304).

Já na *Grammatica Philosófica da Língua Portuguesa*, de Jeronimo Soares Barbosa, encontramos as primeiras descrições acerca da relação entre o sufixo e a palavra primitiva. O diminutivo é citado como *-inho* e *-zinho*, sendo um único morfema, e o Z é tido como um recurso para evitar o hiato:

Os diminutivos são os que, mudando a terminação de seus primitivos, lhes diminuem mais ou menos a significação [...]. Os que diminuem mais acabam ou em *inho*, *inha*, quando os primitivos terminam em vogal, consoante, como *Filhinho*, *Filhinha*, *Mulherinha*, *Parazinho*; ou em *zinho*, *zinha*, quando os primitivos terminam em ditongo, como *Homenzinho*, *Leãozinho*, *Paizinho*, *Mãezinha*. O z eufônico faz-se necessário na derivação destes diminutivos, para evitar o hiato, nascido do concurso de três vogais. Porém, quando o mesmo z se emprega sem esta necessidade nos que não acabam em ditongo; parece fazer sua diferença nos mesmos diminutivos, como e vê nestes dois *Mulherinha*, *Mulherzinha* (Barbosa, 1822, p. 120-121, grifo do autor).

O autor faz menção à coexistência de diminutivos em que o afixo z aparece como forma facultativa. Expõe-se que é um segmento apenas eufônico, justificando essa variação: “seja como for, o que é certo é, que a nossa Língua é muito rica neste gênero de derivação” (Barbosa, 1822, p. 120). Porém, diz que o uso do z, mesmo sendo facultativo, parece fazer a diferença nos diminutivos, como *Mulherinha*, *Mulherzinha*. Ele diz: “parece”, de modo que não afirma e não apresenta quais seriam essas diferenças.

Na perspectiva da TOPE, não reconhecemos que o uso de “z” faça a diferença. Buscamos os dois últimos diminutivos da citação de Barbosa (1822) no *corpus* e encontramos várias ocorrências para *Mulherzinha*, enquanto encontramos uma única ocorrência para *mulherinha*. No entanto, não entendemos que interfira na construção da significação. (Os termos aparecem em destaque - negrito - conforme no site). Para os enunciados extraídos no *corpus* usaremos a marcação (), assim deixando-os em destaques.

Vejam os:

- (17) Muitos viram **mulherzinha**, diz F. De acordo com os meninos, não há quem tenha passado pela Febem sem presenciar no colchão ao lado alguma violência sexual.

- (18) O modelo pós-moderno não é mais a **mulherzinha** dengosa e de miolo mole, mas o tipo andrógino da «mulher de carreira».
- (19) É filme de «**mulherzinha**», dirá, disfarçando os olhos marejados, o amigo que alguma ousar levar para assistir junto.
- (20) Um homenzinho distante, roçando, lenhando, ou uma **mulherzinha** fiando a estriça na roca ou tecendo em seu tear de pau, na porta de uma choça de buriti toda.
- (21) Quem lhe faz a pergunta é uma **mulherzinha** pálida que acaba de sair de trás duma cortina de pano verde.
- (22) Essa é a **mulherzinha**.
- (23) Que **mulherzinha**!
- (24) As crônicas da época que falavam de cinema, bem como as colunas de jornais que possibilitavam uma intenção direta com os leitores, mostram-se hoje como verdadeiros manuais do protótipo cultural e estético da moça jovem da década de 20, além do que estigmatiza possibilitavam uma interação direta com os leitores, mostram-se hoje como verdadeiros manuais do protótipo cultural e estético da moça jovem da década de 20, além do que estigmatizava e marginalizava aquela que não correspondia a esse ideal: Imagino que você seja -- minha cara leitora -- um pequenino tipo destes tempos: um espírito inquieto dentro de um vestido inquietante... Imagino bem simplesmente que você seja apenas uma absoluta *young girl in the teens*... quero dizer -- que você saiba dar a seus *tweeds* matinais uma geométrica atitude de esporte, que você não acredite mais na utilidade da cabeleira dourada de Lady Godiva e que, por isso, a sua cabecinha bem *boyish* não preocupa mais a sua alminha bem dirigida; que você já fingiu beber, por uma tarde, uma xícara de chá no Ritz... e que você ainda é aquela **mulherinha** bem inocente, bem *peccadille* colegial das cóleras de *notre mère!*; e que você gosta de vestir, de noite, qualquer crepe-cetim de um *baby-blue* inofensivo de *nursey*, e sabe então dizer *il pleut* de uma maneira tão especial... Entretanto, com tudo isso, você me confessa um absurdo que eu me recuso a aceitar: você não gosta de cinema.

Após observar esses enunciados, reafirmamos que a TOPE não corrobora Barbosa em sua descrição de que “os diminutivos são os que, mudando a terminação de seus primitivos, lhes diminuem mais ou menos a significação”, e entendemos que o uso de “z” não interfere na significação. Vimos que tanto *mulherinha* como *mulherzinha* podem vocacionar para as qualidades de uma mulher, e que não necessariamente diminui essa significação. Visto que, nos enunciados (22), (23) e (24), entendemos que, longe de diminuir, ele pode até enaltecer as qualidades de uma mulher, indicando uma modalização apreciativa positiva. Como já mencionamos anteriormente, isso ocorre porque a unidade só adquire sentido quando contextualizada.

Retomando a gramática, analisamos as considerações de Leite (1974), que defende que a flexão nominal compreende a distribuição e o comportamento de tais formativos, levando outros gramáticos a considerá-los como entidades morfológicas distintas, possibilitando a mudança de classe de uma palavra e estendendo-lhe a significação. Quanto ao uso da unidade, expõe: “-zinho é anexado a formas terminadas em vogal enquanto -inho é acrescentado a formas acabadas em consoante” (Leite, 1974, p. 112). Essa é a diferença na regra de uso apresentada pelo autor. Logo, o diminutivo de *mar* (palavra terminada em consoante) acrescenta -inho. *Mar* + -inho = *Marinho*. E para *sol*, *Sol* + -inho = *solinho*. Vejamos os enunciados extraídos no *corpus*:

- (25) Eastwood parecia ontem dez anos mais jovem, trajando um elegante terno **marinho**.
- (26) Em estudos realizados sobre quantidade e composição de resíduos flutuantes, em praias ou depositados no leito **marinho**, os plásticos são os mais frequentes.
- (27) Quem tem aquele famoso **solinho** em guitarra de dois braços encrustado no inconsciente, e principalmente quem nunca ouviu falar da música.
- (28) Peça uma felicidade de desenho infantil: aquela casinha, com aquela arvoretinha do lado e aquele **solzinho** lá em cima.

A maneira como Leite apresenta o uso da unidade nos faz refletir, pois não entendemos que seja a unidade que possua as propriedades de alterar o sentido de um enunciado. Buscamos no *corpus* o que o gramático indica como o modo de usar – quando a

forma termina em consoante, acrescenta-se *-inho*. No caso, selecionamos “mar” e “sol” e vejamos os enunciados (25), (26), (27) e (28).

Em nossa perspectiva, não podemos afirmar que essa unidade determine o sentido dos enunciados como diminutivo, já que não temos o sentido de mar e sol como pequenos, pois nesses contextos a unidade direcionou para a construção de outros sentidos. No caso do (25), nem se refere ao mar, e sim à cor do terno, e em (27), não se refere ao sol, e sim ao solo de guitarra.

Outro fato que nos chama a atenção é o caso de o autor não considerar que as palavras terminadas em consoantes possam usar *-zinho* para a construção do sentido diminutivo. Observe o enunciado (28), temos duas ponderações: primeiro, as formas terminadas em vogal anexam *-zinho* (casa, árvore), enquanto as formas terminadas em consoante anexam *-inho* (sol). Este enunciado não demonstra isso. A segunda ponderação é que é preciso operar com os processos de linguagem veiculados pela língua.

Segundo Cunha e Cintra (1985), é uma tarefa árdua delimitar as regras que norteiam a seleção entre *-inho* e *-zinho* como diminutivos. A formação do diminutivo ocorre por meio de derivação sufixal que os formativos *-inho* e o *-zinho* adjungem-se a bases nominais, adverbiais e outras palavras invariáveis, como é o caso de *agorinha*, *devagarinho*, *sozinho* e *adeusinho*. Sobre o uso de uma ou outra forma desse sufixo, os autores fazem as considerações seguintes:

Excetuando-se as palavras terminadas em *-s* e *-z*, que naturalmente exigem a forma *-inho* (*piresinho*, *rapazinho*), não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre *-inho* e *-zinho*. Sente-se que muitas vezes a seleção está ligada ao ritmo da frase. Por outro lado, verifica-se uma preferência na linguagem culta pelas formações com *-zinho*, no evidente intuito de manter íntegra a pronúncia da palavra derivante; a linguagem popular, no entanto, simplificadora por excelência, tende para as formações com *-inho*. Comparem-se, por exemplo, as formas alternantes *baldezinho* - *baldinho*, *xicarazinha* - *xicrinha* etc (Cunha; Cintra, 1985, p. 91).

Entendemos que os autores não apresentam com clareza as regras de escolha entre um formativo ou outro, no caso, entre *-inho* e *-zinho*. Diante disso, julgamos que consideram como um único morfema, quando evidenciam que o falante pode usar as formas alternantes e que a preferência em usar uma forma depende do tipo de linguagem, apontando que, na formação do diminutivo, a escolha entre as formas, no popular, se usa *-inho*, e na linguagem culta, se usa *-zinho*. Vejamos:

(29) O dia estava lindo, ótimo para curtir um mar.

Então, vamos aplicar as regras dos autores Cunha e Cintra (culto/formal - popular/informal) no enunciado. Segundo os autores, seria:

- Forma: O dia estava lindo, ótimo para curtir um **marzinho**.

-Informal: O dia estava lindo, ótimo para curtir um **marinho**.

Na TOPE, compreendemos que a escolha do tipo de linguagem possa definir o valor da unidade, por ser algo contextual, interfere na escolha de uma ou outra das formas. Vimos que, além da mudança entre formal e informal, temos uma mudança de ocorrência comum para ocorrência não comum, no caso de marinho. Para observarmos os usos das formas que os autores apresentaram na citação acima, retiramos do *corpus* os enunciados seguintes:

(30) Se quiser pedir a **xicrinha** cheia, são R\$ 0,70.

(31) Deu alguns passos na sua pequena sala e disse depois, tornando junto da mulher: O que me saberia bem agora era uma **xicrinha** de café, mas queria-o bom como o faz a Rita... Olha!

(32) Ao meio-dia havia um curto recreio em que as meninas, proibidas do uso do café, tomavam uma merenda composta de pão e frutas, e os grandes apenas uma **xicarazinha** de café.

(33) Diz que a mente é um recipiente pronto para a amargura, uma **xicarazinha** funda de porcelana na qual ácidos corrosivos poderiam ser misturados.

Pela perspectiva da TOPE entendemos que a escolha da unidade -inha e -zinha não se deu de forma aleatória e que trazem implicações ao sentido do enunciado. Portanto, consideramos que se as unidades fossem idênticas elas não coexistiriam contemporaneamente. Além disso, acrescentamos que as duas formas usadas nos enunciados (32) e (33) não necessariamente se referem à forma diminutiva (no sentido de xícara pequena). Ou seja, a unidade não encapsula o sentido.

2.3 A concepção do diminutivo nos dicionários: -zinho

Atentamos agora para como os dicionários apresentam o diminutivo e a unidade -zinho, suas regras de uso, construção da significação e sua variação de sentido. Buscamos no dicionário *online* Houaiss uma amostra da descrição do diminutivo e mais precisamente da

unidade *-zinho* e suas aplicações. Optamos pela busca das palavras que já mencionamos no tópico anterior. Vejamos a definição de diminutivo:

diminutivo (sXV cf. IVPM)⁶⁰

adjetivo e substantivo masculino

1 que ou o que diminui ou encerra diminuição

2 GRAM, LING que ou o que designa o ser diminuído em relação ao normal, ou com a significação atenuada ou valorizada afetivamente (diz-se de grau do substantivo)

adjetivo

3 GRAM, LING que, unindose à base de um substantivo, indica o grau diminutivo (diz-se de sufixo)

4 que expressa ideia de diminuição, redução (diz-se da categoria grau) **substantivo masculino**

5 objeto semelhante a outro, mas em ponto menor; miniatura

6 GRAM, LING substantivo ao qual se acresceu o sufixo diminutivo, denotando o grau implícito de diminuição de tamanho, dimensão ou intensidade: sorvetinho, casinha, medinho

6.1 GRAM, LING substantivo que designa pessoa, animal ou objeto num contexto afetivo ou familiar; pode ser uma forma reduzida simples (Zé por José, vó por avó), um segmento fônico repetido (Dudu por Eduardo), dois segmentos de vocábulos diferentes (Malu por Maria Lúcia) ou forma sufixada (Ritinha, Ritoca por Rita)

O dicionário *online* Houaiss, como observado, apresenta três definições: princ. (figura 1), em que o adjetivo expressa a ideia de diminuição, redução, e o substantivo acrescido do sufixo denota diminuição de **tamanho**, dimensão ou **intensidade** (ex.: sorvetinho, casinha, medinho); etim. (figura 2), no sentido de diminuir; gram. (figura 3), o sufixo diminutivo *-inho*, nos adjetivos e advérbios, geralmente não indica tamanho, mas **valor afetivo** ou intensidade (ex.: menina lindinha; andar devagarinho) (grifos do dicionário).

Após a GT apresentar que a palavra terminada em consoante, acrescida de *-inho*, exemplo: sol+ *-inho* = solinho, será a palavra base com um valor diminutivo, e o dicionário Houaiss *online* apresentar que o substantivo acrescido do sufixo denota diminuição do tamanho, verificamos a definição do termo em outros dicionários *online*:

Infopedia⁶¹

SOLINHO

so.li.nho. su'lipu (nome masculino)

1. corte feito em pedra ou madeira segundo linha previamente traçada

2. desbaste feito em peça de madeira para que seja depois lavrada com enxó

3. diminutivo masculino singular de solo

4. presente do indicativo do verbo solinhar / eu solinho.

Dicio.com.br⁶²

⁶⁰ Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#28. Acesso em: 20 dez. 2022.

⁶¹ Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/solinho>. Acesso em: 25 jan. 2023.

⁶² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/solinho/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SOLINHO
 Significado de solinho
 Substantivo masculino. Ato ou efeito de solinhar

OsDicionarios.com⁶³

SOLINHO
 Primeira definição encontrada de “solinho”
 [Dev. De solinhar.]
 Substantivo masculino.
 1. Ato ou efeito de solinhar.

Segunda definição encontrada de “solinho”
 {definição}
 solinho 1 s.m.
 ato de solinhar. F. Solinhar.

solinho 1 s.m.
 (Bairrada) terra, escavada ou mexida no fundo da manta, em que se unha o bacele.
 F.r.Solo].

Outras informações da palavra “solinho”
 Classe gramatical: substantivo masculino
 Flexão do verbo solinhar na 1 pessoas do singular do Presente do indicativo.
 Separação das sílabas: so-li-nho
 Feminino: solinha

Após a busca em dicionários *online* (citados acima), vimos que a unidade tem várias definições: verbo presente do indicativo do verbo solinhar (corte feito na pedra ou madeira); diminutivo de solo; terra escavada; e até mesmo o feminino: solinha.

Vejamos alguns enunciados com a mesma unidade:

- (34) Na abertura do evento, Luna apresentará um **solinho**.
- (35) Pena que o Cassy não 'teja aqui, ele faz um **solinho** genial n'sa música.
- (36) Transporte público até **solinho** em São Gonçalo.

Pela concepção da TOPE, não é possível afirmar que nos enunciados acima a unidade solinho se refere a sol+ -inho = solinho, sendo o diminutivo de sol como pontuado pela gramática. Nem mesmo ao diminutivo de solo como descreve o dicionário.

Outro ponto a ser considerado são as descrições de “solinho” em outros dicionários *online*, como OsDicionarios.com, que apresenta a definição de **solinho** e acrescenta a informação da palavra = Feminino: **solinha**.

⁶³ Disponível em: <https://www.osdicionarios.com/c/significado/solinho>. Acesso em: 25 jan. 2023.

- (37) Copiaram a **solinha** dos tênis dos amiguinhos.
- (38) Compre **solinha** para sapatinho de bebê parcelado sem juros!
- (39) Meia com **solinha** emborrachada para bebê.
- (40) Postei uma foto mostrando a **solinha** e minhas unhas da semana.

Após a explanação das gramáticas e da descrição dos dicionários sobre uma amostra do diminutivo, e mais precisamente da unidade *-zinho* e seu funcionamento, entendemos que o uso dessa unidade nem sempre está ligada ao diminutivo.

Na próxima subseção, abordamos as funções semânticas atribuídas a essa unidade.

2.4 Funções semânticas atribuídas a unidade *-zinho*

A seguir, apresentamos um pouco mais sobre os diminutivos, com foco nas funções semânticas atribuídas à unidade *-zinho*. Bechara (2009) apresenta importantes colaborações à discussão sobre qual seria o processo de formação do diminutivo, se por flexão ou por derivação, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, e apresenta algumas considerações a respeito de outras funções semânticas do diminutivo. Vejamos:

Aumentativos e diminutivos – Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída, auxiliados por sufixos derivacionais: homem – homenzarrão – homenzinho

A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo:

aumentativo: *homenzarrão*

diminutivo: *homenzinho*

A derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão: *sintético* – consiste no acréscimo de um final especial chamado *sufixo derivacional aumentativo* ou *diminutivo*: homenzarrão, homenzinho;

analítico – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno etc.) junto ao substantivo: *homem grande*, *homem pequeno*.

A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levava o gramático e erudito romano Varrão a considerá-la uma *derivatio voluntaria* (Bechara, 2009 p. 165).

O autor considera que os sufixos diminutivos *-inho* e *-zinho* têm uma distribuição regular, conforme o final da palavra base. Assim, o gramático apresenta três regras:

a) se termina por vogal átona ou consoante (exceto *-s* e *-z*), a escolha é materialmente indiferente, apesar de aparecerem nuanças de sentido contextuais:

corpo → corpinho (com queda da vogal temática) / corpozinho (a forma básica intacta); flor → florinha/florzinha; mulher → mulherinha;
 b) se termina por vogal tônica, nasal ou ditongo, é de emprego obrigatório –zinho (-zito, etc.); boné → bonezinho; siri → sirizinho; álbum → alburnzinho; bem → benzinho; raio → raiozinho. Com –zinho evitam-se os hiatos do tipo irmãzinha, raioito, etc;
 c) se termina em –s ou –z, o emprego normal é com –inho (-ito, etc.), repudiando-se – zinho (-zito, etc.); ficando intacta a palavra básica: lapisinho (lápiz + inho), cuscuzinho (cuscuz + inho), rapazinho (rapaz + inho), cartazinho (cartaz + inho), exatamente como escrevemos lapiseira (lápiz + eira), lapisar (lápiz + ar), lapisada (lápiz + ada), etc. (Bechara, 2009, p. 127).

O gramático acrescenta, ainda, que é possível ocorrer oposições léxicas e fonológicas, uma vez que se mantém o acento da palavra base, apresentando exemplos como cartazinho (= cartáz + inho) / cartazinha (= càrta + zinha). Ele ressalta que esse processo se dá de forma sistemática, coerente e obrigatória, o que o caracteriza como derivação e não como flexão, pela qual propõe a NBG. Além disso, faz considerações a respeito de outras funções semânticas do diminutivo: “sempre em função da significação lexical da base, auxiliados por uma entoação especial (eufórica, crítica, admirativa, lamentativa etc.) e os entornos que envolvem falante e ouvinte [...]” (Bechara, 2009, p. 168). Observa que “a ideia de pequenez se associa facilmente à de carinho que transparece nas formas diminutivas das seguintes bases lexicais: paizinho, mãezinha, queridinha” (Bechara, 2009, p. 169). O gramático conclui tal explicação enfatizando semanticamente que considera o uso do diminutivo para exprimir a ideia de carinho.

Recorremos ao *corpus*, buscamos pela última palavra de sua citação, “queridinha”. Vejamos:

- (41) A avó pula da cama e coloca as mãos na cintura, brava: -- Escuta aqui, **queridinha**: você veio aqui hoje para me criticar é?
- (42) Está achando que isto aqui pode ser o paraíso, **queridinha**?
- (43) Mas podemos conversar um pouco, **queridinha**», diz ela."
- (44) Mas não é 'se o motivo, minha **queridinha**.

Após as considerações de Bechara que “a ideia de pequenez se associa facilmente à de carinho”, e considerando a observação do *corpus* e postulados pela TOPE, entendemos que não podemos dizer que o sentido de **queridinha** se associou a carinho nessas ocorrências, pois esses enunciados reforçam o que sustentamos em nossa tese - que o funcionamento de uma unidade de língua depende de suas ocorrências singulares. Como afirma Culioli (1990), a

significação não é veiculada, mas (re)-construída, e a relação entre produção e reconhecimento supõe a capacidade de ajustamento entre os sujeitos.

A identidade semântica da unidade linguística deve ser buscada no próprio desenrolar do processo enunciativo. Conforme Romero,

O fato de o sentido ser determinado pelo material verbal faz com que uma unidade linguística só adquira valores semânticos – “sentidos”, para empregar o termo corrente – quando contextualizada. Considerando os inúmeros sentidos de unidade linguística (sua polissemia), eles nada mais são do que o término do processo de significação, posto que cada um resulta de interações da unidade com o contexto verbal. Essa concepção de polissemia não admite, portanto, caracterizar a unidade linguística por meio da redução de seus sentidos a um conteúdo inerente à própria unidade, visto serem estes sentidos necessariamente circunstanciais (Romero, 2010, p. 480).

Nessa teoria, os termos são indeterminados e serão preenchidos por noções passíveis de se relacionarem semanticamente. A partir da léxis, constrói-se um enunciado, somente nele a unidade terá seu sentido estabelecido. O sentido da unidade *-zinho* não repousa em nenhum elemento de estabilidade que não seja proveniente de uma construção enunciativa. Como já fora explicado, não há correspondência termo a termo entre os enunciados e a realidade extralinguística, assim, é rejeitada a ideia de uma correspondência entre as unidades linguísticas e o mundo real em um estágio de correspondência estável e imediata.

Vimos que a TOPE defende a tese de que não é o sentido que fundamenta o valor da unidade, que a significação se dá na atividade de linguagem. “A partir do momento em que Culioli reintegra à linguística não só a atividade de linguagem, mas também o sujeito, ele redimensiona automaticamente a relação entre palavra, sentido e significação” (Zavaglia, 2010, p. 73).

Os gramáticos apresentados em nossa pesquisa descrevem a unidade *-zinho* como portadora de sentido, como se a unidade expressasse uma função semântica com valor de carinho, afetividade e outros, tendo a concepção de uma transparência original da língua em relação às ideias que permite exprimir.

Distintivamente, na TOPE, “a problemática de Culioli inscreve-se em uma corrente que rompe com a concepção de uma transparência original da língua em relação às ideias que permite exprimir” (Franckel, 2011, p. 43). Somente por meio das operações que os sujeitos regulam e organizam suas experiências e percepções da realidade. Portanto, o sentido da unidade linguística não é definido por aquilo a que ela remete em um mundo real.

Também propusemos retratar os possíveis diálogos entre os conceitos dos gramáticos em relação ao diminutivo com alguns pressupostos da TOPE apresentados na primeira seção

desta pesquisa. Entendemos que desse modo seja possível elucidar que o uso da unidade -*zinho* nem sempre está ligada ao valor diminutivo, intensidade ou valor afetivo, de modo que os sentidos não são cristalizados.

2.5 Relacionando o diminutivo e alguns pressupostos da TOPE

Nessa subseção, destacamos a importância de estabelecer um diálogo entre a GT e a TOPE para compreendermos o funcionamento da nossa unidade de trabalho. A língua é um intermédio que dá acesso à linguagem, e as formas se tornam um meio pelo qual o sujeito se manifesta. Portanto, novos sentidos surgem na dinamicidade da língua, no ato de enunciar.

Começamos pela percepção de Lapa (1988) em relação ao significado de *-zinho*. Inferimos que Lapa, de forma sutil, estabelece uma distinção no uso do sufixo, semelhante ao que foi feito por Cunha e Cintra (1985) anteriormente. No entanto, ele não associa essa diferenciação ao tipo de linguagem (formal/popular); sua distinção remete ao valor. Em seus estudos, não menciona a escolha entre um ou outro formativo, mas destaca os diferentes valores para cada forma. Conforme o autor,

[...] o sufixo -inho deu à palavra não tanto um significado de pequenez, como mais ainda de ternura. Livrinho pode não ser um livro pequeno, pode ser um livro com dimensões vulgares; mas é certamente coisa querida e apreciada. É verdade que o sufixo -inho serve para formar diminutivos: mas a idéia de pequenez anda ligada geralmente em nosso espírito à idéia de ternura, simpatia, graciosidade. É com esse sentido que empregamos ordinariamente o morfema Paizinho, mãezinha, não querem dizer ‘pai pequeno’, ‘mãe pequena’, mas pai e mãe muito queridos (Lapa, 1988, p. 78).

Lapa considera que há uma só forma, o sufixo -inho, que apresenta um significado de pequenez associado a um valor afetivo, sugerindo que o segmento /z/ atua como infixo, conferindo um valor pejorativo: “o sufixo - inho (aquele z é uma espécie de consoante de ligação, um infixo) dá um tom pejorativo à representação, alude depreciativamente à pequenez moral” (Lapa, 1988, p. 79). Além disso, pontua que é com esse sentido que empregamos ordinariamente o morfema. [...] Como somos, porém, gente apaixonada, e facilmente vamos dum extremo a outro, não é de surpreender que o mesmo sufixo evoque em nós sentimentos depreciativos (Lapa, 1988, p. 106).

Podemos destacar três pontos nas citações de Lapa. Em primeiro lugar, ele atribui ao uso de -inho um valor afetivo, de ternura, de coisa querida e apreciada, enquanto para o uso de *-zinho* designa um valor depreciativo, o que contrasta com a visão da TOPE, onde a

unidade não é vista como portadora de sentido e não possui um valor cristalizado ou fixo. Vejamos:

- (45) Aos meus queridos e amados pais Arthur «meu **painho**» e Vera «minha **mainha**» exemplos de vida e conforto nas minhas horas difíceis.
- (46) **Paizinho** uma ova.
- (47) Telefona pro **paizinho**.

Embora concordemos que no primeiro enunciado (45) o sufixo -inho possa sugerir a construção de um sentido de afeto, acreditamos que esse significado é construído pelo contexto do enunciado e não está cristalizado na unidade em si. No entanto, discordamos da afirmação de Lapa de que o uso de -zinho designa um valor depreciativo fixo. Para ilustrar essa perspectiva, substituímos a unidade -inho pela unidade -zinho no enunciado (45). Vejamos:

- (45.a) Aos meus queridos e amados pais Arthur «meu **paizinho**» e Vera «minha **mãezinha**» exemplos de vida e conforto nas minhas horas difíceis.

Entendemos que, mesmo com a alteração da unidade, os enunciados (45) e (45.a) continuam a sugerir uma construção do sentido de afeto, sem direcionar para propriedades de tamanho diminutivo, o que valida a afirmação da TOPE de que a unidade não é portadora de sentido fixo, sendo seu significado construído em cada ocorrência singular. Portanto, mesmo alterando a unidade, o sentido continua direcionando para uma construção de afeto devido ao contexto da ocorrência.

No segundo ponto, em relação ao enunciado (46) **Paizinho** uma ova, discordamos da afirmação de Lapa, pois não direciona para a construção do sentido de pai querido. Além disso, acreditamos que pode até sugerir um sentido um pouco rude. Assim, não é o acréscimo do z que confere um tom pejorativo, mas o contexto completo do uso do enunciado. Por exemplo, se Thiago, um pai, está com seu filho no hospital e é chamado de paizinho pelo médico e enfermeiros, esse uso pode ter uma significação diferente.

- (46.a) Chamado de “paizinho” naquele momento, Thiago queria responder com um palavrão. “Paizinho uma ova”, pensava ele. E isso, em uma versão educada,

acabou virando o nome do blog, Paizinho Virgula (<https://4daddy.com.br/paizinho-e-uma-vigula/> extraído em 29.dez.2023).

No terceiro e último ponto, na segunda citação, Lapa afirma que “-zinho dá um tom pejorativo à representação, aludindo depreciativamente à pequenez moral” (Lapa, 1988, p. 79). Embora o autor reconheça que a construção do sentido não é isolada, ele sugere que o significado é determinado pelo sujeito, referindo-se às propriedades de valor atribuídas pelo locutor. Em outras palavras, sugere que o sentido está relacionado à intenção do sujeito falante. Retornemos ao enunciado (47) Telefona pro **paizinho**, e vejamos:

- (47.a) Telefona pro **paizinho**, ele disse que está com saudades de vc.
- (47.b) Telefona pro **paizinho** quando sentir saudades, minha pequena.
- (47.c) Telefona pro **paizinho**, veremos se ele está disposto a te ajudar agora.
- (47.d) Telefona pro **paizinho**, conta sua versão dos fatos.

Diferentemente de Lapa, Culioli não atribui o sentido da unidade à intenção do sujeito enunciador. Na TOPE, o sentido é considerado uma propriedade intrínseca da unidade, construído em cada ocorrência singular, e não pelo locutor por meio de suas intenções no mundo, no fora da linguagem. O sentido de **paizinho** se constrói a partir das unidades que integram o todo, só se constitui na dinâmica da construção estabelecida nos enunciados e pelos enunciados. **Paizinho** pode direcionar para construção de vários sentidos e o seu desenvolvimento é operado pelo funcionamento da língua. Em suma, as relações de linguagem são responsáveis pelas operações dos enunciados, uma vez que a atividade de representação contempla três níveis, conforme descrito na seção I. Nossas representações mentais (nível I) estão ligadas à nossa atividade cognitiva e afetiva, que permitem a representação da realidade (subjetiva e objetiva).

Em a *Novíssima Gramática da língua portuguesa*, Cegalla apresenta o diminutivo como flexão dos substantivos: “Diminutivo: casa – casinha, irmão – irmãozinho” (Cegalla, 2010, p. 152). Ele explica que a derivação consiste em formar uma palavra nova (derivada) a partir de outra já existente (primitiva) por: sufixação, prefixação, derivação parassintética, derivação regressiva. Além desses processos de derivação propriamente dita, existe ainda o

da *derivação imprópria*⁶⁴, que consiste em mudar a classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação. Para o autor, o sufixo *-zinho* se encaixa perfeitamente nesta categoria de *derivação imprópria*, pois ocorre a passagem de categoria provocada pela presença de um diminutivo. Vejamos os exemplos citados pelo autor:

“- Adjetivos passam a substantivos: A menina pulou amarelinha.

- Substantivos passam a adjetivos: A novinha é Maria”

Cegalla atribui essa mudança da significação a unidade *-zinho* devido à derivação imprópria. No entanto, a TOPE não valida isso como motivo para tantas mudanças de significação. Retomamos a unidade **novinha**, tratando alguns enunciados nas análises no item 3.2.

Agora vamos observar a maneira como Almeida (2009) apresenta o diminutivo e quais as contribuições que traz à nossa pesquisa.

A propriedade do substantivo de indicar as dimensões do ser por ele nomeado dá-se o nome de flexão gradual ou simplesmente, grau dos substantivos. A flexão gradual, além de indicar variação de tamanho, pode significar desprezo, ironia, emprestando à expressão sentido pejorativo. Alguns substantivos com flexões diminutivas, com significado normal: tabernáculo, fascículo, opúsculo (Almeida, 2009, p. 129).

Os autores Almeida e Cegalla apresentam o *-inho* e *-zinho* como um único morfema, ambos concordam com a ideia de que essa unidade, além de “indicar variação de tamanho”, pode emprestar à expressão outros sentidos. Almeida, assim como Lapa, faz menção ao “sentido pejorativo” com a diferença de que Lapa designa apenas o *-zinho* para tal expressão, e faz menção ao *-inho* ligado ao espírito de ternura, enquanto Almeida não menciona sobre “afetividade” e “carinho”.

Assim como Almeida e Cegalla, que definiram a unidade para “indicar/exprimir variação de tamanho”, Rocha Lima (2003, p. 86-87) considera que o grau diminutivo do substantivo “exprime a diminuição” de um ser em relação ao seu tamanho normal e que pode também ocorrer, porém de forma excepcional, nos pronomes, verbos e advérbios. Para o autor, pelo processo de derivação, “o diminutivo sintético expressa-se com os sufixos *ito, ulo, culo, ote, ola, im, elho* e, sobretudo, *inho* e *zinho*. Este último é obrigatório quando o substantivo termina em vogal tônica, ou ditongo: *café, pai – cafezinho, paizinho*”. Semanticamente, o autor considera que o uso do diminutivo “exprime a ideia de carinho”, mas que há também alguns usos no “sentido pejorativo”.

⁶⁴ “o processo da *derivação imprópria* não interessa à morfologia, mas à semântica e à estilística”.

Colocamos entre “aspas” alguns pontos das citações que queremos comentar. Aqui, vimos que os autores tratam as unidades com valores cristalizados, citam as unidades da língua como portadoras dos sentidos, e não fazem menção às atividades de linguagem.

Mediante os pressupostos da TOPE, não assentimos que a unidade *-zinho* traga em si um “valor pejorativo/afetivo/dimensional” ou até “indicar/expressar variação de tamanho”. Nessa teoria, a dimensão de tamanho não é propriedade da unidade da língua, mas uma propriedade da relação dos sujeitos com as coisas.

No estudo minucioso de Câmara Jr. (1975) sobre a análise da formação do diminutivo no PB, reitera-se que *-zinho* é variante alomórfica⁶⁵ de *-inho*, e o uso de /z/ é obrigatório diante de palavras que terminam em vogal tônica. Menciona-se o fato de que processos de aglutinação e justaposição podem ocorrer tanto na composição quanto na derivação, considerando a formação do diminutivo com *-zinho* um caso de derivação por justaposição.

Enquanto Câmara Jr. afirma que a formação de *-zinho* pode ocorrer tanto na composição quanto na derivação. Maurer Junior (s/d) constata que, dado o uso intenso dessa consoante de ligação /z/, a unidade *-zinho* tende a mostrar certa autonomia opondo-se como elemento da composição e *-inho* tende a elemento da derivação. Assim, constatamos que a unidade *-zinho* oferece elementos que podem ser interpretados como composto ou como um derivativo de justaposição.

Essas observações nos levam a constatar que os estudos sobre o diminutivo falam muito sobre as regras de formação. Vimos também estudos sobre a linguística histórica e percebemos que houve muita alteração desde que os primeiros gramáticos apresentaram a formação do grau e sua classificação. Nessa etapa da pesquisa, tínhamos o intuito de trazer essa reflexão sobre o diminutivo, mais especificamente sobre a unidade *-inho* e/ou *-zinho*, e o ponto de vista de alguns teóricos em relação ao funcionamento e construção do sentido dessa unidade.

Passamos, então, às análises com o objetivo de evidenciar como se pode manipular uma sequência textual de maneira a construir um enunciado e seu significado.

⁶⁵ “Alomorfia é a variação de um morfema sem mudança no seu significado. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alomorfia>”. Acesso em: 12 mar. 2022.

SEÇÃO III

O PAPEL DAS FORMAS LINGÜÍSTICAS ARTICULADO COM O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DO ENUNCIADO: ANÁLISE DA UNIDADE *-ZINHO*

Nesta seção, reafirmamos que partimos da compreensão de que o sentido da unidade *-zinho* não está dado, e seu funcionamento implica a articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Para tanto, abordamos uma proposta de análise, sustentando que o sentido da unidade se determina por meio do diálogo entre um núcleo semântico de base e uma dada situação. Por meio das operações, regula-se o funcionamento da unidade na TOPE. Assim, procuramos formalizar um sistema de representação metalingüística e explicá-lo por meio da manipulação dos enunciados, tomando ocorrências de *-zinho* extraídos da plataforma: O *corpus* Brasileiro. A partir das contextualizações, verificamos como ocorrem os processos pelos quais o sentido da unidade se determina de modos variáveis; desse modo, o funcionamento das operações pode construir diferentes significações, dependendo do contexto.

Esta seção está subdividida em duas partes: a metodologia e as análises. A análise é apresentada em dois tópicos: o da construção do valor da unidade *-zinho*; e outro, o diálogo entre o português e o espanhol.

Do ponto de vista metodológico, partimos de dados imediatos, um conjunto relevante de enunciados nos quais o marcador em questão é a unidade *-zinho*, caminhando em direção à formulação de dados teorizados e apresentando explicações sobre as condições de produção e de reconhecimento dos enunciados de partida.

Por fim, realizamos as análises. Nossa análise parte das formas linguísticas para chegar a um processo de construção, pois o que nos interessa é o sentido construído pelos enunciados, considerando que o sentido elaborado não é dado, precisa ser construído. Após percorrer as operações de representação e de referenciação, a regulação permite aos interlocutores produzirem e reconhecerem formas. Assim, concluímos que o enunciador ajusta suas representações em relação ao seu coenunciador. Para tanto, procuramos mostrar como os sujeitos manipulam suas representações por meio das formas e regulam as operações de produção dos enunciados.

3.1 Metodologia da análise

Para embasar nossas análises, consideramos que os valores resultantes nos enunciados são construídos por meio da interação entre as unidades e os contextos. O objeto de análise de nossa pesquisa são os enunciados e não apenas a unidade *-zinho*. Para desenvolver as análises, recorreremos às ocorrências extraídas do O corpus Brasileiro, dos dicionários e das GT mencionadas na seção II. Além disso, levantamos algumas questões apresentadas nos dicionários e nas GTs, bem como sugerimos a aplicação de práticas enunciativas como forma de reflexão sobre a língua.

Se essa primeira ordem de regularidades, i.e., se os de construção dos valores referenciais são independentes desta ou daquela unidade linguística em particular, isso não significa, no entanto, que não existam interações únicas. Cada unidade específica caracteriza-se em dimensões Qlt – Qnt; é sempre única por ser único o próprio funcionamento da unidade, mas a maneira pela qual se dá o entrelace entre essas responde às regularidades definidas em termos de dimensões compacto, discreto e denso.

A metodologia da análise da TOPE pautou-se no estudo da construção de um sistema de representação metalinguística, por meio da atividade reguladora. Essa teoria defende um princípio metodológico em que a formalização entre as relações de representações metalinguísticas e representações linguísticas permita construir uma simulação das relações entre as noções e as representações linguísticas.

Essa abordagem visa à linguagem como atividade, concebida como um processo de constituição de sentido, possibilitando um trabalho de manipulação de enunciados, por meio da construção de paráfrases do enunciado de partida. Assim, pretende explicar, a partir de um sistema metalinguístico, como os sentidos das unidades são construídos e seus valores se manifestam na enunciação, por meio da atividade de representação, referenciação e regulação da linguagem que originam as formas das línguas. A linguagem é considerada como um trabalho linguístico e subjetivo para a TOPE, uma vez que envolve os sujeitos e inclui suas percepções da realidade. Os sujeitos realizam operações que constroem significados com a língua numa dada situação e num dado momento.

O que interessa para essa teoria é o funcionamento da atividade de linguagem, o modo particular de organização e agenciamento de formas, concepção que compreende a variação como um processo inerente à língua. Assim, os mecanismos geradores da significação somente são acessíveis por meio do manuseio das formas, e essa manipulação simula uma situação de produção, reconhecimento e reformulação. Nesta pesquisa, as análises destacam

as especificidades de uso da unidade -zinho., além de mostrar a construção da unidade; mostrar a prática de linguagem do sujeito e a aparente correspondência entre as línguas que supostamente dialogam - o português e o espanhol. Entendemos que esse diálogo não está construído, ele é o resultado de uma ação do sujeito. Em suma, essa metodologia permite, por meio das operações, concluir que não existe correspondência termo a termo.

3.2 Análise: A construção do valor da unidade -zinho

Como havíamos dito na seção II o sentido é sempre construído. Por meio da análise veremos que a forma esquemática é responsável pela construção do sentido da unidade, por constituir os elementos necessários para seu funcionamento, ajustando-se às propriedades específicas de cada elemento. Segundo Romero, Bernard Victorri nos fornece uma visão extremamente didática desse conceito que vale ser mencionada:

Se partimos da ideia de que o sentido de uma unidade num enunciado é o resultado de uma interação dinâmica entre esta unidade e os outros elementos do enunciado, deduzimos que a descrição de uma unidade deve necessariamente indicar de que modo ela interage com o restante do enunciado. É este o grande interesse da forma esquemática, i.e. permitir especificar o duplo papel de convocação/evocação que toda unidade linguística tem no enunciado: convocação dos elementos do co-texto que constituem seu meio privilegiado e com os quais ocorrem o essencial de suas interações; evocação de sua contribuição à construção dinâmica do sentido, do essencial de sua participação no enunciado, que depende dos elementos convocados. Esse duplo movimento por si só não esgota o processo de elaboração do sentido da unidade no enunciado, mas constitui seu lado mais regular. [...] O que se busca apropriar por meio desse duplo movimento é a **forma geral da dinâmica** [grifos nossos], e é assim que deve ser compreendido o termo "essencial" aqui utilizado (Romero, 2000, p. 93-94)⁶⁶.

O processo de qualificação e elaboração do sentido da unidade no enunciado implica a identidade das unidades em termos de forma esquemática, indicando, portanto, que é um movimento dinâmico operado pelo funcionamento da língua, desencadeado a cada estabilização semântica, tendo como destaque o fato de que as unidades são simultaneamente esquemas organizando e mobilizando o contexto, por serem passíveis de estabilizações diversas.

Desse modo, as relações de linguagem são responsáveis pela construção do enunciado, a começar pela identidade das unidades linguísticas que apresentam características próprias, constitutivas da especificidade de cada unidade. Essa concepção de polissemia não admite

⁶⁶ Trecho extraído de observações feitas por Bernard Victorri e que foram distribuídas em uma das discussões sobre o conceito de *forma esquemática* nas reuniões do grupo de pesquisa *TOPE* que ocorrem mensalmente na Escola Normal Superior de Paris.

qualquer identificação proveniente da manipulação desses valores, não admite qualquer tentativa de reduzi-los a um conteúdo inerente à unidade como ocorre, por exemplo, no domínio da semântica lexical.

Não podemos reduzir a unidade *-zinho* a um valor fixo como diminutivo. Vejamos alguns exemplos:

48. O Saulo é um **cantorzinho**.
49. Ele só tinha 7 anos de idade, e já era um **cantorzinho**.
50. Que **velhinho** antipático!
51. O **velhinho** não alcançou pegar o livro na estante.
52. Entregou um **trabalhinho** de ensino médio.
53. Realizei um **trabalhinho** árduo.
54. Saulo teve uma queda de **mentirinha**.
55. A casa ficou **limpinha**.
56. A decoração estava **bonitinha**.
57. Eu não gosto de bolo, mas gosto de **bolinho**.

Ao observar os enunciados acima, podemos perceber que a unidade *-zinho* não é diretamente portadora de sentido, posto que ela contribui para construção do sentido por meio da interação com o seu contexto. Logo, essa unidade linguística não tem um valor fixo de diminutivo, seu valor é construído por meio das representações e não possui identidade única, sua construção ocorre no processo enunciativo, por meio da variação de suas ocorrências.

Buscamos trazer aqui uma análise mais acessível para evidenciar a construção de valores da unidade *-zinho* nos enunciados acima, tentando nos aproximar da linguagem do cotidiano, procuramos expor nos enunciados (48) e (49) a unidade **cantorzinho**, nos enunciados (50) e (51) a unidade **velhinho**, e nos enunciados (52) e (53) a unidade **trabalhinho**, escolhemos 2 enunciados com mesma unidade para elucidar as diferentes construção de sentido da unidade determinada.

Vejam como essa teoria constrói a significação, analisando os dois primeiros enunciados com a unidade **cantorzinho**:

Tomando o enunciado 48:

48. O Saulo é um **cantorzinho**.

(48.a) Saulo é um **cantorzinho** bom.

(48.b) Saulo é um **cantorzinho** de porta de bar.

(48.c) Saulo é um **cantorzinho** de um metro e meio.

(48.d) Saulo é um **cantorzinho** qualquer.

Verificamos a representação físico-cultural <alguém ser cantor>. Tal é a fonte desse núcleo semântico. Entretanto, ao preencher o argumento “alguém” com “Saulo”, esse sujeito traz instabilidade à representação. Nesse contexto, a afirmação “O Saulo é um cantor” pode não ser considerada apropriada do ponto de vista intersubjetivo e poderia resultar na não validação da relação “O Saulo não é um cantor”, o que poderia resultar também numa construção não adequada. Assim, *-zinho* equilibra a representação entre um projeto de existência de representação de “O Saulo é um cantor” e eventual não validação da relação “O Saulo não é um cantor”. O *-zinho*, nesse caso, pode indicar que Saulo não é um bom cantor, ou direcionar para construção de sentido de indiferença de um sujeito A pela profissão exercida por Saulo. Agora observemos a unidade **cantorzinho** no enunciado (49).

Tomando o enunciado:

49. Ele só tinha 7 anos de idade, e já era um **cantorzinho**.

Poderíamos dizer que **cantorzinho** apresenta o sentido estabilizado como diminutivo, o que direciona para significação de <alguém ser cantor>, e, como só tinha 7 anos, direciona para o tamanho, representação físico-cultural <alguém ser pequeno>. Porém podemos avançar um pouco mais, veja:

49. Ele só tinha 7 anos de idade, e já era um **cantorzinho**.

(49.a) Ele só tinha 7 anos de idade, e já cantava bem.

(49.b) Ele só tinha 7 anos de idade, e já cantava em grandes eventos.

(49.c) Ele só tinha 7 anos de idade, e já era um cantor reconhecido.

Após essas glosas, podemos dizer que o sentido não está estabilizado como diminutivo, e que a construção direciona para o significado de <alguém ser cantor>, e que canta bem, logo <alguém ser bom cantor>. Então, a mesma unidade “cantorzinho” direciona para construção de sentidos diferentes. No enunciado (48), funcionou como marcador de valor aspectual, modificando o valor de cantor, direcionando para construção de modalização apreciativa negativa. Já no enunciado (49), apreendemos como modalização apreciativa positiva, pois, mesmo ele sendo pequeno, com apenas 7 anos de idade, já é um cantor. Temos, então, um cantor pequeno e não a dúvida sobre sua validação como bom cantor.

Nos enunciados (50) e (51), a unidade **velhinho** direciona para a construção de dois valores diferentes. No (50), há um modificar apreciativo negativo, enquanto em (51) atua um diminutivo de tamanho.

Nos enunciados (52) e (53), a unidade **trabalhinho** produz um valor oposto, visto que em (52), temos <trabalho fácil>, e em (53), um <trabalho difícil>. Acrescentamos que o grau de dificuldade em nenhum dos dois enunciados se refere ao tamanho do trabalho.

O enunciado (54) **mentirinha** direciona para uma brincadeira e faz com que a gravidade da queda deixe de existir.

No enunciado (55),

55. A casa ficou **limpinha**.

Há a construção da modificação de uma casa que não estava limpa para uma casa <muito limpo>. Aqui a unidade está no alto grau da noção de limpa.

No enunciado (56), **bonitinha** apresenta um valor de <pouco bonita>, uma decoração não muito bonita.

Já no enunciado (57) Eu não gosto de bolo, mas gosto de **bolinho**. Bolinho neste enunciado não apresenta valor diminutivo de bolo, mas uma ruptura, uma ausência na relação entre os dois termos, pois deixa de falar de bolo e se refere a outro alimento, o bolinho. Temos, então, nos enunciados (54), (55), (56) e (57) a unidade *-zinho* direcionando para a construção do valor de modificador, devido aos contexto.

Vamos retomar a unidade **novinha** citada por Cegalla, na página 78. Vejamos os enunciados extraído do *corpus*:

- (58) Vendeu por cinquenta cruzeiros a bicicleta **novinha** que eu dei para ele no Natal.
- (59) A mais **novinha** da classe, a menorzinha, meiga, boazinha?
- (60) Michael Ritchie comprou os direitos e convocou Tom Jones para recauchutar a trilha e deixá-la **novinha** de novo.

Buscamos **novinha** no *corpus*, e constatamos que ela pode direcionar para a construção de muitos valores, indo de algo muito novo a algo que deixou de ser novo. No enunciado (58) “bicicleta **novinha**”, direciona-se para a construção de <muito nova>, há uma intensificação para nova. Assim, não temos o diminutivo de nova <pouco nova>. O enunciado (59), “A mais **novinha** da classe”, direcionando para a construção do tamanho <mais nova/menor>, pois o contexto diz “a menorzinha”, deixando explícito que se refere ao tamanho diminutivo. O enunciado (60) direcionou para construção de mudança de sentidos, “deixá-la **novinha** de novo”, <algo que deixou de ser novo>. Nos três enunciados acima, observamos diferentes construções de sentido para a unidade **novinha**.

As análises desses enunciados legitimam a afirmação da TOPE de que o sentido é sempre construído, e a unidade só adquire valor quando contextualizada, e não o locutor por meio de suas intenções no mundo que nos rodeia, “real” ou “imaginário”, no fora da linguagem. A forma esquemática é seu “real”, na teoria culioliana, seu valor referencial, ou seja, um “real” estritamente determinado por construções linguísticas.

Passamos, agora, a uma análise mais teórica para destacar a construção do enunciado. Como mencionamos anteriormente, a representação resultante de valores referenciais é construída no processo de formulação do enunciado e formalizada através das noções. No entanto, esses valores referenciais, por serem entidades cognitivas, não são acessíveis senão pelos textos, que permitem a sua reconstituição.

Agora, observemos o funcionamento da unidade **senhorzinho**, com o intuito de entender os processos de construção da significação do enunciado. Vamos considerar os enunciados a seguir:

- (61) Aquele **senhorzinho** mal alcançava o copo sobre a mesa.
- (62) Aquele **senhorzinho** veio falar comigo com aquele ar de petulância.

Entendemos que não podemos atribuir o mesmo valor à unidade **senhorzinho** ou *-zinho* nos enunciados (61) e (62).

Se considerarmos que no enunciado (61), *-zinho* está fundamentado por “um valor de tamanho”, conforme proposto pela GT, então devemos excluir das nossas análises enunciados como (62), como também fez a GT. No entanto, se assumirmos que o enunciado (61) também remete a uma percepção ou avaliação de um sujeito em relação a um estado de coisas, estaríamos construindo uma teoria unificada que busca explicar tanto (61) quanto (62). No entanto, este não é nosso objetivo.

Para isso, vamos considerar que ambos os enunciados derivam de um esquema formal denominado léxis, a partir do qual são derivados enunciados em relação parafrástica. A relação entre os termos que instanciam a léxis está sempre orientada para uma certa direção de sentido, que pode ser formulada em termos de uma relação predicativa não assertada, em se tratando de (61) <alguém com o copo>, e em se tratando de (62) <alguém com ar de arrogância>, cujas modalizações são conhecidas por meio das marcas de asserção dos enunciados. Essas modalizações resultam de um diálogo entre a relação predicativa não assertada e as coordenadas de uma dada situação enunciativa. Retomemos o enunciado (62).

(62) Aquele **senhorzinho** veio falar comigo com aquele ar de petulância.

(62.a) Aquele **senhorzinho** veio falar comigo com aquele ar de petulância.

(62.b) Aquele **senhor** veio falar comigo com aquele ar de petulância.

(62.c) Aquele **senhor** veio falar comigo.

(62.d) Aquele **senhorzinho** veio falar comigo.

No enunciado (62.a) *-zinho* atribui valores não observáveis em senhor no enunciado (62.b). Exemplificando, no enunciado (62.a), **senhorzinho** gera uma modalização apreciativa negativa do enunciador em relação ao indivíduo, modalização que não está presente em **senhor**, no enunciado (62.b). A unidade linguística **senhorzinho** localiza <aquele ar de petulância> e nessa relação a **senhorzinho** é atribuída uma propriedade que não possuía antes, <aquele ar de petulância> é o ponto de ancoragem entre os sujeitos enunciadores, aquilo que está relativamente estabilizado. E direciona para essa interpretação ao se combinar com **senhorzinho**. Podemos dizer que é um valor potencial em se tratando de <alguém com ar de

petulância>. O valor potencial é definido pela intenção da representação mental que o indivíduo tem em determinada situação enunciativa.

É justamente a construção do valor referencial, ou seja, refere-se ao conceito que o enunciado tem e ao que significa naquele momento. Ainda assim, no enunciado (62.a), existem também mais duas possibilidades interpretativas de *-zinho*: referir-se ao tamanho do indivíduo (senhor baixo) ou à idade avançada do indivíduo (senhor bem velho), valores que não se constroem a partir da associação com <aquele ar de petulância>. Esses valores não aparecem em **senhor**. Logo, “aquele senhor”, já que observamos que o contexto contribui para um valor de desprezo. Dessa maneira, o **senhor**, no enunciado (62.b) direciona para o mesmo valor de **senhorzinho** do enunciado (62.a), mesmo sem o *-zinho*, pois esse valor potencial se mantém devido à maneira que ele veio falar comigo: <com aquele ar de petulância>.

No enunciado (62.c) Aquele **senhor** veio falar comigo.

Senhor deixa de ter o mesmo valor de **senhorzinho** no enunciado (62.a), posto que o valor foi superado pela maneira como ele “veio falar comigo”, ou seja, ele não veio falar comigo “com aquele ar de petulância”, mas simplesmente veio falar comigo. Desse modo, o valor potencial de **senhorzinho** para <alguém com ar de arrogância> simplesmente não foi “construído”, pois não se estabeleceu, nesse enunciado, uma relação entre **senhorzinho** e “aquele ar de arrogância”. Conforme a situação enunciativa, neste enunciado a unidade senhor assume um valor diferente do senhor do enunciado anterior, e, dependendo da situação, pode assumir vários valores. Ainda, se considerarmos a entonação em uma situação contextual em que o sujeito enunciatador não gosta de o senhor ter ido falar com ele, ou por não ter gostado do senhor, é possível que ocorra um tom de desprezo ou reprovação por parte do sujeito enunciatador.

No enunciado (62.d) Aquele **senhorzinho** veio falar comigo. **Senhorzinho** retoma o valor potencial de **senhorzinho** do enunciado (62.a) e senhor do enunciado (62.b), porque mesmo não estando explícito “com aquele ar de petulância”, o valor está vocacionado na direção de se tratar de <alguém com ar de arrogância>, logo, o valor potencial está definido pela intenção do enunciatador neste momento.

Também é possível retomar mais duas possibilidades interpretativas de *-zinho*: a referência ao tamanho do indivíduo (senhor baixo) ou à idade avançada do indivíduo (senhor bem velho), como vimos no enunciado (62.a). Há outra possibilidade, se pensarmos em uma

situação contextual em que o sujeito enunciador tenha, por exemplo, simpatizado com o senhor, e demonstre uma afetividade ao pronunciar **senhorzinho**.

Após analisarmos o funcionamento da linguagem a partir da manipulação dos enunciados, observamos que a unidade *-zinho* possui um valor em construção, visto que a construção do valor potencial se deu por meio de um sistema metalinguístico de representação. Essa construção da significação envolve um trabalho consciente do linguista em observar a apropriação do conteúdo por meio da sequência interpretável em contexto explícito. Assim, o enunciado é o objeto analisado, e não deve ser considerado como o resultado de um ato de linguagem individual. As operações de linguagem estão voltadas para a construção de um sistema de representação metalinguístico que visa à construção do processo de reflexão interna da linguagem, e é neste momento que se constitui um sujeito enunciador, baseado na análise a partir dos enunciados.

Enfatizamos que a organização das formas possibilita formalizar um sistema de representação que remete às operações de constituição do valor referencial por meio das operações mentais que se materializam no enunciado. Vejamos mais um enunciado. Agora com a unidade **gripezinha**.

A unidade *-zinho* está atrelada a valores em termos de oposição de unidades lexicais aquém das representações em nível de enunciado, o que é um dos problemas da semântica lexical.

(63) “isso é uma **gripezinha**”⁶⁷

Esse enunciado ficou popular no início da pandemia. O presidente do Brasil, em seus pronunciamentos realizados no Palácio do Planalto e em rede nacional de TV, nos dias 20 e 24 de março de 2020, utilizou “**gripezinha**” para se referir à Covid-19. Assim, não poderíamos encerrar nossas análises sem apresentar tais enunciados. Vejamos os enunciados extraídos do infográfico do jornal A Gazeta⁶⁸:

⁶⁷ Segundo reportagem publicada na revista Carta Capital [Saúde], o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em pleno período pandêmico do SARS-CoV-19, referiu-se à covid-19 como "gripezinha" ao menos duas vezes. A primeira em 24 de março de 2020 em pronunciamento em rede nacional. Dias depois, afirmou, sem qualquer base em pesquisas científicas, que para 90% da população brasileira os efeitos da contaminação pela covid-19 seriam parecidos com uma "gripezinha", ou até mesmo que os efeitos da doença não seriam percebidos (cf. Carta Capital, edição de 16 de julho de 2020). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/coronavirus-como-o-brasil-virou-exemplo-negativo-no-mundo/>. Acesso em: 13 maio 2022.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/da-gripezinha-ao-e-dai-as-falas-de-bolsonaro-em-cadafase-da-pandemia-0520>. Acesso em: 12 maio 2022.

- (64) “[...] no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido, quando muito de uma **gripezinha** ou resfriadinho [...]”
- (65) “Depois da facada, não vai ser uma **gripezinha** que vai me matar”
- (66) “Para 90% da população, isso vai ser uma **gripezinha** ou nada”

Compreendemos que **gripezinha** nos enunciados (64), (65) e (66), a menção à gripezinha acompanha a mitigação da perigosidade da hipotética gripe, juntamente com a depreciação, visando à desvalorização de tal enfermidade, estratégia que direciona para o valor referencial <doença não grave>. Mas consideremos o contexto: em (64), meu histórico de atleta; em (65), depois da facada; em (66), ou nada. Assim, diríamos que *-zinho* apresenta a intenção de construir (para a população brasileira sobre a Covid-19) o sentido de uma doença simples/comum, que não mata e quase não apresenta sintomas, não sendo necessárias preocupações com a covid-19. Segundo Malheiros-Poulet (1986), “o valor de origem, de diminutivo, vem sempre acompanhado por diferentes conotações, que só podem ser percebidas através do contexto” (1986, p. 70). O uso da unidade **gripezinha** parece funcionar como um modificador, visto que é empregada para reorganizar e reorientar o significado. Assim, a enunciação

[...] deve ser entendida como um conjunto de parâmetros externos ao enunciado e à própria atividade de linguagem. [...] De Vogue (1992) distingue duas interpretações para o termo. Cada uma delinea um movimento epistemológico. Consequentemente, são definidos dois objetos de análise. A primeira interpretação entende a enunciação como maneira pela qual um sujeito se anuncia. O enunciado será entendido como o produto de enunciação do sujeito. Nesse caso, o objeto de análise será a maneira pela qual o sujeito se anuncia. A segunda interpretação entende a enunciação como o processo de constituição de um objeto – o enunciado – isto é, a maneira pela qual um enunciado se anuncia. Nesse caso, o enunciado será entendido como o agenciamento de vestígios das operações realizadas na sua construção. O objeto de análise se configura agora como a maneira pela qual o enunciado tem a forma que tem (Pria, 2014, p. 40).

Após essa citação, é importante direcionarmos a atenção para a maneira pela qual o enunciado tem a forma que tem, o que significa que a partir das formas e por meio das operações se constroem os sentidos, pois a linguagem é uma atividade de construção de sentido.

Veja o título dessa matéria⁶⁹: “O presidente Jair Bolsonaro minimiza a covid-19 ao chamá-la de “gripezinha””. Novamente chamamos a atenção para o papel da unidade na construção da significação, e destacamos que, na TOPE, as formas não têm um sentido dado.

Consideremos o enunciado:

(67) Bolsonaro: “quem falou **gripezinha** não fui eu, foi o Dráuzio Varella⁷⁰”.

(67.a) eu não falei gripezinha

(67.b) Dráuzio falou gripezinha

(67.c) não considero como uma doença simples/ comum

(67.d) Dráuzio considera como uma doença simples/comum

(67.e) considero como uma doença grave

(67.f) Dráuzio não considera como uma doença grave

Vimos que o valor referencial de **gripezinha** dos enunciados (64), (65) e (66) não se confirma no enunciado (67). Na verdade, há uma relação de identificação no sentido de Covid ser uma **gripezinha**, remetendo para o valor <Covid-19 doença não grave>. O valor referencial construído nos enunciados (64), (65) e (66) remete para um sentido de suavizar as consequências da doença, além de colocar em destaque o descaso e o desdém por parte do sujeito enunciador. No enunciado (67), há uma diferenciação no sentido de o sujeito enunciador considerar a Covid-19 doença não grave, mas sem o descaso e o desdém que vimos nas situações contextuais nos enunciados (64), (65) e (66).

Mesmo mantendo a unidade *-zinho* para se referir à doença, o funcionamento da unidade se altera devido ao contexto e às combinações de marcas linguísticas nos enunciados. Há uma relação de alteridade. A está atribuindo a B a responsabilidade de ter tirado Covid-19 do interior do domínio nocional de doença grave.

Vimos que somente após manipular os enunciados, e validar os processos de construção da significação é que as unidades constroem seus valores. Após essas análises, constatamos o que tínhamos como hipótese: que a GT apresenta a unidade *-zinho* com valores

⁶⁹ Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/timeline/o-presidente-jair-bolsonaro-minimiza-a-covid-19-ao-chama-la-de-gripezinha/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jair-bolsonaro-diz-que-nao-chamou-covid-19-de-gripezinha/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

cristalizados/isolados, estabelecendo as regras de uso e sua formação, posicionando-se sobre a linguagem, mas oferece pouca reflexão sobre o uso da língua. E, na TOPE, o valor da unidade é construído em suas ocorrências singulares, sendo necessário operar com os processos de linguagem veiculados pela língua, ou seja, a unidade recebe uma propriedade atribuída pelo sujeito em sua atividade de linguagem. Diante disso, assumimos que a língua expressa o modo como os enunciadores se relacionam com as coisas.

3.3 Análise: o diálogo entre o português e o espanhol

Reservamos nesta subseção um espaço para as análises dos enunciados pertencentes ao nosso *corpus* de pesquisa, visando uma reflexão sobre o diálogo entre as línguas portuguesa e espanhola. Observamos que esse diálogo é algo anterior ao próprio diálogo em si.

A TOPE vai explorar esse momento anterior – conexão – o momento em que as duas línguas se encontram. Esse momento só é possível porque houve um processo de construção que mitigou o conflito e construiu essa possibilidade de diálogo. Esse momento não está construído, ele é resultado de uma ação do sujeito. Sendo assim, os aprendizes de uma língua, ao traduzirem um enunciado, partem de um esquema chamado léxis, para então anexar a ele as categorias gramaticais de modalidade, aspecto, determinação e diátese, por meio de marcas linguísticas, e, ao passo em que o aprendizado evolui, há uma melhor compreensão dessas categorias.

Na perspectiva culioliana, a AE tem um papel importante para o processo de tradução (por ser anterior à materialização linguística), uma vez que a construção de sentido do aluno de LE se constitui de ler, interpretar e traduzir os enunciados. As experiências que constituem as representações mentais do aluno como tradutor são diferentes daquelas do autor do texto original. Mesmo que o aluno tente ser “imparcial” ou “isento”, suas experiências se farão presentes na tradução. O aluno/tradutor deve buscar o máximo possível de semelhança ou equivalência semântica com o texto original (Biasotto-Holmo, 2010).

Produzir e interpretar enunciados na Língua Alvo (LA) implica traduzir neste idioma, que, por sua vez, implica raciocinar inconscientemente sobre essa LA. Esse raciocínio inconsciente, que diz respeito à AE, por sua vez, se baseia nas propriedades físico-culturais das marcas a serem traduzidas. A metalinguagem inconsciente do processo de tradução é irrepetível, é exclusiva de cada tradutor, e toda tradução sempre passa pelo filtro subjetivo do tradutor (Biasotto-Holmo, 2010). Nesse processo, além da AE, a tradução do aluno vai apoiar-

se na noção e domínio nocional, porque a interpretação do sentido do enunciado original passa invariavelmente pelas propriedades físico-culturais daquele termo, as quais definem tudo que ele pode e não pode ser.

As marcas léxico-gramaticais não possuem um sentido fixo e estável que pode ser simplesmente “transportado” de um idioma para outro. Assim, traduzir um termo do espanhol nada mais é que distinguir entre o que se identifica com o que vimos como centro organizador de uma noção (suas propriedades típicas) e o que não se identifica com o centro (seu exterior, aquilo que não tem a ver com ele).

Uma expressão muito usada no diminutivo em espanhol, é “*ahorita*”, que seria o diminutivo de “*ahora*”, tradução na língua portuguesa de “agora”. Essa expressão tem uma particularidade: não sabemos quanto tempo esse *ahorita* dura. Se formos traduzir literalmente, seria como dizer “agorinha” (há poucos instantes ou imediato). Mas, consideramos que o sentido mais próximo à língua portuguesa seja o “daqui a pouquinho”. Ou seja, entendemos que ocorre uma mudança de tempo quando inserimos a unidade reconhecida como diminutivo pelas gramáticas.

Buscamos alguns enunciados dos sites www.cvc.cervantes.es⁷¹, e context.reverso.net⁷² em contexto de uso por falantes da língua espanhola, utilizando a unidade: *ahorita* para analisar o contexto temporal. Os enunciados são marcados com letras correspondentes de suas fontes para o site cervantes (C) e para context.reverso (R).

Separamos por blocos de tempo: futuro, presente e passado. Vejamos.

Futuro: dentro de pouco tempo, daqui a pouco.

(68) C. *Pedro va a trabajar desde **ahorita** y dejará de hacerlo a las tres.*

(69) C. ***Ahorita** mismo te lo traigo.*

(70) R. *Entoces **ahorita** me voy porque se hizo tarde...*

Presente: neste instante.

(71) C. *Ese '**ahorita**', equivalente al "ahora mismo", es el pan nuestro de cada día.*

⁷¹ Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/biblioteca_fraseologica/d2_liu/default.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

⁷² Disponível em: <https://context.reverso.net/traduccion/espanol-portugues/ahorita>. Acesso em: 12 maio 2022.

Passado: ação acabou de acontecer.

- (72) *C. He obtenido hoy, **ahorita**, el resultado de mi prueba del DELE de la Universidad de Salamanca.*
- (73) *C. Gracias, Enrique! **Ahorita** mismo he leído su respuesta.*
- (74) *C. **Ahorita** me acorde.*
- (75) *R. Bueno, mis nervios solo dieron hasta **ahorita**.*
- (76) *R. Este precisamente **ahorita** acaba de salir a un largo viaje.*

Vimos que ocorre uma mudança de tempo quando inserimos a unidade **ahorita**, e ela aparece nos três tempos verbais. Também buscamos enunciados com a palavra **ahora** nos sites hispanismo.cervantes.es⁷³, e no context.reverso.net⁷⁴. Encontramos todos os enunciados referindo-se ao tempo presente, e não como modificador. Para representar o site [hispanismo](https://hispanismo.cervantes.es), usamos (**H**) e para o [context.reverso](https://context.reverso.net) (**R**). Vejamos:

Presente:

- (77) *H. A partir de ahora, este trabajo será de consulta obligada y frecuente.*
- (78) *H. La centralidad del presente, o del "ahora" reside en que este momento preciso y sin límite es la frontera del tiempo, la perspectiva desde la cual el escritor abarca las tres dimensiones del tiempo. El texto es, a nuestro modo de ver, la interpretación del "ahora" de forma coherente y ordenada de modo que respete una cierta unidad temporal.*
- (79) *R. El desarrollo sostenido tiene que hacerse realidad ahora.*
- (80) *R. Las principales víctimas so ahora los criadores de moluscos.*
- (81) *R. Sobra pues aquí y ahora exponer más motivos.*

⁷³ Disponível em: <https://hispanismo.cervantes.es/busqueda/otras-secciones/ahora>. Acesso em: 12 maio 2022.

⁷⁴ Disponível em: <https://context.reverso.net/traducao/espanhol-portugues/ahora>. Acesso em: 12 maio 2022.

É verdade que *ahora* direciona para o mesmo sentido que agora, ou seja, < nesse momento, imediato>. Já a unidade *ahorita*, como vimos nos enunciados acima, não tem o sentido de diminutivo de agora. Logo, não podemos afirmar que é um diminutivo nem que exerça tal função, pois o sentido desta palavra direciona para um espaço de tempo ainda não definido pela palavra, mas pelo contexto, podendo situar para o tempo passado, presente ou até mesmo para o futuro, como algo que ainda será executado.

Vejamos um enunciado:

(82) *Claro, ahorita lo firmo. Puede dejar el documento sobre la mesa.*

Ahorita remete a um intervalo de tempo padrão (que pode ser mais curto ou mais longo, a depender de fatores socioculturais) que *ahorita* se propõe a superar. Ao fazê-lo, *ahorita* situa a representação “documento assinado”⁷⁵ no interior do domínio de validação, no qual “documento assinado” é o caso.

Por exemplo:

Imagine que você tem muita urgência em terminar de organizar seus documentos e, para finalizar, precisa da assinatura do seu coordenador. Assim, quando você pede para ele assinar o documento, ele te olha lentamente e responde:

Claro, daqui a pouquinho eu o assino. Pode deixar o documento sobre a mesa.

Trazemos as descrições de alguns dicionários em LP:

Michaelis⁷⁶ - Agora: Nesta hora, neste instante ou neste momento: No momento presente; atualmente.

Michaelis⁷⁷ – Agorinha: Agora mesmo, ainda agora ou há poucos instantes.

Dicio⁷⁸ – Agorinha: Há poucos instantes; ainda agora, agora mesmo.

Tivemos a oportunidade de ouvir o discurso agorinha, em primeira mão.

Agora vejamos nos dicionários em E/LE:

⁷⁵ A representação “documento assinado” é fundamentalmente ambígua. Pode remeter tanto ao que é o caso (“documento de fato assinado”) quanto aquilo que não é o caso (“documento ainda não assinado”). São marcas assertivas, tais como “ahorita” que contribuem para a determinação semântica da representação “documento assinado”.

⁷⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/agora/>. Acesso em: 12 maio 2022.

⁷⁷ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/agorinha/> - Etimologia: der. de agora + inho, no fem, como esp ahorita. Acesso em: 12 maio 2022.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/agorinha/>. Acesso em: 12 maio 2022.

Michaelis⁷⁹ - *Ahora*: agora.

Rae.es⁸⁰ - *Ahorita*: diminutivo de *ahora*.

A unidade ***ahorita*** é formada pela noção de /agora/ e /nesse momento/. Embora *ahora* possua várias acepções, podemos dizer que seu centro organizador, seu sentido dominante, é imediato. Ao acessar essa ideia, o aluno construirá “assino agora – imediatamente”. Porém, quando deixamos de fazer a tradução/interpretação isolada das unidades e analisamos o enunciado como um todo, aprendemos que o aluno deverá usar a metalinguagem inconsciente (raciocínio linguístico) para encontrar uma forma mais apropriada, de modo que as marcas contextuais irão assegurar a construção do sentido.

O fato de o enunciador pedir:

(82) *Claro, **ahorita** lo firmo. Puede dejar el documento sobre la mesa.*

(82.a) “*Puede dejar el documento sobre la mesa*”, sugere que ele não o fará agora.

(82.b) *Claro, ahora lo firmo. Puede traer-me.* <documento assinado>

(82.c) *Claro, ahorita lo firmo. Puede traer-me.* <documento não assinado>

(82.d) *Claro, después lo firmo. Puede traer-me.* <documento não assinado>

No caso do enunciado (83.b), *ahora* nos leva a construir o sentido de documento assinado, no entanto, quando acrescentamos o (diminutivo) *ahorita* (83.c), temos a construção modificada, levando-nos a um documento não assinado imediatamente. Logo, quando substituimos o *ahorita* por *Después*, no (83.d), o enunciado não tem o sentido alterado, mantém-se a construção de documento não assinado imediatamente.

Veamos, voltamos ao enunciado 82:

(82) *Claro, **ahorita** lo firmo. Puede dejar el documento sobre la mesa.*

Sugere que ele não o fará agora, então:

⁷⁹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/escolar-espanhol/busca/espanhol-portugues/ahora/>. Acesso em: 12 maio 2022.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.rae.es/dpd/ahorita> -. Acesso em: 12 maio 2022. *ahorita*. Diminutivo de *ahora*, usado frecuentemente en el habla coloquial de amplias zonas de América: «*Me encantaría, pero ahorita estoy apuradísimo*» (Bayly *Días* [Perú 1996]). [...] En Puerto Rico y la República Dominicana se distingue entre *ahora* (‘en este momento’) y *ahorita* (‘dentro de un rato’).

Por que não assina agora?

E se assinasse agora?

Por que assinar agora? Não vejo razão para assinar agora!

Por que eu não assinaria agora?

Não vai assinar agora?

Esses pequenos enunciados levam a construir esse objeto abstrato, prévio, comum a todos os enunciados, que chamamos de léxis, e que será instanciado no sistema de referência; é dizer que essas perguntas geram uma forma organizadora e geradora de relação predicativa <documento não assinado>. O valor aspectual, não temos como estado resultante um documento assinado.

Vale observar, esse conjunto de operações, posto em relações.

Claro, ahorita lo firmo.

Remete a um estado de coisas dado, ou seja, a uma situação empírica na qual existe um certo número de objetos, processos e relações. Sejam detalhistas: “Claro”, primeiro, chama a atenção para o imediato (*claro* - vou assinar agora), mas ao mesmo tempo indica que existe um espaço-tempo (*ahorita* - daqui a pouco assino), e existe uma mudança de estado das coisas: antes não precisava da assinatura, agora precisa. Trata-se de um fenômeno que se pode denominar: “urgência na assinatura”.

Em segundo lugar, sobretudo, isso significa que o documento ser assinado e surgiu uma certa urgência. Então, surgiu um acontecimento particular, uma operação que é uma abstração, posto que levou um documento particular a uma classe de documentos, que não está presente aqui. Agora é um documento que precisa da assinatura com uma certa urgência, ou seja, precisa da assinatura agora.

De acordo Culioli (2010), em cada momento, temos a possibilidade de trabalhar na realidade, sempre com referência a uma representação que vai além da situação atual, e sempre há no enunciado mais simples, que neste caso possui uma referência imediata, o fenômeno de abstração. Veja: “*Ahorita lo firmo*”. Existe um “documento” a “ser assinado agora”, configurando procedimentos do tipo cognitivo.

A linguagem é, então, efetivamente, uma atividade *simbólica*, isto é, de relação com

a realidade, de construção de representações que podem *substituir*, que podem operar mesmo fora de uma realidade que ali estaria presente (Culioli, 2010, p. 59, destaque do autor, tradução nossa)⁸¹.

Podemos dizer que a noção, sua construção, remete a um aglomerado de acontecimentos que possuem uma mesma propriedade, por exemplo, “ser assinado agora”. E cada ocorrência de “assinar agora” remete a um caso particular e ao mesmo tempo remete a um caso qualquer. Então, faz-se um isolamento de certo número de propriedades e define-se se esses critérios correspondem à representação que esse documento foi ou será assinado agora.

Na realidade, esse procedimento de abstração é necessário, e acontece no momento em que ocorre a passagem da representação particular à representação que abstrai as propriedades e se possa designar outro.

Ahorita lo firmo

Neste caso, ele remete a “qualquer hora”, o que não quer dizer que vá assinar agora, com a urgência de que precisa o enunciador. Na verdade, significa que o enunciador respondeu que assinará em algum momento. Essa resposta é vaga, porém é muito importante, de modo que permite o funcionamento do jogo da linguagem.

Ahorita (diminutivo), nesse contexto, funcionou como um modificador.

Vejamos:

- *Puede usted lo firmar ahora?*

- *Ahora lo firmo.* (imediato) <documento assinado>

- *Puede usted lo firmar ahora?*

- *Ahorita lo firmo.* (em algum momento, não determinado) <documento não assinado>.

A partir desse jogo de linguagem, uma representação é construída e remete a um tipo de situação. Conforme Culioli (2010), as reações de tipo subjetivo indicam que em certo

⁸¹ No original: “El lenguaje es, pues, efetivamente, una actividad *simbólica*, es decir, de relacion a la realidad, de construccion de representaciones que pueden *sustituir* a, que pueden operar incluso por fuera de una realidad que estaria allí presente” (Culioli, 2010, p. 59).

momento pode parecer que a designação não corresponde à representação, enquanto em outros momentos isso ocorre. A teoria sustenta que sempre há a necessidade de um ajuste das representações. Estamos diante de um sistema que possui propriedades de estabilidade, podendo até mesmo ser considerado rígido em certos aspectos, mas ao mesmo tempo possui propriedades de plasticidade e labilidade de articulação. De um lado, pode apresentar estabilidade, enquanto, por outro lado, tem a capacidade de se ajustar intersubjetivamente.

Na verdade, a linguagem é feita para suportar ajustes, para suportar erros, para suportar falhas, ou seja, para ser robusta. E é nessa robustez e nessa sutileza que reside a propriedade talvez mais difícil de apreender (Culioli, 2010, p. 65, tradução nossa)⁸².

A linguagem é um sistema complexo, em que temos fatores heterogêneos com configurações que podem ter efeitos imprevisíveis. Esse sistema está sempre aberto para ser submetido a interações e ajustes, de modo que a modelização suponha a articulação de vários campos.

A atividade de linguagem (como já mencionamos na seção I, trata da atividade de representação, de referenciação, de regulação), e pode ser compreendida pelo “funcionamento normal ou perturbado” (Culioli, 2010, p. 70, tradução nossa)⁸³. No âmbito da sala de aula, por exemplo, por uma orientação dada (diríamos que o processamento é automático). Mas, graças ao sistema de representação distinto da língua materna, temos a língua estrangeira, que esboça grandes traços no campo heterogêneo. Assim, correlacionamos o “funcionamento normal”, onde teríamos por uma parte um objeto que pode parecer como delimitado: a língua (fenômenos linguísticos), e, por outra parte, teríamos o “funcionamento perturbado/desestabilizado”, a linguagem (espécie de objetos) que se tentou deixar de lado.

Por fim, essa atividade é apreendida por meio da diversidade das línguas naturais e dos textos, sendo estes últimos o resultado de operações linguístico-cognitivas realizadas pelos sujeitos enunciadorees em situações de interação, de modo que os sujeitos produzem e reconhecem formas que possuem significação e são interpretáveis. Assim, podemos dizer que, por meio dos textos, nos encontramos com as representações mentais materializadas por meio das formas, às quais daremos uma referência que nos permitirá manipulá-las de maneira que busque regra de boa formação e coerência, no processo de construção do sentido.

⁸² No original: “En la realidad, el lenguaje está hecho para soportar los ajustes, para soportar los errores, para soportar los fallos, es decir, para ser robusto. Y es en esa robustez y esa sutileza donde reside la propiedad tal vez más difícil de aprehender” (Culioli, 2010, p. 65).

⁸³ No original: “funcionamiento normal o perturbado” (Culioli, 2010, p. 70).

Vale lembrar que o estudo dos textos não pode ser independente do estudo das línguas. Dito isto, aprendemos que essas operações apresentam contribuições para o ensino-aprendizagem de línguas.

SEÇÃO IV

ATIVIDADE EPI-LINGÜÍSTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

Nesta seção, as reflexões sobre o funcionamento da linguagem por meio das línguas em situação de enunciação estão centradas na articulação entre a atividade epilingüística e o ensino-aprendizagem de línguas. A proposta defendida aqui é um caminho a ser aplicado ao ensino por meio da AE, que trabalha sob a perspectiva interacional/dialógica. A atividade de linguagem é desenvolvida pelos sujeitos em interação social e cultural, e no processo dialógico ocorre a construção de significados. Por meio das operações, é possível apreender como a linguagem constrói seus significados e os coloca em funcionamento.

A abordagem enunciativa tem como referência os princípios teórico-metodológicos da TOPE, que considera a língua como um sistema de representação da atividade de linguagem produzida por interlocutores em interação, e a linguagem como atividade significativa representacional que se torna acessível somente por meio de sequências de texto, ou seja, por meio da organização de marcas e traços de operações subjacentes. Entende-se que a tarefa do linguista é estudar o funcionamento da linguagem enquanto atividade significativa de representação, ou seja, enquanto atividade de produção e reconhecimento de formas linguísticas.

Ressaltamos que enquanto alguns dicionários e gramáticas se limitam ao uso de -zinho apenas como forma diminutiva, sem levar em conta o aspecto semântico, trabalhamos com a hipótese de que isso gera dificuldades para professores e alunos em relação a esse conteúdo. Supomos que isso tem relação direta com a maneira como ocorre o ensino de línguas na maioria das escolas brasileiras, pautado sob o que Rezende (2008) classifica como uma concepção instrumental de ensino de línguas. Distintivamente dessa concepção, a TOPE se interessa pela atividade linguístico-cognitiva do sujeito por meio de operações e possibilita ao aluno um trabalho de busca de significação e apropriação do funcionamento dessa unidade, visando despertar no aluno a atitude reflexiva. Centrada no sujeito, o esforço de regulação se dá por meio da atividade de linguagem, que é dinâmica e pode variar de acordo com o tempo, o espaço, o sujeito e os eventos implicados na enunciação.

No que tange ao ensino de línguas, não se pode chegar ao sentido de um enunciado, se o aprendiz não for conduzido, por meio de exercícios apropriados, a perceber o processo de produção refletido nas marcas da língua-alvo. É imprescindível levar em conta o contexto,

quer dizer, os elementos da situação em que o texto foi produzido: é preciso conhecer as operações enunciativas (entrelaçadas às operações predicativas) efetuadas por um sujeito em um momento determinado. Elas restituirão ao aprendiz o lugar que lhe pertence, porque o colocarão no centro da atividade. A prática em sala de aula passa a ser vista como uma prática social, a sala é mais um contexto de interação mediado pela linguagem, em que identidades são (re)significadas dado o caráter intersubjetivo da linguagem e das identidades dos sujeitos. E no último tópico expomos uma reflexão, como a enunciação pode contribuir para o ensino de línguas.

4.1 Atividade epilinguística e o ensino-aprendizagem de línguas

Essa atividade é um trabalho invisível do enunciador em busca da construção de significação e, nesse sentido, consiste em uma organização primária da enunciação. Segundo Rezende (2008), “é um esforço mental para atingir o equilíbrio entre o eu e o outro”, fundamentado pela instanciação dialógica. Essa metalinguagem inconsciente ativa a relação entre três operações de linguagem, quais sejam: a operação de representação, de referenciação e de regulação (que descrevemos na seção I).

Sendo assim, entendemos que o processo das operações epilinguísticas se dá por meio de operações mentais de linguagem, durante a construção do valor referencial que materializa o enunciado. Logo, esse diálogo interno durante as operações de linguagem se posiciona contrário ao ensino da língua de forma prescritivo.

Zambon (2019, p. 66) diz que é necessário que a atividade epilinguística tenha importância no ensino de línguas. Para ela, “considerar a linguagem ou língua um somatório de estruturas ou de categorias não permitiria uma análise reflexiva dos fenômenos linguísticos, isso ignoraria as mudanças e os processos adaptativos que um estudante realiza durante a aprendizagem de língua materna [...]”. Por conseguinte, é importante uma abordagem epilinguística no ensino de línguas, seja língua materna ou língua estrangeira, fornecendo ao aluno atividades de linguagem que permitam um diálogo interno durante a realização de operações mentais.

Em Rezende (2008), encontramos uma reflexão sobre esse conceito de atividade epilinguística, articulando-o ao ensino de língua. A linguista ressalta a pertinência de se trabalhar com a linguagem no ensino, destacando:

[...] trazer a atividade epilinguística para a sala de aula é extremamente importante, e a escola passa a ter o seu papel que é ensinar o aluno a pensar o seu pensar, atividade

esta que traz em seu bojo processos simultâneos de centralização (identidade e autoconhecimento) e descentralização (alteridade e autoconhecimento). Esta última atividade, com certeza, o ambiente natural não faz. A atividade epilinguística, por meio de mecanismos de parafrase e desambiguação, permite que textos sejam transformados em busca de uma adequação precisa a um cenário psicossociológico (Rezende, 2008, p. 96-97).

Concordamos com Rezende (2008), quando ela menciona que a AE para a sala de aula é de extrema importância, pois é regulada por meio de operações abstratas que permitem ao aluno a organização de suas experiências e de sua percepção de realidade.

Essa atividade possui três níveis:

- 1) de ordem afetiva e cognitiva, ligado às representações mentais do objeto, do mundo e da cultura;
- 2) do arranjo de marcadores (regras de boa formação dos enunciados) e, por último,
- 3) da atividade metalinguística, mas uma metalinguagem inconsciente que envolve a reflexão do sujeito sobre sua experiência com uma ou mais línguas.

Ainda, segundo Rezende (2008), a atividade epilinguística faz parte do domínio linguístico-cognitivo, porém é fundamentada pela instanciação dialógica.

Nosso entendimento hoje é de que se trabalharmos as atividades voltadas para a constituição da linguagem entre os sujeitos, as informações sobre o conteúdo da gramática normativa poderão surgir como consequência/resultado do trabalho com essas operações epilinguísticas. Como afirma Franchi⁸⁴ (1988, p. 36), “o exercício de ensinar a língua vai além das amarras do ensino tradicional”. Para esse autor:

Não se trata [...] de começar desde cedo a “classificar” as orações (em interrogativas, exclamativas, afirmativas) ou em estudar séries de pronomes pessoais (do caso reto e do caso oblíquo) [...]. Trata-se de levar os alunos, desde cedo, a diversificar os recursos expressivos com que fala e escreve e a operação sobre sua própria linguagem, praticando a diversidade dos fatos gramaticais de sua língua. É aí que começa uma prática ou intensificação de uma prática que começa na aquisição da linguagem, quando a criança se exercita na construção de objetos linguísticos mais complexos e faz hipóteses de trabalho relativas à estrutura de sua língua (Franchi, 1988, p. 36).

A atividade epilinguística reconhecida por Franchi (1988, p. 36-37) é aquela em que na prática se realize um exercício metalinguístico no qual o professor leve os alunos a operarem sobre a própria linguagem, em que eles possam comparar as expressões, transformando-as, experimentando novos modos de construção, brincando com a linguagem, dando às formas linguísticas novas significações. Para esse autor, não se pode falar de

⁸⁴Carlos Franchi, ex-professor da UNICAMP, é autor do trabalho “Criatividade e gramática”, publicado em *Trabalhos de Linguística Aplicada* 9, em 1987, além de artigos esparsos publicados em periódicos acadêmicos.

“gramática” no sentido de um sistema de noções descritivas, nem de uma metalinguagem representativa como uma nomenclatura gramatical, ou seja, não há necessidade de os alunos saberem as regras do sistema linguístico, basta operarem por meio da linguagem esse sistema. Porém, o professor deve ter sempre em mente a sistematização que lhe permite orientar e multiplicar as atividades.

A TOPE apresenta essa visão voltada para uma proposta de ensino que oportunize os alunos a operar com e sobre a própria linguagem com atividades relevantes para a aprendizagem da língua materna e, conseqüentemente, da língua estrangeira. Um ensino de língua que seja significativo e extrapole os limites da sala de aula durante as aulas de gramática. O ensino da língua pautado nos conhecimentos epilinguísticos exige do professor uma mudança de postura grandiloquente, o desprendimento das propostas de ensino por meio de prescrições das regras do sistema linguístico arraigado nos conceitos de um estruturalismo descritivista. Com relação ao conceito de AE, Rezende (2008) enfatiza que:

ao defender a existência da atividade epilinguística, acabamos por nos defrontar com uma tarefa gigantesca: a de sair das descrições de línguas e a de enfrentar o desafio do estudo de processos mais fundamentais – sem que tombemos em universais abstratos e formais novamente – que dêem conta da importância da experiência singular para a percepção da forma dinâmica de construção de experiências e expressões, isto é, o trabalho de parafraseagem e desambiguação ou a atividade epilinguística (Rezende, 2008, p. 99).

Cabe enfatizar a importância da valorização do repertório cultural do aluno ao aplicarmos as atividades linguísticas em sala de aula, uma vez que, na sua comunidade, ele faz usos efetivos da linguagem, o que nos possibilita entender que ele já realiza uma operação inteligente sobre a linguagem, fato que certos professores ainda desconsideram.

4.2 Ensino-aprendizagem de línguas: gramática e enunciação

Ao descrever as gramáticas e dicionários que compuseram o quadro teórico desenvolvido até aqui, pudemos constatar que, no geral, abordam a unidade *-zinho* voltada para o ensino da língua de forma tradicional/instrumental, prática que não favorece a reflexão sobre os usos da língua, uma vez que dominar regras gramaticais não significa o domínio dos conhecimentos linguísticos de que o aluno necessita para refletir, internalizar e se inserir na língua estudada.

Esta pesquisa não tem como intuito criticar o ensino por meio da gramática, mas o ensino da gramática num sentido restrito e absolutamente normativo, onde apenas ensinam a

decorar definições. Ou seja, de modo como é concebido em sala de aula por aqueles professores que ensinam por meio de exercícios classificatórios e mecanicistas, ao invés de percorrer o contexto e demonstrar como se aplicam os resultados aprendidos. Também não temos o intuito de encerrar a discussão sobre a relação entre enunciação e ensino de língua. Este trabalho busca evidenciar os conceitos de AE que desempenham um papel relevante na construção de sentido das ocorrências com *-zinho*.

Nesse sentido, busca refletir sobre um ensino gramatical por meio de atividades epilinguísticas, por entender que isso possibilita ao aluno criar e recriar expressões, ajustar os significados das unidades em cada contexto enunciativo, considerando que é no uso e na prática da linguagem que se poderá alcançar um espaço para efetivar o ensino dela mesma, por meio das operações.

Não é verdade que a gramática nada tem a ver com a produção e a compreensão do texto: ela está na frasezinha mais simples que pronunciamos. Mas é preciso concebê-la de um modo diferente: como o conjunto das regras e princípios de construção e transformação das expressões de uma língua natural que as correlacionam com o seu sentido e possibilitam a interpretação. Antes de ser um livro de etiquetas sociais ou um manual descritivo, a gramática é, de início, esse saber linguístico que todo falante possui, em um elevado grau de domínio e perfeição. Em um segundo plano, a explicitação formal do caráter abstrato e geral desse saber (Franchi, 1991[1987], p. 39).

Segundo o autor, a gramática não é um saber apenas restritivo; o ensino de gramática, portanto, é uma ponte para o aluno ter acesso às possibilidades e sentido em um amplo horizonte de significação. Trata-se de refletir sobre o trabalho de ensino gramatical por meio de atividades linguísticas e epilinguísticas. É importante ressaltar que, ao trabalhar o ensino de gramática por meio da AE, o professor deve possuir o domínio da metalinguagem, para que possa mentalmente sistematizar e orientar as atividades. Assim, é possível abrir cenários de construção de sentido para os alunos operarem por meio de suas experiências.

Segundo Culioli (1985), todo ser humano representa mentalmente o mundo pelas suas experiências e verificações, por meio das quais elabora, tipicamente, suas noções. Sendo assim, as atividades epilinguísticas na perspectiva da teoria das operações enunciativas se constituem um trabalho sobre o qual Franchi (2016, p. 100) pontua que a gramática é condição de criatividade nos processos comunicativos mais gerais.

[...] enquanto conjunto de processos e operações pelos quais o homem reflete e reproduz suas experiências no mundo e com os outros, podendo inclusive viajar, por meio deles, a universos inimagináveis possíveis; enquanto sistema aberto a uma multiplicidade de escolhas, que permite não somente ajustar as expressões aos propósitos e intenções comunicativas do locutor [...] (Franchi, 2016, p. 100).

A partir dessa consideração sobre o que seria a gramática, entendemos que ela não deveria ser abordada nas aulas de forma restrita, limitando o pensamento do aluno, impedindo a constituição da linguagem como fator de interação entre os sujeitos, submetendo a linguagem às regras do bem falar.

Inferimos que as atividades epilinguísticas trabalham operações de linguagem, exploram a criatividade dos alunos na linguagem de forma que oportunizam a fazer escolhas a partir das formas oferecidas pela língua. Não se limita apenas ao diminutivo ou às classes gramaticais. Julgamos que o excesso de instrumentalismo do ensino de LE praticado na maioria das aulas é um problema para o ensino (essa afirmação é baseada na experiência de 14 anos como professora de LE), visto que não estimulam o aluno a produzir com esta marca. Outro problema é o fato de os dicionários focarem exclusivamente a função de diminutivo do *-zinho*, talvez pelo fato de tornar a explicação e os exercícios mais “fáceis”, exigindo menos esforço e menos tempo para suas realizações. Basicamente não se abre espaço para a construção de outros valores dessa unidade, embora existam outras acepções igualmente importantes dessa unidade.

Possivelmente, ambos os problemas são reflexos da visão “ensino instrumental” da língua, de modo que resulta na preferência por um sentido considerado “mais adequado/apropriado” para o ensino. O fato é que não proporciona ao aluno uma reflexão sobre as estruturas apresentadas e tampouco condições de funções e valores que essas unidades podem construir em suas produções.

Como observa Flores (2013), o ensino-aprendizagem de línguas pela teoria da enunciação e por meio do ensino de gramática estabelece uma relação de codependência, posto que as marcas gramaticais só têm razão de existir na medida em que carregam um sentido, que pertence ao campo da enunciação. Por sua vez, o sentido depende dos arranjos e das regras de organização da língua, do uso das formas em cada situação específica, e não de sentidos fixados *a priori*.

É sabido que o uso de *-zinho* é muito frequente nos diálogos, além de cumprir uma função enunciativa importante.

Observemos um exemplo extraído de Flores (2013, p. 5):

(Homem entra em um bar e encontra os amigos na mesa)

A: E aí, galera!

Todos: Senta aí!

A (para o garçom): Manda uma **cervejinha!**

B: Parou, parou, parou! Como é que é, Pregão? Tu faz esse deslocamento todo até

aqui pra pedir **cervejinha**? Tu vai assistir um jogo: tu vai assistir um **joguinho** ou um jogão?

A: Jogão!

B: Carro. Tu vai comprar um carro, entra na concessionária: pede um **carrinho** ou um carrão? **A:** Carrão!

B: Agora pra você compreender mesmo. Quesito mulher: inha ou ão?

A: Tá me tirando? Mulherão, rapaz! Mulherão!

B: Vai continuar pedindo **cervejinha**?

A (para o garçom): Manda um cervejão! (entra em cena a namorada de B)

B: Pessoal, essa aqui é a **Carlinha**.

A: Inha?

B: Exceção!

Fonte: Transcrição: Flores (2013, p. 5).

Os valores dos sufixos “inha” e “ão” mudam de valor de acordo com a situação. “Inha” é negativo para carro e cerveja, já para “Carla”, este sufixo é positivo. Apesar de ser um sufixo diminutivo, “inha” aumenta o valor de Carla, confere a ela atributos de um “mulherão”. Portanto, Flores (2013) busca demonstrar que nem sempre as classificações gramaticais estão de acordo com o real uso das marcas nas situações enunciativas.

Em nossa concepção, trata-se de uma observação perspicaz e um ótimo exemplo da contribuição da teoria da enunciação para a gramática, principalmente no ensino de uma língua estrangeira, onde este tipo de exemplos ambíguos pode provocar o mal-entendido e confundir o aluno.

Retomando a fala de **B:** Agora pra você compreender mesmo. Quesito mulher: inha ou ão?

A situação exposta, acima, requer que o aluno faça o exercício de percorrer o domínio nocional para apreendê-la, já que precisará elaborar uma representação mental sobre o que é <ser mulherzinha> e <ser não mulherzinha>, além de desambiguar a “mulherzinha” em relação a outros possíveis sentidos que essa palavra assume em determinados contextos. É toda essa atividade mental que lhe vai possibilitar escolher a resposta que melhor se ajusta a cada alternativa.

O diminutivo pode não ter sempre o efeito esperado, pois depende das palavras e situações. Vejamos: “Carlinha” e “mulherzinha”.

No caso “Carlinha”, podemos entender como a pessoa por quem o personagem tem afeto. Neste caso, ele tem direito de diminuí-la gramaticalmente gerando o significado de carinho. No caso “mulherzinha”, cada enunciado pode direcionar para uma construção de sentido completamente diferente.

Vejamos os enunciados extraído do *corpus*.

- (83) Tendo ao teu lado uma **mulherzinha**, cuidando de ti, velando pela sua saúde, uma companheira fiel e dedicada, que te olhe como o prolongamento de si própria, como a luz dos teus olhos, como o coração do seu coração.
- (84) Embora o dinheiro não tivesse sobrado na vida do casal, afirma: Ela é encantadora, minha **mulherzinha**, e nós nos entendemos perfeitamente bem.
- (85) Que **mulherzinha**!
- (86) É filme de **mulherzinha**, dirá, disfarçando os olhos merejados, o amigo que alguma vez ousar levar para assistir junto.
- (87) Novela é coisa de **mulherzinha**.

Temos nos enunciados (83) e (84) uma representação mental sobre <ser mulherzinha> como algo positivo, apresenta as propriedades de ser mulher (ser cuidadosa, meiga, delicada, encantadora), um significado direcionado ao carinho e afeto, o mesmo valor que vimos direcionado a “Carlinha”.

Mas, diferentemente dos enunciados anteriores, no (85) **mulherzinha** traduz uma linguagem que significa e direciona a uma certa discriminação e preconceito em relação às mulheres, pois a representação mental sobre <ser mulherzinha> pode não apresentar as mesmas propriedades dos enunciados anteriores. Nos enunciados (86) e (87), a unidade também pode direcionar a construção do valor de discriminação e preconceito.

Tendo como intuito determinar que algumas condutas podem ser vistas como coisa de **mulherzinha**, ou seja, induz/direciona para a ideia de que os homens não podem apresentar as mesmas propriedades das mulheres, podemos dizer que nesses casos o enunciador recorre a essa estratégia, visando garantir que seu coenunciador intérprete intersubjetivamente o sujeito do enunciado de modo coerente com a subjetividade do enunciador.

Para finalizar a reflexão, retomemos a situação exposta no texto de Flores.

B: Agora pra você compreender mesmo. Quesito mulher: inha ou ão?

A: Tá me tirando? Mulherão, rapaz! Mulherão!

Entendemos que, nessa situação, a unidade *mulherão* orienta para uma representação mental sobre <ser *mulherzinha*> como algo não positivo (avaliativo pelo coenunciador), não tendo as mesmas propriedades de ser mulher dos enunciados anteriores, como no caso de (85), (86) e (87), que direcionaram para uma representação mental cheia de discriminação e preconceito em relação às mulheres, conforme mencionado na reflexão acima.

Tal quadro reforça a observação de Benveniste (1989), uma gramática pautada pela enunciação deve se basear no uso das formas em cada situação e não em sentidos fixados *a priori*, o que assegura que o valor da unidade depende do meio textual no qual ela está inserida. Assim, essa mesma unidade **mulherzinha**, por meio da diversidade de seus valores e dos seus empregos, apareceu nos diferentes meios textuais com diferentes valores referenciais. Entendemos que nesse contexto a unidade *-zinha* não sustenta o diminutivo, e não teve seu valor construído como diminutivo, mas com um valor de mudança, funcionando como um modificar avaliativo.

Em suma, observamos que a enunciação pode ajudar o aluno a entender/aprender melhor a língua-alvo, além de proporcionar diferentes perspectivas para que o professor possa ensiná-la.

4.3 Reflexões sobre as contribuições da atividade epilinguística no ensino de espanhol

Assinalamos a importância da AE no ensino de línguas, seja materna ou estrangeiras. Mas neste momento queremos destacar o ensino de E/LE. Ressaltamos que no tópico **3.3 Análise: o diálogo entre o português e o espanhol**. Vimos por meio das análises o momento em que as duas línguas se encontram, assim nos permitiu chegar à essas reflexões.

Não temos o intuito de trazer modelos de atividades a ser seguidas. Entendemos que para o professor, orientar essa proposta de AE exige assumir uma dinâmica reflexiva de linguagem, diferentemente das práticas prescritivas e descritivas. Desse modo, o professor pode proporcionar um ensino de espanhol que seja reflexivo/significativo, possibilitando ao aluno operar a linguagem sobre sua representação mental do cotidiano, valorizando sua experiência cultural, percebendo a linguagem como uma atividade de construção de significação, realizada por ele enquanto sujeito da enunciação em interação com os colegas de sala, tornando-a significativa.

Na verdade, este momento permite ao aluno trazer expressões do cotidiano; fazer comparações entre os idiomas (português e espanhol); criar; transformar, de uma maneira leve que o possibilite a compreender as organizações das formas. Permite ao aluno fazer uma reflexão sobre os usos da língua e compreender a constituição da linguagem entre os sujeitos, por meio do diálogo interno durante as operações mentais.

Além do mais, trabalha operações de linguagem que possibilitam o aluno a fazer a seleção das formas oferecidas pela língua como uma manifestação da língua em situação de uso. Segundo Rezende (2008), levar a atividade epilinguística para a sala de aula possibilita que a escola assuma o seu papel, que é “ensinar o aluno a pensar o seu pensar, atividade esta que traz em seu bojo processos simultâneos de centralização (identidade e autoconhecimento) e descentralização (alteridade ou conhecimento do outro)” (Rezende, 2008, p. 97).

Essa estratégia linguística de ensino pretende levar o aluno, enquanto sujeito, a se centrar no exercício dialógico, lembrando que o objetivo do ensino é promover o desenvolvimento linguístico-cognitivo do aluno. Não podemos esquecer que essa reflexão e a opção de escolhas das formas nem sempre é apresentada nos manuais gramaticais, como vimos nos materiais apresentados anteriormente pela GT.

Na TOPE, a linguagem é considerada um objeto de estudo fundamental para o ser humano. Portanto, ao trabalhar com AE, é essencial considerar as escolhas dos arranjos e suas organizações pelos praticantes. O processo ocorre por meio de operações mentais de linguagem durante a construção do valor referencial do enunciado.

Diferentemente dos estudos pragmáticos da língua, que apresentam um sujeito enunciativo pré-construído, nas operações epilinguísticas, os objetos de análise se constituem no momento das operações predicativas e enunciativas, de maneira que o papel do professor é orientar os alunos a operarem por meio da linguagem.

Como comenta Culioli “A atividade de linguagem é significativa na medida em que um enunciador produz formas para que sejam reconhecidas como interpretáveis” (Culioli, 2010, p. 103, tradução nossa)⁸⁵. Acreditamos, assim, que o ensino deve nos colocar em posição metalinguística a respeito dos textos que produzimos e reconhecemos.

A atividade linguística é significativa: é porque há, na comunicação, operações nos seus dois lados que os enunciados ganham sentido (operações complexas, porque todo transmissor é ao mesmo tempo, ou seja, *ao mesmo tempo*, receptor e vice-versa); mas não se pode afirmar que as palavras têm sentido sem ser levado a uma concepção instrumental da linguagem, concebida como um instrumento cuja

⁸⁵ No original: “La actividad de lenguaje es significativa en la medida en que un enunciador produce formas para que sean reconocidas como interpretables” (Culioli, 2010, p.103).

finalidade explícita seria a comunicação entre sujeitos universais que, como se sabe, partilham o bom senso. Ora, pode-se mostrar que a linguagem não é exterior ao sujeito (termo utilizado, por falta de melhor, para evitar *locutor* ou *orador*), mas está numa relação complexa de exterioridade-interioridade (Culioli, 1999a, p. 19, destaque do autor, tradução nossa)⁸⁶.

A AE potencializa a capacidade de aprendizagem do aluno, por estimular sua criatividade, valorizar suas experiências e expressões, trazendo a autonomia de fazer as escolhas das formas por meio das operações de linguagem. Assim, essa atividade, que é interna e não consciente, pode ser representada por meio de uma forma que sustenta as formas linguísticas, os enunciados, os textos, uma forma apreendida em termos de esquemas de operação. Com base em Franchi (1987), assumimos que:

A linguagem é ela mesma um trabalho pelo qual, histórica, social e culturalmente, o homem organiza e dá forma a suas experiências. Nela se produz, do modo mais admirável, o processo dialético entre o que resulta da interação e o que resulta da atividade do sujeito na constituição dos sistemas linguísticos, as línguas naturais de que nos servimos. [...] é ainda na interação social, condição de desenvolvimento da linguagem, que o sujeito se apropria desse sistema linguístico, no sentido de que constrói, com os outros, os objetos linguísticos sistemáticos de que se vai utilizar, na medida em que se constitui a si próprio como locutor e aos outros como interlocutores. Por isso, essa atividade do sujeito não é somente uma atividade que reproduz, ativa esquemas prévios: é, em cada momento, um trabalho de reconstrução (Franchi, 1987, p. 12).

Consideramos que o linguista sustenta uma concepção de linguagem que evita reduzi-la a um papel meramente instrumental, destacando o caráter estimulante da linguagem humana, opondo-se à perspectiva conservadora da gramática. Segundo Franchi,

[...] a linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que “dá forma” ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do “vivido”, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema de referência em que aquele se torna signifiante (Franchi, 1992, p. 31-32).

Sendo assim, para esse linguista, a linguagem possibilita as diversas formas de significar a realidade, e a função da gramática em sala de aula é oportunizar aos alunos operar sobre a linguagem, operação que se dá por meio da atividade de linguagem. Com isso,

⁸⁶ No original: “L’activité langagière est signifiante : c’est parce qu’il y a, dans la communication, des opérations aux deux bouts que les énoncés prennent un sens (opérations complexes, car tout émetteur est en même temps, c’est-à-dire *au même moment*, récepteur, et réciproquement); mais on ne peut affirmer que les mots ont un sens sans être ramenés à une conception ou-tillère du langage, conçu comme un instrument dont la finalité explicite serait la communication entre des sujets universels qui, comme on le sait, se partagent le bon sens. Or, on peut montrer que le langage n’est pas extérieur au sujet (terme employé, faute de mieux, pour éviter *locuteur* ou *parleur*), mais est dans une relation complexe d’extériorité-intériorité” (Culioli, 1999a, p.19).

[...] interessa pouco descobrir a melhor definição de substantivo ou de sujeito ou do que quer que seja. No plano em que se dá a análise escolar, certamente não existem as boas definições. Seria mais fácil fazê-lo em uma teoria formal que em uma análise que tateie somente pela superfície das expressões. Mas interessa, e muito, levar os alunos a operar sobre a linguagem, rever e transformar seus textos, perceber nesse trabalho a riqueza das formas linguísticas disponíveis para suas mais diversas opções. Sobretudo quando, no texto escrito, [...] o que permite ao falante compreender, em um primeiro passo, os processos diferenciados de construção das expressões para, depois, um dia, e se for o caso, construir um sistema nocional que lhe permita descrever esses processos, falar deles, em uma teoria gramatical (Franchi, 1991, p. 20).

Para Carlos Franchi, a prática de ensino gramatical deveria se restringir aos estudos linguísticos e epilinguísticos. Ou seja, o professor precisa provocar/estimular o aluno a operar sobre a linguagem, ter consciência de como ocorre a construção do sentido de cada unidade que faz parte do enunciado. Isto é, o papel do ensino da gramática seria analisar “por que e como (e para quem e quando...) as expressões das línguas naturais significam tudo aquilo que significam” (Franchi, 1991, p. 32). A escolha de um determinado elemento linguístico-gramatical (morfológico, sintático, pragmático etc.) orienta e direciona para uma construção do sentido.

Essa prática opera sobre a própria linguagem, compara, transforma, experimenta novos modelos de construção, investe as formas linguísticas de novas significações. Na verdade, essa atividade torna operacional um sistema a que o aluno já teve acesso fora da escola, em suas atividades linguísticas diárias. Essa atividade é a que abre as portas para um trabalho inteligente de sistematização gramatical, em que o aluno pode fazer hipótese sobre a natureza da linguagem e o caráter sistêmico das construções linguísticas, não somente no sentido de uma representação do mundo, mas também no sentido de uma ação pela linguagem sobre os enunciadores. Franchi ressalta ser preciso ir além de uma concepção na qual a linguagem se vê reduzida a um papel de ferramenta social, a “limitar-se pela observação de sua face exterior, puramente instrumental” (Franchi, 1991, p. 57), visto que é preciso se aproximar de sua “forma interna” para reencontrar “a linguagem na universalidade de seu processo” (idem, p. 72).

A AE integra-se à própria atividade de linguagem, uma forma das formas da qual nos apropriamos, o que faz com que este conceito manifeste necessariamente um aspecto diacrônico. A linguagem é um processo, “cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas” (Franchi, 1991, p. 66). A apresentação dessa forma – que corresponde à atividade

criadora e constitutiva da linguagem. “A distinção que se faz entre gramática e dicionário é útil somente para o aprendizado das línguas”, pois a “noção de forma da linguagem não se reduz às regras da sintaxe e mesmo transcende às regras de formação das palavras” (Humboldt, 1936, p. 186). A “forma da língua não se pode reduzir ao que se chama de forma gramatical” (ib.).” (Franchi, 2002 [1977], p. 63). Ao representar a atividade linguística como um retorno sobre si mesma, concebe-se o nível linguístico, da passagem de uma forma estabilizada em discurso à outra, o que reflete a AE.

Isso pode ser entendido pelas observações que seguem a definição da AE, “atividade metalinguística inconsciente”, em que se aponta, em primeiro lugar, para o que estabelece “uma relação entre os esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e sua realização em cada ato do discurso”, colocação que diz existir, em cada ato, esta atividade inconsciente; em segundo lugar, para o que “reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal”, colocação, por sua vez, em que se evidenciam as escolhas necessárias que, a cada momento, determinam o visível – as formas, marcas e arranjos linguísticos. Busca-se o equilíbrio na relação entre os emissores e receptores, ambos responsáveis pela construção de significação. Quando o aluno traduz um enunciado, percorre as operações de representação, referenciação e regulação,

As operações entram em cena quando o aluno traduz um enunciado da LE para sua Língua Materna (LM), na medida em que a construção do sentido do enunciado da LE ativará suas reações sensoriais ao enunciado proposto, no caso a operação de representação. E suas associações do enunciado com suas experiências culturais e de mundo, no caso a operação de referenciação. E começa a fazer os ajustes entre suas representações e as de seu interlocutor, esse é o momento da regulação, em que se pode manipular uma sequência textual de maneira a construir/extrair enunciados, de modo que o aluno terá uma tradução do enunciado com o sentido construído.

Lembrando que o professor deve ter em mente a sistematização que lhe permite orientar, provocar e estimular uma AE intensa na aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, com base na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, procuramos delinear um estudo sobre o processo de significação articulado com o papel das formas linguísticas, por meio do estudo com ocorrências da unidade linguística *-zinho* que nos permitiram analisar vários enunciados, com a finalidade de observar as relações sintático-semânticas que influenciam as diferentes configurações dessa unidade.

Tivemos como ponto de partida da nossa pesquisa a busca por entender se o valor dimensional atribuído ao morfema *-zinho*, em estado de isolamento lexical e em termos de derivação, se sustenta quando se analisam as ocorrências em nível enunciativo.

Foi necessário esse ponto de partida devido ao cenário de formação da pesquisadora. Uma formação gramatical tradicional, com conhecimento estruturalista em que *-zinho* era concebido com um valor fixo, representando o tamanho diminutivo. Esse valor pré-estabelecido às vezes conduzia à atribuição de um sentido de carinho, afeto ou até mesmo pejorativo. No entanto, não havia uma reflexão sobre porque esses sentidos surgiam. Simplesmente se percebia que não se tratava apenas de indicar um tamanho pequeno. No ensino da língua portuguesa, as regras eram transmitidas sem uma análise mais profunda, e no ensino da língua espanhola, o diminutivo era geralmente traduzido como *-ito*, sem considerar a construção de sentido dos enunciados. A abordagem limitava-se à aplicação das regras, sem aprofundar a compreensão do porquê por trás das construções linguísticas.

Após os estudos desta pesquisa, apropriamo-nos dos princípios teóricos da TOPE, o que nos levou a compreender a relação entre a linguagem e as línguas naturais, e a conceber a linguagem como uma atividade de representação, o que permitiu a caracterização da natureza operatória de base que regula a construção e o funcionamento dessa unidade. Além disso, ficou evidente a necessidade da inserção do sujeito no processo de ajustamento de valores.

Sob a perspectiva da TOPE, representar o tamanho diminutivo não é uma propriedade inerente à unidade *-zinho*, pois essa unidade não possui um valor fixo ou pré-definido que deva ser tomado como próprio ou absoluto. O sentido se determina por meio do diálogo entre o núcleo semântico e uma dada situação. Aprendemos que seu valor é construído em cada ocorrência singular, portanto, sua significação não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada.

Constatamos que a GT classifica a unidade *-zinho* como diminutivo, apresentando as regras de aplicações e algumas exceções de uso. Algumas gramáticas até reconhecem seu uso com o valor afetivo, de carinho e desprezo. Porém, desconsideram que essas variações da

construção do valor estão ligadas à atividade de linguagem dos enunciadores. Não assumem a atividade de linguagem como responsável pelas exceções de usos e sentidos e não apresentam as regras de aplicações, tampouco identificamos as explicações – o porquê das exceções – aspecto que não ficou claro nas gramáticas que selecionamos para nossa pesquisa.

Os dicionários (LP) nos apontaram diversos valores para a unidade *-zinho*, embora deixem de lado a observação da construção desses valores de um enunciado para outro. Nos dicionários (LE) nem sempre a tradução direcionou para o diminutivo, ao se apontar diversos valores. Em alguns casos, a tradução da unidade até altera o sentido de uma língua a outra, como observamos nas análises de *ahorita*. Vimos, então, que a GT e os dicionários tratam essa unidade linguística categorizada como “diminutivo”, como detentora de um valor já dado. Logo, esse não é um caminho factível para atingir o objetivo de nossa pesquisa.

Diante disto, buscamos explicitar as operações predicativas e enunciativas para compreendermos o processo de significação articulado com o papel das formas linguísticas, analisando o funcionamento das ocorrências com foco nas operações de QNT e QLT. Por meio das análises dos enunciados com a unidade *-zinho*, chegamos ao seguinte resultado:

- I. A unidade *-zinho* é o fragmentador de uma noção de modo que a qualificação seja preponderante.

No ensino, essa teoria está contribuindo para explorar os momentos anteriores àqueles em que as duas línguas se encontram. Só é possível porque houve um processo de construção que mitigou o conflito e construiu a possibilidade de diálogo entre as duas línguas, como algo anterior ao próprio diálogo: mostrar o que vem antes daquilo que se exterioriza, daquilo que é o aparente daquilo que parece tão trivial.

Adquirimos um conhecimento mais profundo sobre a unidade *-zinho*, que antes era vista apenas como diminutivo, com um valor cristalizado e fixo. Agora entendemos que seu valor é construído pelo universo extralinguístico e linguístico do qual se originam as noções. Seu significado depende do contexto textual no qual está inserido, sendo construído em cada enunciado.

Por fim, dos inúmeros aprendizados deste estudo, podemos dizer que a reflexão sobre as contribuições da abordagem enunciativa no ensino-aprendizagem de línguas é de grande relevância. Ela possibilitou apresentar a relação entre linguística e prática de ensino-aprendizagem de línguas, operando com os processos de linguagem veiculados pela língua e salientando a importância dessa articulação, tendo como concepção de linguagem a atividade

epilinguística. E reafirmamos: as reflexões apresentadas não têm intenção de criar um método de ensino, mas contribuir para um ensino-aprendizagem mais amplo e reflexivo.

Concluimos, então, que o modelo operatório pode levar os alunos a entenderem o porquê de determinadas unidades e não de outras, conduzindo-os a operarem com a linguagem, compreendida como atividade de representação, referenciação e regulação. Consideramos que a reflexão sobre a articulação da linguagem com as línguas naturais traz consequências positivas para o ensino-aprendizagem da língua materna (português) e da língua espanhola, pois, ao fazer uma tradução, o aluno deverá se apoiar na atividade epilinguística, na noção e no domínio nocional, posto que a interpretação do sentido do enunciado original passa pelas propriedades físico-culturais de cada termo, as quais definem o que ele pode e não pode ser.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, C. C. **As classes formais do português e sua constituição**. Um estudo à luz da teoria da Morfologia Distribuída. Tese (Doutorado em Letras), Porto Alegre, PUCRS, 2003.
- ALI, M. S. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- ALLEN JR., J. H. D. Portuguese. Word-formation with Suffixes. Baltimore, Linguistic Society of América. **Separata de Language**, v. 17, n. 2, p. 3-143, 1941.
- ALONSO, A. «Noción, emoción, acción y fantasía en los diminutivos». **Estudios Lingüísticos: Temas españoles**, Madrid: Gredos, 1951. p. 161-189.
- ALVAR, M.; POTTIER, B. **Morfología histórica del español**. Madrid: Gredos, 1983.
- AMBADIANG, T. «Las bases morfológicas de la formación de diminutivos en español». **Verba**. Anuário Galego de Filoloxia, v. 24, p. 99-132, 1997.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed., Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.
- AUROUX, S. La philosophie linguistique d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J. **La théorie d'Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1992. p. 39-59.
- BARBOZA, J. S. **Grammatica philosophica da língua portuguesa ou princípios da grammatica geral aplicados à nossa linguagem**. 2. ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1830 [1822]. Disponível em: [https://archive.org/details/grammaticaphilos\)soar](https://archive.org/details/grammaticaphilos)soar). Acesso em: 26 set. 2022.
- BARRETO, M. **Novos estudos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- BARROS, J. **Grammatica da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1540.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 4 ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BIASOTTO-HOLMO, M. Para uma abordagem enunciativa no ensino/aprendizado de língua estrangeira. **Revista Do GEL**, v. 5, n. 2, p. 163–179, 2008. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/121>. Acesso em: 12 maio 2022.

BIASOTTO-HOLMO, M. Uma abordagem culioliana para o fenômeno da tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 25, p. 177-195, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v1n25p177>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BOUSCAREN, J.; MOULIN, M.; ODIN, H. **Pratique Raisonnée de la langue**. Initiation à une grammaire de l'énonciation pour l'étud et l'enseignement d'anglais. Gap, Ophrys. 1996. p.14.

BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. (org.). **Langues et Langage. Problèmes et raisonnement en linguistique**. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p. 425-433.

CAMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. In: SEDYCIAS, J. (org.). **O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola, 2005.

CLARE, N. A. V. Atividades linguísticas e epilinguísticas no ensino criativo. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 12, n 35, p. 32-38, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/35/03.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CULIOLI, A. A propos de la notion. In: GROUSSIÉ, M. L.; RIVIÈRE, C. (org.) **La notion**. Paris: Ophrys, 1997. p. 9-24.

CULIOLI, A. La communication verbale. In: **L'Homme et les autres. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine**. Paris: Grange Batelière, 1967. v. 4. p. 65-73.

CULIOLI, A. La formalisation en linguistique. Cahiers por l'analyse – 9. In: **Généalogie des Sciences**. 1968. p. 106-117.

CULIOLI, A. La negation: marqueurs et operations. Travaux du centre de recherches sémiologiques, **Neuchâtel**, n. 56, p. 17-38, 1988.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repéage. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a, v. 2.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b, v. 2.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Tome IV. Tours et détours. Limoges: Lambert-Lucas, 2018.

CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau. Paris: Klincksieck, 2002.

CULIOLI, A. Variations sur la rationalité. **Cahiers de l'institut de linguistique et des sciences du langage (ILSL)**, numéro fora de série, 2015.

CULIOLI, A.; DESCLÉS, J.P. **Systèmes de représentations linguistiques et métalinguistiques**. Paris: Université Paris 7/DRL. 1981.

CULIOLI, A. **Notes du séminaire de D.E.A.** 1983-1984. Paris: Poitiers, 1985.

CULIOLI, A.; NORMAND, C. **Onze recontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys, 2005.

CULIOLI, A. Subjectivity, invariance, and the development of forms in the construction of linguistic representations. *In*: FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.). **Language diversity and cognitive representations**. Paris: Ophrys, 1999.

CULIOLI, A. Sur le concept de notion. **Bulletin de Linguistique Appliqué et Générale**. n. 8, p. 62-79, 1981.

CULIOLI, A. Sur quelques contradictions en linguistique. **Communications**, Paris: Seuil, n. 20, . p. 83-91, 1973.

CULIOLI, A. Théorie des opérations énonciatives. **Trancription du Séminaire de D.E.A. de A. Culioli: recherche en linguistique**. Paris: Université Paris VII, D.R.L., 1976.

CULIOLI, A. Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: la notion d'aoristique. *In*: DAVID, J.; MARTIN, R. (eds). "**La notion d'aspect**". Actes du Colloque du Centre d'analyse linguistique de Université de Metz, Coll. Recherches linguistique, 1980. p.181-191.

CULIOLI, A. Linguistique du discours e et discours sur la linguistique. **Revue philosophique**. Paris, n. 4, p. 481-488, 1978.

CULIOLI, A. Valeurs modales et opérations énonciatives (à propos de certains emplois de bien et fort bien). **Le Français Moderne**, Paris, n. 46, p. 300- 317, 1978.

CULIOLI, A. La Théorie D' Antoine Culioli. Ouvertures et incidences. **Actes de la table ronde "Opérations de repérage et domaines notionnels", organisée par le groupe "Invariants langagiers" de l'URA 1028**, Université de Paris, mai-juin. 1991, 1992. p. 3-15.

CULIOLI, A. La Formalisation en Linguistique. **Cabierspourl'Anabse**, v. 9, p. 106- 117, 1968.

CUMPRI, M. L. O que as crianças têm a nos ensinar sobre Semântica? **Traços de Linguagem**, v. 3, n. 1, p. 57-64, 2019.

CUMPRI, M. L. **Contribuições ao estudo da ambiguidade da linguagem**: uma proposta linguística educacional. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 2012.

CUMPRI, M. L. A linguística culioliana e seus subsídios para investigação dos mecanismos semânticos das línguas naturais. **Revista Ecos**, v. 22, n. 1, ano 14, 2017.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, C. **Gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971.

DAVIES, M. **Corpus del español** (100 millones de palabras, siglo XIII - siglo XX). 2002. Disponível em: <http://www.corpusdelespanol.org>. Acesso em: 29 maio 2007.

DE VOGÜÉ, S. Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration. **Linx**, n. 26, p. 77-108, 1992.

DE VOGÜÉ, S. Discret, dense, compact les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. In: FRANCKEL, J. J. *et al.* **La notion de prédicat**. Paris: Université de Paris 7, 1989. p.1-38. (Collection ERA-642).

DE VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

DUCARD, D. O grafo do gesto mental na teoria enunciativa de A. Culioli. Trad. Valdir Nascimento. Flores. Porto Alegre. **Letras de Hoje**. n. 1, p. 64-71, 2009.

DUCROT, O. **El decir y lo dicho. Polifonía de la enunciación**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1986.

DUCROT, O. A forma e o sentido na linguagem. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, [1967] 2006. p. 220-242.

DUFAYE, L.; GOURNAY, L. (org.) **Épilinguistique, métalinguistique**. Discussions théoriques et applications didactiques. Limoges: Lambert-Lucas, 2021.

FLORES, V. D. N. O que seria uma gramática da enunciação? A proposta de uma análise transversal. **Letras & Letras**, v. 29, n. 1, set. 2013.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. **Trabalhos em linguística aplicada**. Campinas, v. 9, p. 5-45. 1987.

FRANCHI, C. Linguagem - Atividade Constitutiva. **Almanaque**, São Paulo, n. 5. p. 9-27, 1977.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do Gel**, n. especial, p. 37-74, 2002.

FRANCKEL, J.-J. Referência, referenciação e valores referenciais. *In*: DE VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. Object: construction et spécification d'occurrences. **Le Gré des Langues**, p. 29-43, 1992.

FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D.; SAUNIER, E. Modes de régulation de la variation sémantique d'une unité lexicale. Le cas du verbe *passer*. **Actes du Colloque International La locution: entre lexique, syntaxe et pragmatique**. Paris: Klincksieck, 1997. p. 49-68.

FREITAS, M. A.; BARBOSA, M. F. M. The alternation of the diminutive forms -inho/-zinho in Brazilian Portuguese: a variational approach. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 577-605, 2013.

FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. Trad. Leticia M. Rezende. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 7, p. 77-85, 1984.

GARCIA DE DIEGO, V. **Gramática histórica española**. Madrid: Gredos, 1951.

GARGALLO, I. S. **Linguística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, 2004.

GAUTHIER, A. Even, just et le domaine notionnel. *In*: **La Notion** (HLD). U.F.R. d'études anglophones – Paris 7 – Denis Diderot. Ophrys, 1996.

GAUTHIER, A. Sur quelques paradoxes em didactiques des langues. **Langues et Langage. Problèmes et raisonnement en linguistique**. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaire de France, 1995. p.425-433.

GAUTHIER, A. **Opérations énonciatives et apprentissage d'une langue étrangère en milieu scolaire**. A. P. L. V. Thèse Doctorat, 1981.

GERMAIN, C. **Evolution de l'enseignement des langues: 5000 ans d'histoire** Paris: Clé International, 1993.

GOMES, A. C. **As operações de linguagem com a conjunção "e"**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

GROUSSIER, M. L.; RIVIÈRE, C. **Les mots de la linguistique**: lexique de linguistique énonciative. Paris: Ophrys, 1996.

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, S.; BOSQUE, I.; DEMONT, V. (eds.) **Los dativos**: Gramática descriptiva de la lengua española. Madrid: Espasa, 1999.

HERMOSO, A. G. **Gramática de español lengua extranjera**: curso práctico. 6. ed. España: Edelsa, 2000.

Hernández, M. Concepción. Usos y valores de los sufijos nominales diminutivos en el habla culta de San Juan de Puerto Rico». **Estudios de Lingüística hispánica**. Homenaje a María Vaquero, Universidad de Puerto Rico, 1999. p. 308-323.

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEITE, E. C.; PRIA, A. D. Resenha: FRANCKEL, Jean-Jacques. Referência, referenciação e valores referenciais. *In*: VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 31-55.

MALHEIROS-POULET, M-E. A vitalidade dos sufixos comparativos -ão e -inho. **Palavras**, Lisboa, APP, n. 9, p. 61-77, 1986.

MAURER JR., H. Um sufixo de comportamento original: o diminutivo em -zinho. *In*: BARBADINHO NETO, R. (org.). **Estudos em Homenagem a Candido Jucá (filho)**. Rio de Janeiro: Simões, s/d. p. 233-46.

MERLEAU-PONTY, M. **Signos**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NÁÑEZ FERNÁNDEZ, E. Amado Alonso y el diminutivo. **CAUCE Revista de Filología y su didáctica**, n. 20-21, p. 173-182, 1997/98.

NASCENTES, A. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1536.

ONOFRE, M. B.; ONOFRE, S. G. A. Da atividade epilingüística à metalingüística: uma perspectiva operatória no ensino de língua portuguesa. **Traços de Linguagem**. v. 5, n. 2, p. 9-19, 2021.

PAILLARD, D. À propos des verbes «polysémiques». **Syntaxe et Sémantique**, v. 2, p. 99-120, 2001.

PAILLARD, D. Marcadores discursivos e cena enunciativa. *In*: VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 161-185.

PASSARELLI, J. D. F. **O ensino de língua estrangeira sob o viés da teoria das operações predicativas e enunciativas**: um estudo dos verbos frasais do inglês. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**. Curso superior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

POTTIER, B. **Linguística moderna y Filología Hispánica**. Madrid: Gredos, 1968.

PRIA, A. D. **Para um redimensionamento do estudo do adjetivo**: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”. 124 f. Tese (Doutorado em Linguística e

Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2009.

PRIA, A. D. A interação do verbo suporte DAR com os processos de construção da significação no português brasileiro. **Delta**, v. 35, n. 2, p. 1- 22, 2019.

PRIA, A. D. Especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem. **Signo**, v. 38, n. 64, p. 50-65, 2013.

PRIA, A. D. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. *In*: PRIA, A. D. et al. (org.). **Linguagem, escrita e tecnologia**. Campinas: Pontes, 2013. p. 37-50.

PRIA, A. D.; CUMPRI, M. L.; KARIM, T. M. A identidade das formas linguísticas sob o ponto de vista das operações predicativas e enunciativas. **Letrônica**, v. 12, p. 1/32120-12, 2019.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. «**La derivación apreciativa**» en Nueva Gramática de la Lengua Española, Madrid, Espasa libros. Volumen I, p. 163-171, 2010.

REYNOSO, J. «**Procesos de gramaticalización por subjetivización**: El uso del diminutivo en el español». *In*: EDDINGTON, D. (ed.). **Selected Proceedings of the 7th Hispanic Linguistics Symposium**. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2005. p. 79-86.

REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem: léxico e gramática. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 349-362. 2000b.

REZENDE, L. M. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. *In*: REZENDE, L. M.; ONOFRE, M. B. **Linguagem e línguas naturais**. São Carlos: Pedro & João, 2006. p. 11-21.

REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais. **Estudos linguísticos**, v. 32, 2003.

REZENDE, L. M. A natureza dialógica da linguagem. **Revista Brasileira de Letras**, v. 1, n. 1, p. 45-47, 1999.

REZENDE, L. M. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. *In*: BLUNDI, M. O.; REZENDE, L. M. (org.). **Linguagem e línguas naturais**: clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro e João editores, 2009. v. 1. p. 13-42.

REZENDE, L. M. Variação e invariância na teoria das operações predicativas e enunciativas. *In*: PRIA, A. D. et al. (org.). **Linguagem e línguas**: invariância e variação. Campinas: Pontes, 2014. p. 81-90.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. 2000. 330f. Tese (Livre-docência) -Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2000.

REZENDE, L. M. Atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 95-108, 2008.

REZENDE, L. M. Operação de predicação e construção de alguns objetos linguísticos. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 5 p. 111-125, 1983.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROMERO, M. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, [s.n.], v. 9, n. 16, p.152-162, 2011. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 20 jul. 2013.

ROMERO-LOPES, M. C. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical**: a polissemia redimensionada. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1988.

SKORGE, S. Os sufixos diminutivos em português. **Boletim de Filologia**, Lisboa, tomos XVI e XVII, fascículos 3 e 4, p. 40-90, 1957.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition. In: BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J. J., ROBERT, S. **Langues et langage**: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaire de France, 1995. p. 565-582.

ZAVAGLIA, A. **Pequena introdução à teoria das operações enunciação**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.

Dicionários

ABRAHAM, W. **Diccionario de terminología lingüística actual**. Madrid, Gredos, 1981.

AULETE, J. F. C. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884 (2v.).

COELHO, F. A. **Diccionario manual etymologico da lingua portugueza**. Lisboa: P. Plantier, (s.d.).

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DRAE. **Diccionario de la Real Academia de Lengua Española**. 22. ed. Madrid. 2005. Disponível em: <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GUERIOS, R. F. M. **Dicionário de etimologias da língua portuguesa**. São Paulo: Nacional; Univ. Fed. do Paraná, 1979.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INFOPIEDIA.PT. **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/solinho>. Acesso em: 21 out. 2022.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1966.

VIEIRA, A. L. **Novo dicionário popular da língua luso-brasileira**. Lisboa: Avelar Machado, 1936.

Recursos electrónicos

Projeto AC/DC: **corpo Corpus Brasileiro**. Disponível em: <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Corpus del Español. Disponível em: <http://www.corpusdelespanol.org>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Real Academia Española: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES). Disponível em: <http://www.rae.es>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Porto Editora – *solinho* no **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa** [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-10-21 19:57:50]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/solinho>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Documentos analisados

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 1999.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas: enseñanza, aprendizaje, evaluación**. Consejo de Europa, 2002.